



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**



**TERESINA – PI
MARÇO/2015**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Três tochas acesas em tons de amarelo e laranja, posicionadas no topo. Abaixo delas, o brasão da Universidade Federal do Piauí, que inclui um sol nascente, um campo verde e amarelo, e uma faixa com o lema 'UNIVERSITAS HOMINEM FACIT'.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 132/2013 e nº 134/2013 (alterada pela Decisão Normativa TCU nº 139/2014), Decisão Normativa TCU nº 143/2015, da Resolução TCU nº 234/2010 e 444/2011, da Portaria TCU nº 90/2014, da Portaria CGU nº 522/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

**TERESINA – PI
MARÇO/2015**

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Prof^a. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Economista Jovita Maria Terto Madeira

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Prof. Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Leal Lopes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof^a. Dr^a. Cristiane Batista Bezerra Torres

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Dr. Edilberto Duarte Lopes

CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO

1. Fenelon Martins da Rocha Neto - Titular - CPF: 189.351.763-20

- Endereço: Rua Desembargador castelo Branco, Nº 2167, Apto: 1201, CEP: 64.049-270, Teresina - PI

- Telefone: 8813-0044

Antônio Cezar Cruz Fortes -Suplente - CPF: 209.449.427-68

-Endereço: Assessoria da Secretaria de Saúde do Estado- SESAPI

-Telefone: 8851-1735

-Indicação do Governo do Estado do Piauí. Portaria Nº 1.152/MEC, de 25.11.13 (publicada no DOU de 27.11.13)

-Término do mandato: 24.11.17

2. Helder Nunes da Cunha - Titular - CPF: 241.133.793-00

-Endereço: Rua Adalberto Correia Lima, Nº 1090, CEP: 64.049-680, Teresina - PI

-Telefone: 3237-1410/8829-8798/8858-1670

Lauro Oliveira Viana - Suplente- CPF: 718.405.753-87

-Endereço: Rua Acésio do Rego Monteiro, Nº 1931, CEP: 64.049-610, Teresina - PI

-Telefone: 3215-5593/9981-0115

-Indicação da Presidência da República. Portaria Nº 717/MEC, de 20.08.14 (publicada no DOU de 21.08.14).

-Término do mandato: 19.08.18

3. Carminda Luzia da Fonseca Reis Silva - Titular - CPF: 200.423.103-34

- Endereço: Rua Prof. Joca Vieira, N º1854 , Ininga, CEP 64048-300, Teresina - PI

- Telefone: 3232 - 5512/8824-3904.

Francisco Newton Freitas - Suplente - CPF: 337.917.243-04

- Endereço: Rua Raul Serrano, 3790, Piçarra - CEP: 64055-430 – Teresina - PI

- Telefone: 3215-5733/95068585

- Indicação da Presidência da República. Portaria Nº 717/MEC, de 20.08.14 (publicada no DOU de 21.08.14).

Término do mandato: 19.08.18.

4. Edilberto Duarte Lopes - Titular - CPF: 159.910.757-00

-Endereço: Rua Bento Clarindo Bastos, Nº 2145, B. Noivos, CEP: 64045-120, Teresina -PI

-Telefone: 3215-5620/8858-1736.

Fábio Napoleão do Rego Paiva Dias - Suplente - CPF: 004.907.077-00

-Endereço: Av. São Raimundo, Nº 1022, Piçarra, CEP: 64017-190 - Teresina - PI

-Telefone: 3215-5622/ 3237-1587/8874-1863.

-Indicação do Ministério da Educação. Portaria Nº 717/MEC, de 20.08.14 (publicada no DOU de 21.08.14).

Término do mandato: 19.08.18

5. Pedro Vilarinho Castelo Branco - Titular - CPF: 396.467.853.87

-Endereço: Rua dos Sonhos, Nº 4401, Ininga, CEP 64048-175, Teresina - PI

-Telefone: (086) 3215-5770/3233-5721/9982-6194

Francisco de Assis Sinimbu Neto - Suplente - CPF: 066.836.653-20

-Endereço: Rua 31 de março, Nº 2427, Ininga, CEP 64049-700, Teresina-PI.

-Telefone: 3233-0664/9986-3917

-Indicação do Ministério da Educação. Portaria N° 997/MEC, de 19.07.11 (publicada no DOU de 20.07.11).

Término do mandato: 18.07.15

6. Amadeu Matias Bernardes Filho- Titular - CPF: 156.366.663-49

-Endereço: Rua Canadá, N° 800, Caixa Postal 496, Cidade Nova, CEP: 64.016-610, Teresina - PI .

-Telefone: (086) 9981-5575

Wellistony Carvalho Viana - Suplente - CPF: 714.499.143-49

-Endereço: Rodovia Palmeirais, PI – 130, Km 08, Angelim, CEP: 64.034-070, Teresina – PI

-Telefone: (086) 9945-5088

-Representação da Sociedade Piauiense de Cultura. Portaria N° 1.236, de 05.10.10 (publicada no DOU 06.10.10).

Término do mandato: 05.10.14

DIRETORES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS

Prof^ª. Dr^ª. Regina Ferraz Mendes

CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CCN

Prof^ª. Dr^ª. Maria Conceição Soares Meneses Lage

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE

Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA

Prof. Dr. Williams Costa Neves

CENTRO DE TECNOLOGIA – CT

Prof^ª. Dra. Nícia Bezerra Formiga Leite

CAMPUS DE PARNAÍBA

Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB

Prof^ª. Dr^ª Maria Alveni Barros Vieira

CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS – CPCE

Prof. Dr. Stélio Bezerra Pinheiro de Lima

CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL – CAFS

Prof. Dr. Mauro Sérgio Cruz Souza Lima

COLÉGIO TÉCNICO DE TERESINA

Prof. Msc. José Bento de Carvalho Reis

COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO

Prof. Msc. Aroldo de Carvalho Reis

COLÉGIO TÉCNICO DE BOM JESUS

Prof^ª. Msc. Oldênia Fonseca Guerra

EQUIPE TÉCNICA

Dr. Edilberto Duarte Lopes
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Fábio Napoleão do Rego Paiva Dias
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

Tarianna Lustosa Santos
SECRETÁRIA EXECUTIVA

Sabrina Gomes de Alcântara
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

COORDENADORIAS DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

José Pires de Oliveira Júnior
COORDENADOR DE ORÇAMENTO

Luiz Antônio de Meneses Waquim Silva
COORDENADOR DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Fábio Napoleão do Rego Paiva Dias
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

Profª. Drª. Maria do Carmo de Souza Batista
DIRETORA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Profª. MSc. Teresa Christina Torres Silva Honório
PROCURADORA (PESQUISADORA) EDUCACIONAL

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

BCCB - Biblioteca Carlos Castelo Branco
BIAE - Bolsa de Incentivos a Atividades Esportivas
CTBJ - Colégio Técnico de Bom Jesus
CAD-Conselho de Administração
CTF - Colégio Técnico de Floriano
CTT -Colégio Técnico de Teresina
CAFS - Campus Amílcar Ferreira Sobral
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBU - Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCE - Centro de Ciências da Educação
CEEA - Comitê de Ética Experimentação Animal
CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN - Centro de Ciências da Natureza
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CEP - Comitês de Ética em Pesquisa Humana
CEPEX - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CETI - Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
CMPP - Campus Ministro Petrônio Portella
CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND - Coordenadoria de Nutrição e Dietética
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRMS - Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde
COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica
CONSUN - Conselho Universitário
COPESE - Comissão Permanente de Seleção
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPC - Conceito Preliminar do Curso
CPCE - Campus Professora Cinobelina Elvas
CSHNB - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
CT - Centro de Tecnologia
DA - Diretoria Administrativa
DAA - Diretoria de Administração Acadêmica
DIAI - Diretoria de Informação e Avaliação Institucional
DINTER - Doutorado Interinstitucional
DIVTRANS - Divisão de Transporte da UFPI
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FADEX - Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão
FAPEPI - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Piauí
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FUFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
HU - Hospital Universitário
HUV - Hospital Universitário Veterinário
IC - Iniciação Científica
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NAU - Núcleo de Acessibilidade da UFPI
NAE_s - Núcleos de Assistências Estudantis

OPAS - Programa da Organização Pan-Americana da Saúde
OMS - Organismo Regional da Organização Mundial da Saúde
PAD – Processo Administrativo
PAHEF - Fundação Pan-Americana para a Saúde e Educação
PALTEX - Programa Ampliado de Livros de Textos
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCI - Programa de Capacitação Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PPG - Programa de Pós-Graduação
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIBIC-AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ações Afirmativas
PIBITI - Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNPD - Programa Nacional de Pós Doutorado
PRAD - Pró - Reitoria de Administração
PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PREG - Pró-Reitoria de Graduação
PREUNI - Prefeitura Universitária
PREX - Pró-Reitoria de Extensão
PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRODOC-Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROPESQ- Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPLAN - Pró-Reitoria de Orçamento e Planejamento
PRPG - Pró- Reitoria de Pós-Graduação
PSIU - Programas Seriado de Ingresso na Universidade
RENORBIO - Rede Nordeste de Biotecnologia
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RM - Residência Médica
RMV - Residência Médico Veterinária
RU - Restaurante Universitário
SIBi - Sistema de Bibliotecas
SRH - Superintendência de Recursos Humanos
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIGRH -Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
UAPI - Universidade Aberta do Piauí
UJ - Unidade Jurisdicionada
USC - Unidade Seccional de Correição

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS ETC.

QUADROS

Quadro 1 - Atividades Próprias do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Núcleos de Acessibilidade ou outro Lócus Específico para esse Atendimento nas IES.....	41
Quadro 2 – Concorrência Sisu 2014.1.....	43
Quadro 3 – Concorrência Sisu 2014.2.....	44
Quadro 4 - Cursos Vinculados ao Ensino Técnico - Profissionalizante Ministrado pela UFPI	47
Quadro 5 – Cursos de Graduação Criados na Vigência do PDI/2010-2014	49
Quadro 6 - Quantitativo das Monitorias no Período de Vigência do PDI/2010-2014	52
Quadro 7 - Propostas de Novos Programas de Pós-Graduação, em Tramitação na CAPES, 2014	53
Quadro 8 - Atividades Culturais Realizadas pela UFPI e Público Beneficiado, 2014.....	60
Quadro 9 - Programas de Atendimento Discente Implantados na UFPI em 2014	60
Quadro 10 - Relação da Frota de Veículos da UFPI Separado Por Grupos	153
Quadro 11 – Média Anual de Quilômetros Por Grupo.....	106
Quadro 12 – Idade Média da Frota Por Grupo	107
Quadro 13 – Plano de Substituição da Frota	107
Quadro 14 - Relação de Veículos a Serviços da UFPI.....	154
Quadro 15 – Média Anual de Quilômetros Por Grupo.....	111
Quadro 16 – Idade Média Por Grupo	111
Quadro 17 - Sindicâncias na UFPI no Ano de 2014.....	157
Quadro 18 - PAD'S na UFPI no Ano de 2014.....	158

QUADROS PORTARIA TCU N° 134, DE 04/12/2013

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	17
Quadro A.1.3 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	20
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	23
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	32
Quadro A.5.2.3.2– Ação/Subtítulos – OFSS.....	65
Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho	75
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	77
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	78
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	79
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	81
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	82
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação..	84
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	85
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade.....	87
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	87
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	88

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	91
Quadro A.6.5.3 - Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferência Concedida pela UJ na Modalidade de Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	91
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	92
Quadro A.6.6.1 – Concessão de Suprimento de Fundos	93
Quadro A.6.6.2 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	94
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência.....	94
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	96
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	96
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	96
Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal	99
Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	101
Quadro A.7.2.2 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	103
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	112
Quadro A.8.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	113
Quadro A.8.3– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	113
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	114
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	121
Quadro A.11.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	122
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	124
Quadro B.66.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002.....	127
Quadro B.66.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002.....	128
Quadro B.66.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	129

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demandas da e-Sic em 2014	37
Gráfico 2 – Cursos de Graduação Regulares Ofertados Presencialmente.....	48
Gráfico 3 – Matrículas no Ensino de Graduação na Vigência do PDI/2010-2014.....	49
Gráfico 4 – Taxa de Sucesso 2009-2014	51
Gráfico 5 – Vagas e Matrículas do Ensino de Graduação EaD na Vigência do PDI 2010-2014	51
Gráfico 6 – Número de Alunos da UFPI Participantes de Intercâmbio pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, 2012-2014.	63

FIGURAS

Figura 1 – Estrutura Organizacional da UFPI	19
---	----

TABELAS

Tabela 1 – Posição da UFPI no Ranking Universitário Folha, 2014.....	42
Tabela 2 – Quantidade de Vagas Ofertadas 2011-2014	42
Tabela 3 – Quantidade de Ingressantes 2011-2014	43
Tabela 4 – Quantidade de Matriculados 2011-2014.....	43
Tabela 5 – Quantidade de Concluintes 2011-2014.....	43
Tabela 6 – Valores da Taxa de Sucesso de Graduação, Evasão e Ocupação das Vagas de Graduação na UFPI, Quinquênio 2010-2014	50
Tabela 7 - Matrículas e Conclusões na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Quinquênio 2010-2014	53
Tabela 8 – Evolução das Bolsas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Fomentadas Pela CAPES-PROAP, Quinquênio 2010-2014	54
Tabela 9 - Número de Projetos de Pesquisa da UFPI e Valor Total do Financiamento pelo CNPQ e FAPEPI, Quinquênio 2010-2014	55
Tabela 10 - Quantificação dos Projetos de Pesquisa Cadastrados na UFPI, Quinquênio 2010-2014	56
Tabela 11 – Número de Refeições Servidas nos Restaurantes Universitários da UFPI, Quinquênio 2010-2014	62
Tabela 12 – Área Física da UFPI, Por Campus	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 04/12/2013.....	17
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	17
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	17
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	17
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	18
1.3 Organograma Funcional	19
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	23
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	24
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	24
2.1 Estrutura de Governança	24
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	28
2.3 Sistema de Correição	30
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	32
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	34
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	34
3.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	36
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	37
3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	38
3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada	39
3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada.....	40
3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade	40
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	42
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	42
4.1 Informações Sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	42
PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	48
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	48
5.1 Planejamento da Unidade	48
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	65
5.2.3 Ações	65
5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS	65
5.3 Informação Sobre Outros Resultados da Gestão	75
5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional	75
PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	77
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	77
6.1. Programação e Execução das Despesas.....	77
6.1.1 Programação das Despesas	77
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	78
6.1.3 Realização da Despesa	81
6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	81
6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	82

6.1.3.4	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	84
6.1.3.5	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação ..	85
6.1.3.6	Análise Crítica da Realização da Despesa.....	86
6.2	Despesa Com Publicidade e Propaganda.....	87
6.3	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	87
6.4	Transferências de Recursos	88
6.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	88
6.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	91
6.4.3	Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	92
6.4.4	Análise Crítica	93
6.5	Suprimentos de Fundos	93
6.5.1	Concessão de Suprimentos de Fundo	93
6.5.2	Utilização de Suprimento de Fundos.....	94
6.5.3	Classificação dos Gastos com Suprimentos de Fundo	94
6.5.4	Análise Crítica	95
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....		96
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS		96
7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	96
7.1.1	Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	96
7.1.1.1	Análise Crítica dos Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3	97
7.1.2	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	97
7.1.3	Custos de Pessoal	99
7.1.4	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	100
7.1.5	Riscos Identificados na Gestão de Pessoas	100
7.1.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	100
7.2	Contratação de Mão-de-Obra de Apoio e de Estagiários	100
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	100
7.2.2	Locação de Mão-de-Obra para Atividades Não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	103
7.2.3	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2	105
PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....		106
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....		106
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	106
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	112
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	112
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	113
8.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	113
PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....		114
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO		114
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	114
PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....		121

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	121
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	121
PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	122
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	122
11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	122
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	122
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	122
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	122
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	122
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei N° 8.730/93	124
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	124
11.4 Alimentação SIASG e SICONV	124
PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013.....	125
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	125
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	125
12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas.....	125
12.3 Conformidade Contábil	125
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidades das Demonstrações Contábeis... 126	
12.4.1 Declaração Plena	126
12.5 Item 12.8 - Relatório da Auditoria Independente	126
PARTE B DO ANEXO II DA DN N° 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	127
13. PARTE B, ITEM 67, DO ANEXO II DA DN TCU N° 127, DE 15/5/2013.....	127
13.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU N° 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores.....	127
13.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES.....	128
13.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES	128
13.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	129
14 RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	149
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 1	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 2	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 3	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 4	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 5	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 6.....	157
ANEXO 7	158
ANEXO 8.....	159
ANEXO 9.....	165
ANEXO 10	166
ANEXO 11.....	171

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma IES de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina e com quatro outros Campi fora da sede, instalados nas cidades de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

A UFPI foi instituída pela Lei nº 5.528, de 11 de novembro de 1968, e oficialmente instalada em 12 de março de 1971, tendo sido recredenciada em 2012, através da Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012. O Campus sede da UFPI, denominado Ministro Petrônio Portella, fica situado à Av. Universitária S/Nº, Bairro Ininga, CEP 64049-550, em Teresina, Estado do Piauí. Sua missão é “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político social e cultural local, regional e nacional” (PDI/2010-2014, p. 28).

A UFPI alicerça a sua política acadêmica e administrativa, a UFPI trabalha permanentemente observando seu caráter público, com publicização das atividades desenvolvidas em busca da qualidade, da integração entre os distintos níveis de ensino, da ênfase à pesquisa e à geração de produtos tecnológicos fomentadores de desenvolvimento e da consecução efetiva do seu processo de internacionalização.

Atua segundo as normas emanadas do Governo Federal, obedecendo ao seu Estatuto e Regimento Interno, embasada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que contempla o seu planejamento estratégico quinquenal.

O presente Relatório tem por objetivo fornecer os resultados obtidos na Gestão da UFPI no exercício de 2014, elaborado e estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e 132/2013, da Resolução nº 234/2010 e 444/2011 e, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Os seguintes itens e/ou quadros da Portaria TCU nº 134/2013, não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada ou apesar de se aplicarem, não houve ocorrências durante o exercício:

- a) Item 2.5 e subitens 2.5.1 a 2.5.4 (Remuneração paga a administradores) – Este item não se aplica a esta UJ.
- b) Subitem 5.2.1 e 5.2.1.1 (Programa temático) e Subitem 5.2.2 e 5.2.2.1 (Objetivo) – não se aplicam a UJ, pois esta não possui programas temáticos ou objetivos vinculados a programas temáticos sob sua responsabilidade.
- c) Subitem 5.2.3.3 (Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados/OFSS) – não se aplica a UJ, uma vez que não houve execução de ações não previstas na LOA 2013.
- d) Subitem 5.2.3.4 (Ações - Orçamento de Investimento - OI) - não se aplica a UJ, uma vez que a UJ não possui Ações do Orçamento de Investimento.
- e) Subitem 6.1.1.1 - Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.
- f) Subitem 6.3.1 - Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.
- g) Subitem 6.1.3.2 e Quadro A.6.1.3.2 (Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários) – Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.

- h) Subitem 6.1.3.4 e Quadro A.6.1.3.4 (Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários) – Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.
- i) Item 6.3 e Quadro A.6.3 (Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos) – Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento, ver Declaração em Anexo 1.
- j) Item 6.7 (Renúncia Sob a Gestão da UJ) – Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento, ver Declaração em Anexo 2.
- k) Item 6.8 (Gestão de Precatórios) Este item não se aplica a esta UJ.
- l) Subitem 7.1.4 (Irregularidades na Área de Pessoal) - Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.
- m) Subitem 7.1.4.2 e Quadro A.7.1.4.2 (Terceirização Irregular de Cargos) – não se aplica a esta UJ, pois a não possui servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.
- n) Subitem 7.2.4 e Quadro A.7.2.4 (Contratação de Estagiários) - não se aplica a UJ, pois na UFPI não há estagiários, e, sim alunos que recebem bolsas do Programa Bolsa Permanência. O Bolsa Permanência é o único programa de transferência de renda, dentre as ações da política Nacional de Assistência Estudantil implementado na UFPI e, tem o objetivo de atender as necessidades básicas dos alunos, selecionados por critérios socioeconômicos, tendo como contrapartida o cumprimento de 12 horas semanais em atividades vinculadas a projetos de pesquisa, ensino e extensão ou administrativas.
- o) Item 7.3 (Informações sobre Contratos Firmados com Empresas Terceirizadas) - Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.
- p) Item 8.2.3 e Quadro A.8.2.3 (Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ) - não se aplica a UJ, uma vez que esta não dispõe de imóveis funcionais.
- q) Item 11.4 e Quadro A.11.4 (Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014) - uma vez que a UJ não dispõe de informações para o seu preenchimento.
- r) Quadro A.11.1.1(Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício) - Não houve deliberações do TCU em nível de item de Acórdão
- s) Quadro A.11.1.2 (Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício) - Não existem deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.
- t) Quadro A.11.1.2.2 (Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício)– Não existe pendência de atendimento do OCI referente ao exercício de 2014.
- u) O Quadro A.5.5 do item 5.5 (Variações de Custos) - Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.
- v) O Quadro A.8.2.2.2 do item 8.2 - Esta UJ não dispõe de informações para o preenchimento.

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 04/12/2013**1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO****1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada****1.1.1 Relatório de Gestão Individual****QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Fundação Universidade Federal do Piauí		
Denominação Abreviada: FUFPI		
Código SIORG: 468	Código LOA: 26279	Código SIAFI: Unidade Gestora: 154048/Gestão:15265
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo		CNPJ: 06.517.387/0001-34
Principal Atividade: Universidade		Código CNAE: 4120-4/00
Telefones/Fax de contato: (86) 3215-5580/3215-5620/3215-5585/3215-1104		
Endereço Eletrônico: arilopes1@ufpi.edu.br / proplan@ufpi.edu.br / pi.ufpi@ufpi.edu.br / diretoria.avaliacao@ufpi.edu.br		
Página na Internet: http://www.ufpi.br/		
Endereço Postal: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga – Teresina-PI, CEP: 64.049-550		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A UFPI é uma instituição federal de ensino superior mantida pelo Ministério da Educação por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí, criada pela lei 5.528, de 12/11/1968.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Estatuto: Aprovado pelo Decreto n° 66.651, de 01 de junho de 1970. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto n° 72.140 de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu posteriores alterações (Portaria MEC n° 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC n° 180, de 05/02/93, publicada no DOU n° 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à LDBE/1996 foi autorizada pela Resolução CONSUN n° 15/99, de 25/03/99 e Parecer n° 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n° 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU n° 147-E, de 03/08/99.		
- Regimento Geral da UFPI: Aprovado pela Portaria MEC n° 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC n° 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 e sofreu reformulações objetivando a adaptação à LDBE/1996 através da Resolução do CONSUN n° 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução n° 21, de 21/09/2000.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovado pela Resolução n° 011/84 - CEPEX, de 10/10/1984.		
- Regimento do Conselho de Administração da UFPI, aprovado pela Resolução n° 002/88 - CAD, de 17/08/1988.		
- Regimento do Conselho Universitário da UFPI, aprovado pela Resolução n° 001/84 – CONSUN, de 15/02/84.		
- Regimento do Conselho Diretor da FUFPI, aprovado pela Resolução n° 049/82 - CONDIR, de 20/04/82 e sofreu alterações pela Resolução n° 001/05 – CONDIR, de 24/02/05.		
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014, aprovado pela Resolução Conjunta CD/CONSUN n° 002/2010 de 26 de maio de 2010.		
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 – Em fase de apreciação pelos Órgãos Superiores.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
150237	Hospital Universitário da FUFPI	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
154048	15265	
150237	15265	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

De acordo, com o Estatuto da UFPI¹, art. 3º, a Universidade tem por objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, cabendo a ela:

a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento e do meio em que vive;

d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação;

e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ainda, de acordo, com o Estatuto, é missão da UFPI propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

¹ Link de acesso ao Estatuto da UFPI: http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf

1.3 Organograma Funcional

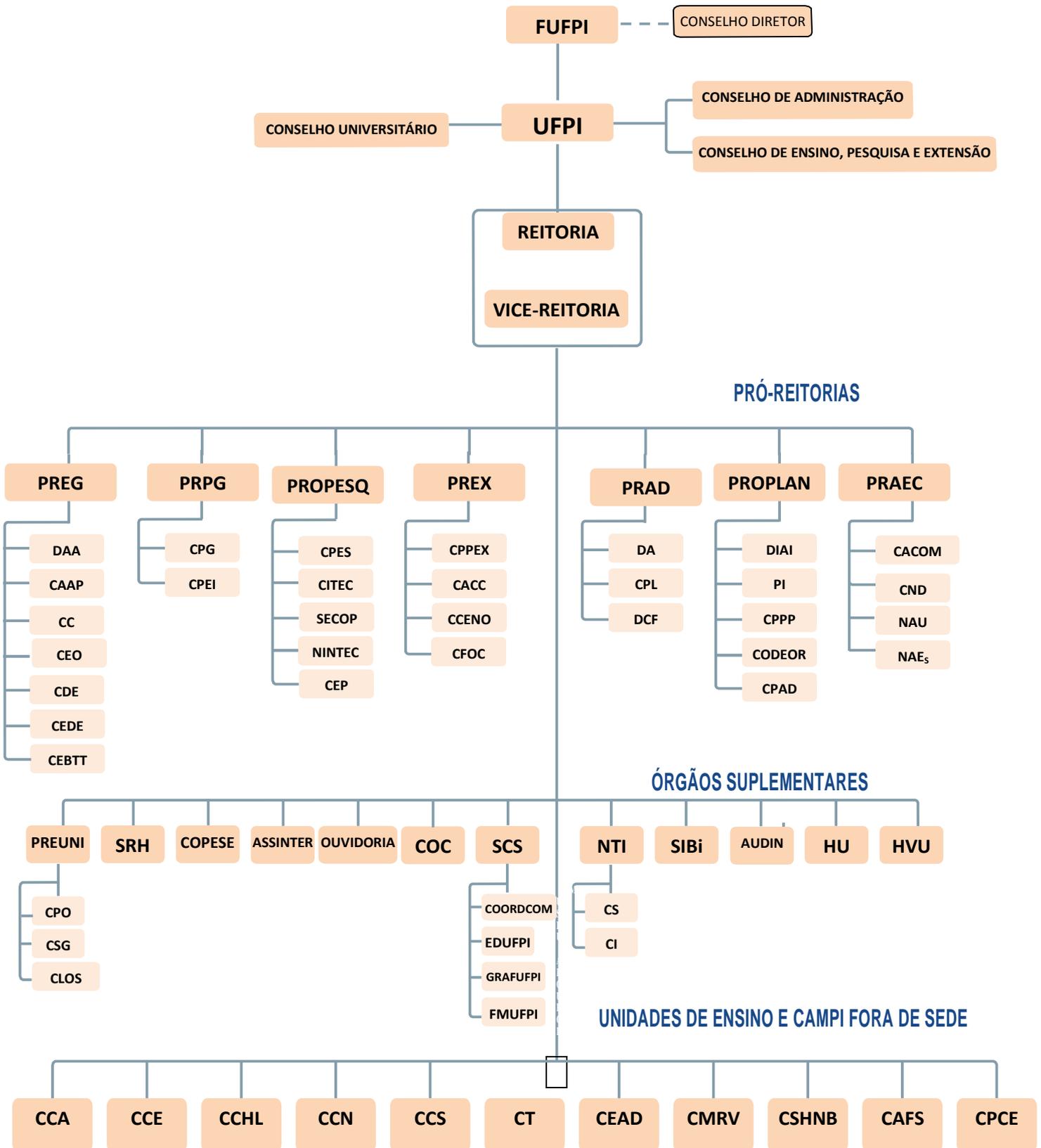


Figura 1 – Estrutura Organizacional da UFPI
 Fonte: PDI 2015-2019

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Pró- Reitoria de Administração (PRAD)	É responsável por coordenar, dirigir e executar as atividades relativas à administração de material, patrimônio, finanças e vigilância, no âmbito da universidade.	Economista Jovita Maria Terto Madeira	Pró- Reitora	Jan/14 à Dez/14
Pró - Reitoria de Graduação (PREG)	É responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades do ensino de graduação e do ensino profissionalizante (colégios técnicos). Através de uma política de ensino pautada no estímulo à pesquisa, na implantação de novas formas de educação e tecnologias, a PREG cria condições favoráveis à melhoria do funcionamento da vida acadêmica e da qualidade dos cursos oferecidos.	Profª. Drª. Maria do Socorro Leal Lopes	Pró- Reitora	Jan/14 à Dez/14
Pró - Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)	A PRPG é a instância encarregada de conduzir a política institucional do sistema de pós-graduação. Sob a responsabilidade da PRPG, são oferecidos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (em nível de mestrado e doutorado) e <i>lato sensu</i> (modalidades: especialização, residência médica, residência médica multiprofissional e residência médico-veterinário).	Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha	Pró- Reitor	Jan/14 à Dez/14
Pró - Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)	Criada através da resolução CD/CONSUN/UFPI nº 001/13, a PROPESQ tem como missão institucional promover a construção do conhecimento por meio da pesquisa, potencializando o desenvolvimento humano, científico e tecnológico, de forma sustentável. A PROPESQ tem como diretrizes: A) ampliar e fortalecer as políticas/ações de apoio à pesquisa e inovação tecnológica; B) acompanhar, fiscalizar e apoiar as atividades de pesquisa, que envolvem os projetos e os grupos de pesquisa da UFPI; C) coordenar e executar os programas: PIBIC e PIBIT e sua interação com as políticas acadêmicas da PROPESQ; D) fortalecer o programa de iniciação científica voluntária (ICV); E) consolidar o núcleo de inovação e transferência de tecnologia (NINTEC), para que a UFPI possa tornar-se um centro de referência e excelência na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias no mercado; F) intensificar as estratégias de incentivo à participação de pesquisadores nas chamadas públicas de órgãos de fomento à pesquisa, desenvolvimento & inovação; G) fomentar o aumento do número de projetos inovadores e patentes, promovendo a interação das ações do NINTEC e incubadoras de empresas da UFPI.	Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco	Pró- Reitor	Jan/14 à Dez/14

Pró - Reitoria de Extensão (PREX)	É responsável por articular e coordenar as atividades de extensão de diversos setores da universidade através de programas, projetos, prestação de serviços, atividades culturais, cursos, eventos, etc., em todas as suas áreas de atuação.	Prof. Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho	Pró-Reitor	Jan/14 à Dez/14
Pró - Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)	É responsável por elaborar, acompanhar e avaliar o planejamento orçamentário, administrativo e informacional de planos, programas e projetos da universidade federal do Piauí. Além disso, é responsável, também, pela elaboração e compilação dos dados do relatório de gestão da UJ; pelo cadastramento dos cursos de graduação na plataforma E- Mec e interlocução das informações relativas aos processos de supervisão, regulação e avaliação dos cursos de graduação junto ao MEC e, coleta/sistematização dos dados da plataforma PINGIFES e do CENSO da educação superior.	Dr. Edilberto Duarte Lopes	Pró-Reitor	Jan/14 à Dez/14
Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)	É o órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil e comunitária da universidade federal do Piauí. Tem como finalidade promover ações, afirmativas de inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Por meio da PRAEC, a UFPI oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.	Prof ^a . Dr ^a . Cristiane Batista Bezerra Torres	Pró-Reitor	Jan/14 à Dez/14
Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD)	O CEAD é uma unidade acadêmica criada em 2006 com o objetivo de viabilizar a implantação de cursos de graduação na modalidade ensino à distância (EAD) da Universidade Federal do Piauí. O CEAD/UFPI tem como objetivo oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, nos municípios pólos de apoio presencial.	Prof. Dr. Gildásio Guedes Rodrigues	Diretor	Jan/14 à Dez/14
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)	O núcleo de tecnologia da informação (NTI) integra a estrutura organizacional da universidade federal do Piauí (UFPI) como um órgão suplementar vinculado administrativamente à reitoria sendo responsável por gerir, planejar, executar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas à área de tecnologia da informação, além de coordenar o levantamento periódico da necessidade da UFPI, visando aprimorar os serviços prestados.	Prof. Dr. André Macedo Santana	Diretor	Jan/14 à Dez/14

Ouvidoria da UFPI	A ouvidoria da UFPI foi instituída pelo ato da reitoria nº 858/09. Constitui-se um canal de comunicação entre discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, gestores e a comunidade externa. É dirigida por um ouvidor a quem compete exercer o papel de mediador entre partes conflitantes no ambiente universitário buscando o resgate da cidadania ao tempo em que monitora o objeto das demandas.	Profª. MSc. Maryneves Saraiva Arêa Leão Sousa	Chefe	Jan/14 à Dez/14
Superintendência de Comunicação Social (SCS)	A superintendência de comunicação social (SCS) é órgão de direção subordinado diretamente à reitoria da UFPI encarregado de prestar assessoria em matéria de Comunicação Social.	Profª. Drª. Jacqueline Lima Dourado	Superintendente	Jan/14 à Dez/14
Auditoria Interna	Presta apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.	Prof. Esp. Jeferson Souza de Araújo Chaves	Auditor	Jan/14 à Dez/14
Superintendência e Recursos Humanos (SRH)	É o órgão responsável por coordenar as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias e demais unidades administrativas sob sua supervisão; promover a orientação e a integração das unidades da SRH quanto às políticas e ações de gestão de pessoas; delegar atribuições aos servidores envolvidos na Superintendência; praticar todos os demais atos necessários ao exercício das funções vinculadas à SRH.	Prof. MSc. Lauro Oliveira Viana	Superintendente	Jan/14 à Dez/14
Prefeitura Universitária (PREUNI)	É o órgão executivo da Administração Superior da UFPI encarregado da administração da infraestrutura dos Campi, executando serviços imprescindíveis para criar um ambiente harmonioso que possibilite à universidade desenvolver as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.	Engenheiro José Alves de Mendonça Filho	Prefeito	Jan/14 à Dez/14

Fonte: Coordenadoria de Planejamento Administrativo/PROPLAN/UFPI

1.4 Macroprocessos Finalísticos

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Pesquisa, Ensino e Extensão	Planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades do ensino de graduação presencial e à distância.	Curso criado e em funcionamento e alunos certificados.	Alunos e Público de Modo Geral	Pró - Reitoria de Graduação (PREG) e Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD)
	Criação de programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu e Lato Sensu</i> presencial e à distância.	Curso criado e em funcionamento e alunos qualificados.		Pró - Reitoria de Pós - Graduação (PRPG) e Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD)
	Apoio às atividades de pesquisa, produção científica e inovação.	Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Manutenção do Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC)		Pró - Reitoria de Pesquisa (PROPEQ)
	Planejamento e execução das atividades de extensão Universitária	Consolidação da relação Universidade-Sociedade		Pró - Reitoria de Extensão (PREX)
	Execução da Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento ao servidor da UFPI	Residência Universitária, Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), Atendimento Psicossocial, Pedagógico e Odontológico, Restaurante Universitário (RU), Bolsas de Incentivo a Atividades Esportivas (BIAE), Auxílio- Creche e etc.		Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

Fonte: Coordenadoria de Planejamento Administrativo/PROPLAN/UFPI

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA****2.1 Estrutura de Governança****a) Órgãos Deliberativos/Nível-Superior (Reg. Geral UFPI art. 2º)**

Os órgãos deliberativos da UFPI são os Conselhos Superiores, os quais funcionam em conformidade com seus respectivos regimentos, em forma de Conselho e/ou de Câmaras:

• Conselho de Administração (CAD):

De acordo com o Regime Geral da UFPI:

Art. 8º O Conselho de Administração, órgão deliberativo e consultivo em matéria administrativa, compõe-se:

I - do Reitor, como Presidente;

II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III - dos Pró-Reitores de Administração, de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Estudantis e Comunitários;

IV - dos Diretores de Centro e do Campus de Parnaíba;

V - dos Diretores das Unidades de Ensino Médio e Tecnológico;

VI - de 2 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

VII - da representação estudantil, na forma da legislação vigente.

§ 1º O Conselho de Administração deliberará em plenário ou através das Câmaras Administrativa, de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Estudantis e Comunitários.

[...]

Art. 9º Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar e submeter ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da Fundação do Orçamento da Universidade;

II - propor ao Conselho Universitário a instituição de fundos especiais;

III - opinar sobre a aceitação de legados, doativos e heranças;

IV - julgar as contas das dotações que a Universidade conferir aos órgãos estudantis;

V - emitir pareceres e fixar normas em matéria de sua competência;

VI - decidir sobre propostas, indicações ou representações de sua competência;

VII - fixar taxas, emolumentos escolares e preços de serviços de qualquer natureza;

VIII - emitir parecer sobre a criação, modificação ou extinção de órgãos das atividades-meio da Universidade;

IX - propor a política da UFPI para formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo;

X - julgar, originariamente, a liberação de servidores da UFPI (docentes e técnico administrativos) em processos de disposição e de convênios firmados com outras entidades oficiais nos quais se possibilite a liberação de servidores da Universidade;

XI - fixar normas e critérios para concessão de bolsas de trabalho, de moradia e de alimentação.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX):**

De acordo com o Regime Geral da UFPI:

Art. 10 O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão deliberativo superior em matéria didático-científica:

I - do Reitor, como Presidente;

II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III - dos Pró-Reitores de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão;

IV - de um representante docente por Conselho Departamental, eleito por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

V - da representação estudantil, na forma da legislação vigente.

§ 1º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão deliberará em plenário ou através das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão.

[...]

Art. 11 Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - fixar normas complementares às deste Regimento Geral sobre concurso vestibular, currículos e programas, matrícula, transferência, avaliação do desempenho escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência, ouvidas as instâncias deliberativas de cada Centro;

II - aprovar os planos de novos cursos de graduação e pós-graduação, submetendo-os ao Conselho Universitário;

III - homologar projetos de pesquisa e planos de cursos ou serviços de extensão;

IV - aprovar o Calendário Universitário;

V - decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da Universidade, em assuntos de sua própria esfera de ação;

VI - fixar normas e critérios para concessão de bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria;

VII - fixar normas sobre a aplicação do fundo especial de pesquisa e extensão;

VIII - reconhecer, no âmbito de sua competência, grupos e associações organizadas por setores da Universidade, bem como oferecer apoio material e financeiro;

IX - deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência.

- **Conselho Universitário (CONSUN):**

De acordo com o Regime Geral da UFPI:

Art. 12 O Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo da Universidade, compõe-se:

I - do Reitor, como Presidente;

II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III - dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - de 3 (três) representantes da comunidade, sendo um da categoria dos empregados sindicalizados, um da categoria dos trabalhadores sindicalizados e um da área cultural, não pertencentes aos quadros da Universidade, com mandato de 2 (dois) anos;

V - de 1 (um) representante do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo Único – Os representantes da comunidade serão escolhidos pelo Conselho Universitário, dentre os indicados pelas entidades representativas de cada categoria, dando-se preferência a portadores de diploma de nível superior.

Art. 13 Compete ao Conselho Universitário:

I - aprovar, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação, reformado estatuto da Universidade;

II - aprovar reforma deste Regimento Geral;

III - aprovar os Regimentos dos demais órgãos da Universidade;

IV - aprovar o Plano Anual de Atividades da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação;

V - aprovar a proposta orçamentária e o orçamento da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação;

VI - apreciar recursos contra atos do Reitor, bem como os pedidos de reexame de deliberações dos Colegiados, por ele encaminhados;

VII - apreciar recursos contra atos do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VIII - decidir, à vista de planos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre criação de curso de graduação ou pós-graduação;

IX - criar ou extinguir Departamentos e, mediante reforma do Estatuto da Universidade, criar ou extinguir Centros ou órgãos suplementares, sempre em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação e ouvidas em qualquer caso, as distâncias deliberativas inferiores;

X - criar e atribuir prêmios destinados a distinguir atividades culturais;

XI - deliberar sobre a atribuição de títulos de Professor Emérito, Professor *Honoris Causa* e Doutor *Honoris Causa*;

XII - dirimir dúvidas e conflitos de jurisdição entre o Conselho de Administração e o de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIII - decidir sobre a destituição por proposta do respectivo Conselho Departamental, de representante docente junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIV - decidir sobre proposta de destituição de Diretor e Vice-Diretor de Centro;

XV - decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer unidade universitária;

XVI - decidir pelo voto mínimo de 2/3 (dois terço) de seus membros, sobre abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade do Reitor ou Vice-Reitor, ou de ambos;

XVII - deliberar sobre a suspensão temporária, total ou parcial, de atividades universitárias;

XVIII - regulamentar o processo de consulta à comunidade universitária, que procederá obrigatoriamente a elaboração de listas tríplices para escolha de Reitor, Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Centro, bem como o processo eleitoral para escolha de Chefe e Subchefe de Departamentos, Coordenador e Subcoordenador de Curso e da representação técnico-administrativo e discente junto aos Conselhos de Administração, de Ensino, Pesquisa e Extensão e

Departamentais;

XIX - homologar o resultado da consulta e da eleição previsto no inciso XVIII;

XX - exercer outras competências que lhe sejam cometidas pelo Estatuto e por este Regimento Geral.

b) Órgão Deliberativo/Nível Unidades de Ensino

• Conselho Departamental

De acordo com o Regimento Geral da UFPI:

Art. 26 O Conselho Departamental, órgão deliberativo máximo em matéria administrativa e didático-científica, no âmbito dos Centros, compõe-se:

I - do Diretor, como Presidente;

II - do Vice-Diretor, como Vice-Presidente;

III - dos Chefes de Departamentos;

IV - de 2 (dois) professores do Departamento, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

V - dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-graduação *stricto sensu*;

VI - de um representante dos servidores lotados no Centro, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

VII - da representação estudantil, na forma da legislação vigente.

Art. 27 Compete ao Conselho Departamental:

I - elaborar e reformar o Regimento do Centro, submetendo-o ao Conselho Universitário;

II - coordenar a consulta prévia à comunidade universitária e elaborar a lista tríplice de nomes para os cargos de Diretor e Vice-Diretor de Centro, a ser submetida à escolha do Reitor, assim como eleição dos coordenadores e subcoordenadores de cursos e da representação estudantil que o compõe, observadas as regras estabelecidas pelo Conselho Universitário;

III - indicar os componentes de Comissões Examinadoras de concurso de docente e provas de habilitação à livre-docência;

IV - eleger, dentre seus membros, representante junto ao CEPEX;

V - propor, perante o Conselho Universitário, fundamentadamente, por aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento ou a destituição do Diretor e do Vice-Diretor de Centro, de Chefe e de Subchefe de Departamento e de Coordenador e de Subcoordenador de Curso;

VI - apreciar e aprovar relatório anual apresentado pelo Diretor;

VII - apreciar e aprovar o plano de atividades didáticas e administrativas para cada período letivo, de acordo com as propostas dos setores vinculados ao Centro;

VIII - fazer cumprir as diretrizes gerais de ensino, estabelecidas pelos órgãos deliberativos superiores da Universidade e pela legislação vigente;

IX - promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos e compatibilizar a ação de planejamento e execução destas com decisões dos colegiados de curso;

X - opinar sobre as seguintes matérias, para efeito de apreciação pelos órgãos deliberativos superiores:

a) orçamento do Centro;

b) admissão, transferência, afastamento, remoção e intercâmbio de pessoal docente;

c) fixação de prioridades de pós-graduação e de pesquisa no âmbito do Centro;

- d) criação, extinção e desativação temporárias de cursos de graduação e pós-graduação;
 - e) realização de cursos, programas e projetos de extensão;
 - f) propostas curriculares oriundas dos Colegiados de Cursos.
- XI - definir a política administrativa e didático-científica do Centro;
- XII - exercer outras atribuições que forem fixadas em normas complementares de organização e funcionamento do Centro.

c) Unidade de Controle Interno

A Unidade de Auditoria Interna desta Instituição de Ensino Superior é vinculada, administrativamente, ao Conselho de Administração da UFPI estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, através da Secretaria Federal de Controle vinculada a Controladoria Geral da União, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

a.1) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria interna no organograma da UJ:

A Unidade de Auditoria Interna, órgão suplementar da Universidade Federal do Piauí – UFPI, vinculada, administrativamente ao Conselho de Administração desta Instituição de Ensino Superior, criada pela Resolução N° 013/97 – CONSUN (Conselho Universitário), está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal – Secretaria Federal de Controle, vinculada à Controladoria Geral da União, na forma prevista no artigo 15, do Decreto n° 3.591, de 06/09/2000, com a redação dada pelo Art. 1° do Decreto n° 4.304, de 16/07/2002.

Presta apoio aos órgãos e às unidades que o integram na forma de assessoramento e consultoria, propondo ações preventivas e saneadoras, com o objetivo da adequação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e dos processos de governança corporativa, fazendo recomendações para melhoria das operações da UFPI, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional, e realização de auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão.

a.2) Composição da Auditoria Interna

É composta por: um auditor, na função de Auditor - Chefe, único executando auditoria e fiscalização; um servidor no Cargo de Contador; um servidor no cargo de Economista e uma bolsista do curso de Ciências Contábeis da UFPI.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Não foi efetuada auditoria e/ou fiscalização no exercício de 2014, somente consultoria e assessoramento, com manifestações e pareceres sobre consultas formuladas pela Administração Superior e demais unidades da Instituição de Ensino Superior.

c) Demonstração da execução do Plano Anual de Auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

A Unidade de Auditoria Interna apresentou manifestações e pareceres em diversos processos de consultas das unidades administrativas e gestores da UFPI, sobre formalização de editais, licitações, convênios, pagamento e controle interno, sem, no entanto, proceder à auditoria ou fiscalização com relatórios.

Apresentou parecer sobre o Relatório de Gestão e processo de Prestação de Contas da UFPI, referente ao exercício de 2013.

Elaborou Relatório de Atividades da Auditoria Interna - RAIN/2013.

Elaborou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT /2015.

Elaborou a minuta de Alteração do Regimento de Auditoria Interna e apresentou ao Conselho Universitário da UFPI, com observação à orientação contida no item 9.1. subitens 9.1.1 a 9.1.2, do Acórdão nº 3.390/2013 – TCU – Plenário - Sessão de 04/12/2013, para atendimento e recomendação disposta no item 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.4, do referido Acórdão, tendo a mesma sido aprovada através de resolução nº 019/14, de 14 de agosto de 2014, do Conselho Universitário. Essa alteração contempla, parcialmente, as Normas Internacionais de Auditoria Interna.

Apresentou no salão nobre da Reitoria , em 08 de outubro de 2014, ao Reitor e a Administração Superior, sugestões para controle de riscos e instrumentos administrativos de controle interno, como forma de subsidiar os meios operacionais do processo de Controle Interno e Riscos da Instituição.

Participou de treinamentos e capacitação oferecidos pela Associação Nacional de Auditores Internos do Ministério da Educação, através do 40º e 41º FONAITec, no total de 72 horas.

Participou do Curso “Planejamento e execução das atividades de unidade de controle interno”, realizado pela Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo, nas instalações da Universidade do ABC – UFABC e treinamento oferecido pelo FONAITec, no período de 15 a 19/10/2014.

Apresentou ao Magnífico Reitor da UFPI proposta de REDISTRIBUIÇÃO de um servidor lotado na Auditoria Interna do Instituto Federal do Tocantins, no cargo de auditor, com a disponibilização pela UFPI de um código de vaga de mesma classe, de forma a suprir, temporariamente, juntamente com o Auditor Interno Chefe, as atividades de auditoria e fiscalização e treinamento aos servidores lotados na AUDIN.

d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Elaboração da Minuta e alteração do Regimento de Auditoria Interna, apresentada ao Conselho Universitário da UFPI, com observação à orientação contida no item 9.1, subitens 9.1.1 a 9.1.2, do Acórdão nº 3.390/2013 – TCU – Plenário - Sessão de 04/12/2013, para atendimento de recomendação disposta no item 9.2, subitens 9.2.1 a 9.2.4 do referido

Acórdão, TENDO A MESMA SIDO APROVADA ATRAVÉS DE RESOLUÇÃO Nº 019/14, DE 14 DE AGOSTO DE 2014, do Conselho Universitário. Essa alteração contempla, parcialmente, as Normas Internacionais de Auditoria Interna.

Esse procedimento de alteração abriu oportunidades para que a auditoria interna possa colocar, na sua estrutura, profissionais de nível superior de outras áreas, com competência para o exercício de auditoria e/ou fiscalização, enquanto verificada a indisponibilidade de pessoal no quadro da UFPI na carreira de auditor ou equivalente.

e) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela Administração Superior.

Todas as recomendações originadas do Controle Interno ou do Controle Externo são recepcionadas na chefia de Gabinete do Reitor, despachadas ao setor competente para implantação, respondidas, em sua maioria, através do Plano de Providências Permanente e/ou ofícios expedidos do Gabinete do Reitor informando das providências adotadas.

f) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.

Inexistente.

g) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna.

Não existe.

h) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

Não existe.

i) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

O controle interno da UFPI é parcialmente padronizado, falta documentos formais (manuais, normativos internos) e os sistemas que estão em operação não são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Não foi possível avaliar.

2.3 Sistema de Correição

• Existência de normativo com as atribuições da Unidade Seccional de Correição

O órgão da USC da Universidade Federal do Piauí funciona na sala de Assessoria Jurídica do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia desta IFES, onde está formalmente lotado o Presidente desta UJ.

Os equipamentos disponíveis são um computador com impressora, onde atende tantos aos procedimentos das rotinas da Unidade Setorial, como também às responsabilidades atinentes ao seu cargo como servidor do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFPI. Existe também uma mobília onde são guardados os documentos inerentes aos procedimentos de correição.

Por meio do Ato da Reitoria 569/11 foi reconstituída a Unidade Seccional de Correição, no âmbito da Universidade Federal do Piauí, como integrante do sistema de Correição do Poder Executivo.

- **Competências da USC da UFPI**

- a) Propor à Administração Superior da UFPI medidas que busquem a padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais relativas à atividade correicional;

- b) Participar de atividades que exijam ações conjugadas para aprimoramento do exercício das atividades comuns;

- c) Opinar sobre a instauração de procedimentos e processo disciplinares, sem afrontar a iniciativa pela autoridade competente;

- d) Manter registro atualizado das aberturas de procedimentos investigativos no âmbito da UFPI;

- e) Encaminhar ao órgão da CGU dados consolidados e sistematizados relativos aos resultados de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, conforme padrões estipulados por aquele órgão de Controladoria;

- f) Orientar aos membros de PAD e sindicâncias sobre normas e procedimentos referentes à espécie procedimental.

- g) Informar ao órgão de Recursos Humanos da UFPI sobre a existência, ou não, de procedimento investigativo sobre servidores que solicitam aposentadoria ou outra natureza de afastamento desta IFES.

- **Resultados alcançados em 2014**

Ver ANEXO 6 e 7.

- **Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1043/2007 da CGU**

Esta Unidade Setorial informa que de fato ainda não efetivou sua aderência ao registro das informações relativas a processos disciplinares, em conformidade com a Portaria CGU nº 1.043/2007, por absoluta carência de pessoal qualificado para atuar nesse sistema eletrônico, mas adianta que já firmou acerto com a Reitoria para providenciar com a maior brevidade possível a consecução dessa tarefa, sendo certo que ainda nesse primeiro semestre de 2015 esse procedimento começará a ser satisfeito.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão			X		

diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Análise Crítica e Comentários Relevantes: A UFPI não utiliza controle de riscos, com a possibilidade de que um evento possa ocorrer e impactar positiva ou negativamente no cumprimento dos objetivos da Instituição. Falta instrumento administrativo de controle interno em alguns setores.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Auditoria Interna/UFPI

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

A Ouvidoria da Universidade Federal do Piauí foi instituída pelo Ato nº 858/09. A partir da lei publicada em 18 de novembro de 2011 conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) que regulamenta direitos constitucionais e define que os órgão e entidades públicas devam divulgar um rol mínimo de informações pro ativamente por meio da internet: <http://www.acessoinformacao.gov.br>.

O Ato da Reitoria nº 858/09, que criou a figura de Ouvidor traz, objetivamente, suas competências e limitações. O Ouvidor deve exercer o papel de mediador entre partes conflitantes no ambiente universitário buscando o resgate da cidadania ao tempo em que monitora o objeto das demandas. Constitui-se um canal de comunicação entre a comunidade discente, docente e a comunidade externa com os gestores da Instituição. A função requer habilidade na capacidade de escuta, conhecimento da estrutura e do funcionamento da UFPI, bem como sua legislação e funcionamento. O ouvidor adota na sua prática uma atitude pedagógica e propositiva com foco na harmonização, transparência e aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Universidade Federal do Piauí.

É responsável por registrar e manter atualizado um banco de dados e torna-lo disponível através de Relatório. Orienta e assiste as demandas, reclamações, sugestões, consultas, elogios e encaminhar aos setores envolvidos, garantindo sigilo das informações acompanhado do respeito à crença e a cortesia no trato. Portanto a ouvidoria se configura como órgão relevante, pois é um canal de comunicação direta entre o usuário cidadão e a instituição.

Atualmente a Ouvidoria divide sala e compartilha as funções com o e-SIC, canais permanentes de fácil acesso, onde qualquer cidadão pode se manifestar. Para o bom funcionamento da ouvidoria e SIC se faz necessário adequar o espaço, ampliar e capacitar a equipe de forma continuada, trata-se de setores estratégicos cujas demandas necessitam de espaço adequado para a escuta individualizada, respeitosa e cidadã. As instalações estão atualmente equipadas com: Mesas, cadeiras, telefone, scanner, impressora e dois computadores.

No tocante as demandas da ouvidoria e o e-SIC, foi observado uma mudança no perfil das manifestações e dos usuários, ampliando o campo das solicitações e ainda foi registrada a permanência de um elevado número de pedido de informações, esclarecimentos, dúvidas, evidenciando uma necessidade de maior divulgação dos serviços prestados pelas unidades administrativas da UFPI. Exemplos de situações simples e complexas que poderiam ser resolvidas com um telefonema ou encaminhamento de e-mails para as unidades demandadas. Uma amostra de situações recorrentes: PREG - Pró Reitoria de Ensino de Graduação (matricula, grades curriculares referentes aos diversos cursos, ajustes e trancamento e aproveitamento de disciplinas e revalidação de diplomas e o nível de atendimento dos servidores aos usuários), Copese (formas de inserção na UFPI: Enem, SISU, Concursos), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários- PRAEC (Bolsas, Restaurante Universitário, Residência Universitária e demais questões referentes aos estudantes, além dos Editais para Mestrado, Doutorado).

Registra-se a necessidade de uma equipe de apoio para dar melhor estruturação ao corpo de trabalho, assegurando o atendimento eficiente nos horários específicos.

O acesso à Ouvidoria se dá no espaço do Campus Ministro Petrônio Portela no SG7 vizinha à Assessoria Internacional. É realizado atendimento individualizado e presencial como também no link da ouvidoria no site da UFPI (<http://www.ufpi.br/>) e através de e-mails (ouvidoria@ufpi.edu.br) e via telefone (0xx86 3237-2104).

Urge a necessidade de expandir o serviço da ouvidoria e-SIC apresentando a sua face aos setores internos e a interiorização de sua atuação dentro dos Campis da Instituição UFPI.

Da capacitação: foi de extrema importância a integração na rede SIC e a participação da equipe da Ouvidoria no II encontro da rede de serviços de informação ao cidadão do Poder Executivo Federal (Rede SIC) promovido pela Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) no período de 20 a 21 de novembro de 2014 na sede da Escola Nacional de Administração Pública em Brasília-DF. Houve a participação também no Dia Internacional contra a corrupção no dia 11 de dezembro de 2014 promovido pela Controladoria Regional da União no Estado do Piauí. Quanto ao Fórum Nacional de Ouvidores sentiu-se a necessidade desta ouvidoria estar junto à rede de ouvidores, pois fortalece a integração contribuindo para o crescimento na troca de experiências. Procura-se destacar a Semana do Ouvidor no mês de março oferecendo um Seminário sobre a Ouvidoria Universitária, como proposta aos diversos campi da UFPI.

Foi elaborado como pauta um planejamento para 2015, com objetivos e metas estratégicas e ações definidas.

Seguindo os rumos será ofertado serviços e atendimentos destacando uma maior visibilidade da Ouvidoria e o e-SIC dentro da Comunidade Acadêmica e sua contribuição à comunidade.

As críticas, sugestões e elogios, no que se refere ao mecanismo que representa a satisfação dos usuários quanto aos serviços prestados pela Ouvidoria se dá pela própria página do órgão e por telefonemas.

É importante destacar que a Ouvidoria foi mais procurada para um agendamento no atendimento individualizado, como também um maior número de atendimento via telefone. Houve acessos de servidores técnicos administrativos, docentes e discentes, tanto quanto a comunidade. Como estamos integrados na internacionalização chegam para nós solicitações de diversos lugares, dentro e fora do País. Ressalto que no ano de 2014 houve um maior registro de solicitações dos Campis da UFPI no interior do Estado.

Das manifestações recebidas pela ouvidoria se referem às atividades desenvolvidas pela Universidade Federal no seu sentido mais ampliado. Entretanto alguns setores são mais demandados pelo trabalho que realizam, pelos serviços que prestam pelo atendimento ao público, pela quantidade de alunos que atendem, são eles: Biblioteca, COPESE, Informações acerca de Serviços terceirizados, reclamações do serviço prestado pelo Restaurante Universitário, questões como, ENEM/SISU, Transferência de Curso, Concurso Público, Seleção de Mestrado e Doutorado, matrículas, intercâmbio, trancamento de matrícula, Aproveitamento de Disciplinas, informações sobre o PARFOR, EAD, Biblioteca Universitária, Diplomas, Especializações, Mestrados e Doutorados, conflitos entre alunos e professores e entre professores e chefes de departamento, professor versus professor exames de vaga remanescentes, questões de segurança no espaço universitário e muitos pedidos de informações acerca de concursos e diversos temas.

Classificando as manifestações recebidas de acordo com a categoria da manifestação: informação, sugestão, elogio, crítica, reclamação, dúvida, denúncia dentre outros se destaca uma maior quantidade de consultas e reclamações. Uma grande parte das consultas se refere aos processos de ingresso na UFPI, conforme já foi discutido anteriormente. Há um grande crescimento no número de sugestões, reclamações.

Os setores que mais receberam manifestações são COPESE, DAA, Setor do Diplomas e Certificados, e Comissão de Concursos e Seleções de Mestrados e Doutorados e Ensino EAD.

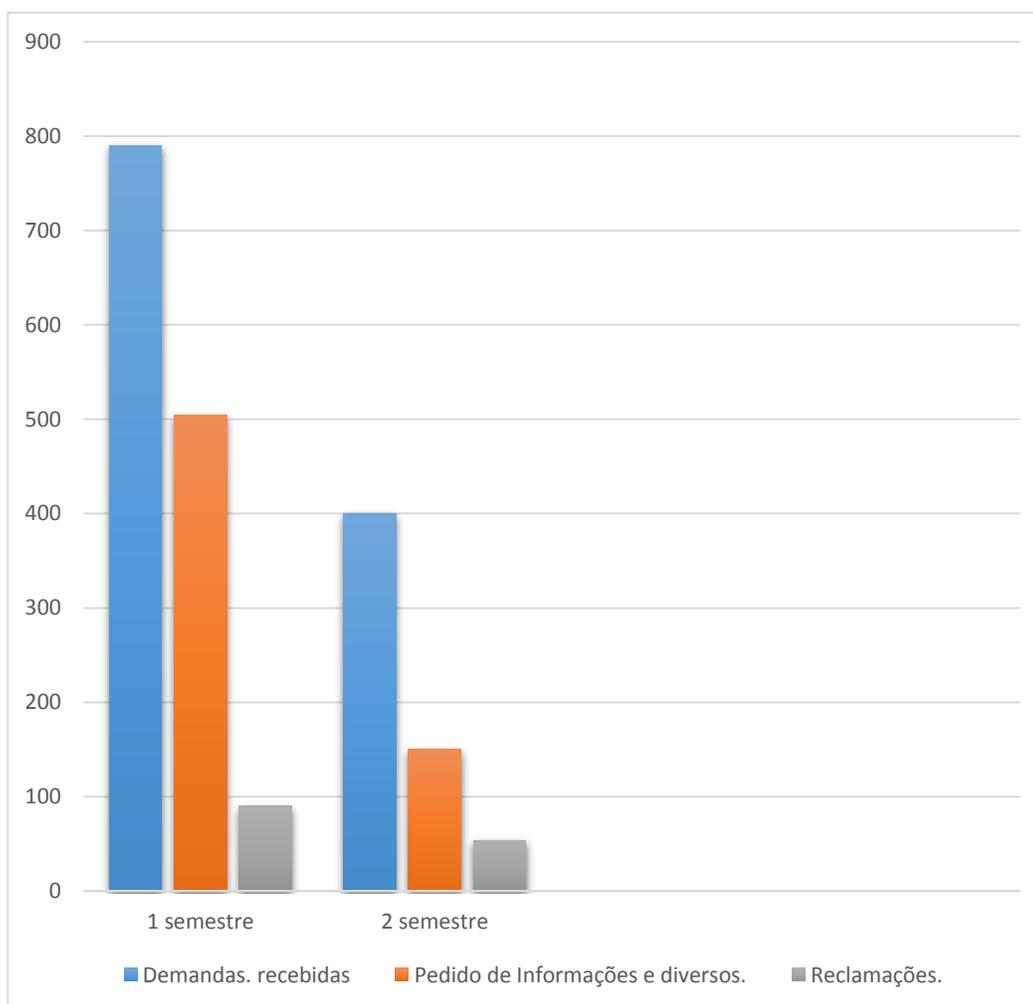
3.1 Canais de Acesso do Cidadão

Os Canais de acesso do cidadão ao Órgão da Ouvidoria e-SIC se estabelecem das seguintes formas:

- a) Através da página no site da Instituição. (<http://www.ufpi.br/ouvidoria.php>)
- b) Por ligações telefônicas através do número: (86) 3237-2104
- c) E também de forma presencial, onde há atendimento individualizado com garantia de sigilo pela Ouvidora.

No período que segue de janeiro a dezembro de 2014 a Ouvidoria ampliou o número de mensagens por e-mail. Uma média de pelo menos 1100 mensagens no ano de 2014, dividindo em 2 semestre como mostra o gráfico abaixo. Destaca-se pedido de informações e diversos, como: dúvidas frequentes, solicitações de informação, reclamações, denúncias, sugestões e elogios. Como a ouvidoria se constitui como um instrumento de participação direta na comunicação interna e externa, foi registrado um grande número de pedidos de informação e atendimento através do e-mail institucional: ouvidoria@ufpi.edu.br e SIC: marysic@ufpi.edu.br e bernadetemoura@ufpi.edu.br Diariamente através do telefone (86) 3237-2104.

O segundo semestre de acordo com o gráfico abaixo, demonstra uma diminuição na natureza dos pedidos de informação. Quanto às reclamações, há uma diminuição, porém um acentuado número de pedidos na página do SIC <http://www.acaoainformacao.gov.br/>. Importante ressaltar a necessidade da Instituição promover uma campanha interna no sentido de orientar e dar suporte às unidades administrativas quanto ao bom cumprimento da Lei de acesso a informação, como exemplo: situações em que os gestores de unidades e os legítimos responsáveis se negam assinar documentos que estão sob suas tutelas, responsabilizando os servidores do e-SIC, o que gera reclamações a serem avaliadas em outras instâncias.



Fonte: Ouvidoria da UFPI

Gráfico 1 – Demandas do e-Sic em 2014

Das constantes solicitações estão a disponibilização dos e-mails Institucional e os respectivos gestores, especialmente das Unidades mais demandadas. É possível indicar os gargalos e sugerir novas estratégias de protocolo, pois que recebemos e registramos a necessidade de ampliação do rol de informações das diversas Unidades Administrativas no Site da UFPI.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Pró-Reitoria de Graduação elabora anualmente o “Guia do Calouro”. Este documento visa informar a comunidade, ainda que de forma sucinta, acerca dos serviços prestados pela UFPI quanto as informações sobre graduação, benefícios oferecidos aos alunos, pesquisa e extensão.

3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

Através da autoavaliação institucional realizada pela da Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) instituída por Ato da Reitoria, a UFPI constrói conhecimentos sobre a sua própria realidade buscando compreender o significado do conjunto de suas atividades para melhoria da qualidade e obtenção de maior alcance social. A autoavaliação tem por base as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – 1) Missão e PDI; 2) Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 3) Responsabilidade social da IES; 4) Comunicação com a sociedade; 5) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; 6) Organização de gestão da IES; 7) Infraestrutura física; 8) Planejamento de avaliação; 9) Políticas de atendimento aos estudantes; 10) Sustentabilidade financeira -, com informações quanti-qualitativas de forma a compor a visão do cenário educacional da UFPI, focalizando, de forma especial, os resultados positivos, as dificuldades e os esforços colocados pelo desafio de ampliar a sua atuação acadêmica. Inclui análise sobre a estrutura, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo seu perfil e missão institucional.

Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, discentes dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, técnico-administrativos e gestores. Assim, a avaliação interna se constitui num processo por meio do qual a IES analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro.

A UFPI iniciou seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com a finalidade de aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, e melhoria do planejamento e da gestão universitária. A partir da edição da Lei de Diretrizes e Bases (Lei no 9.394/96) toda instituição de ensino superior passou a ser avaliada periodicamente. Assim, como instrumento central das reformas da Educação Superior, o processo de implantação da Avaliação Institucional na UFPI foi retomado, em 2003 (Ato da Reitoria nº 490/03), antes mesmo da vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e define em seu Artigo 11, que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, deverá constituir Comissão Própria de Avaliação (CPA) assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

O processo de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Piauí, referente ao exercício de 2014, foi coordenado pela Comissão Central instituída pelo Ato da Reitoria nº 537/2012 com o apoio das Comissões Setoriais de cada Centro/Campus da UFPI. Foi amplamente divulgado, sendo a participação da comunidade acadêmica voluntária e anônima, de acordo com os princípios definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A consulta à comunidade acadêmica foi realizada no período de 10 de novembro a 15 de dezembro de 2014, por meio de questionários eletrônicos para discentes, docentes, técnico-administrativos e gestores que foram disponibilizados no sistema acadêmico (Sistema SIG). Alguns pontos da autoavaliação de 2014 estão elencadas abaixo:

- Os *Alunos da graduação* apontaram como fatores positivos: a) a oferta de bolsas de apoio aos discentes em situação de vulnerabilidade social (ações afirmativas) e outras ações de interesse social são bem avaliadas, b) consideram eficiente a estrutura de informação dirigida ao público interno e externo da UFPI (site, jornal, informativo, mala direta de e-mails, revistas, redes sociais), dentre outros e, como fatores negativos: a) desconhecem a existência de alguns setores, normas, procedimentos e informações sobre a instituição, b) as condições de acesso e segurança ao público interno e externo na UFPI não são positivos, dentre outros.
- Os *Alunos da pós-graduação* apontam como fatores positivos: a) e como fatores negativos a) Reconhecem que a UFPI tem uma boa imagem perante a sociedade e que a mesma contribui para o desenvolvimento do Estado, b) O índice de satisfação com seu curso são positivos, c) avalia de forma positiva a estrutura da universidade (salas, laboratórios, restaurante universitário, biblioteca e outros espaços) dentre outros e, como fatores negativos: a) as Bolsas de apoio aos discentes não são suficientes para a demanda do programa, b) considera regular, ruim/péssima a estrutura dos banheiros e bebedouros, dentre outros.
- Os *Docentes* apontam como fatores positivos: a) o funcionamento e a representatividade dos Colegiados da UFPI cumprem os dispositivos regimentais e estatutários, b) a maioria conhece a existência de alguns setores, normas, procedimentos e informações sobre a instituição, dentre outros e, como fatores negativos: a) o grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI é baixo, b) o atendimento ao público interno e externo pelos técnico-administrativos, docentes e gestores nos diversos setores da UFPI não é satisfatório para a maioria, dentre outros.
- Os *Técnicos-administrativos* apontam como fatores positivos: a) existe transparência na gestão dos recursos financeiros da UFPI, b) consideram boas e excelentes a estrutura da UFPI no que se referem a salas de aula, auditório, restaurante universitário e biblioteca, dentre outros e, como fatores negativos: a) quanto à manutenção de uma política de apoio à capacitação de técnico-administrativos da UFPI, e o grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI apresentam índices negativos, b) consideram regular, ruim/péssima a estrutura dos banheiros e Áreas de convivência, lanchonetes e bebedouros, dentre outros.

3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

A UFPI possui uma rede de comunicação, formada principalmente pelas instâncias que compõem a Superintendência de Comunicação Social (SCS) - órgão diretamente encarregado de gerenciar a comunicação da UFPI com a sociedade – e, o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). Esta rede promove a interação entre a Instituição e o meio externo como também desenvolve ações de comunicação para a comunidade interna.

No que tange à comunicação externa e interna, o site institucional (www.ufpi.br), a Rádio Universitária, a Ouvidoria da UFPI e a Editora da UFPI possuem um enorme alcance social. Internamente, ressalta-se a comunicação proporcionada pelos sistemas integrados de gestão (SIG), software de gestão universitária criado pela UFRN e adotado por várias IES do Brasil. A UFPI, na vigência do último PDI 2010-2014, estabeleceu um acordo de

cooperação com a UFRN e implantou os módulos de quatro subsistemas: SIGAA (Acadêmico), SIGRH (Recursos Humanos) e SIPAC (Administrativo) e SIGAdmin.

O SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) permitiu a informatização dos procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios de atividades docentes, dentre outros.

O SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos), gerencia as unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos; o SIGRH (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos), viabiliza os procedimentos direcionados a gestão de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.

O SIGAdmin (Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação) destina-se a administração e gestão dos 4 sistemas integrados acima descritos. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.

No que se refere à imagem da Instituição na comunidade, ela é trabalhada permanentemente e sempre foi positiva, em função de mais de quarenta anos de inserção nos problemas locais e regionais, sobretudo no cumprimento de sua missão, como formadora de profissionais qualificados para a atuação nos distintos setores da sociedade.

3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

Como apontado mais detalhadamente no item 3.3 (Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços) deste Relatório de Gestão, a avaliação dos serviços prestados por esta UJ é realizada através da autoavaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que realiza anualmente pesquisas de opinião junto a comunidade.

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

Segundo o PDI 2015-2019, a UFPI propõe para este quinquênio a implantação do Núcleo de Acessibilidade, que se encontra em fase de projeto pela PREUNI. O Núcleo será construído no Campus Ministro Petrônio Portella da UFPI, em Teresina-PI. O projeto arquitetônico foi elaborado de acordo com os critérios de acessibilidade NBR 9050/2004, NBR 9077/1993, NBR 11785 e as exigências feitas pelo MEC. O Núcleo será composto de um pavimento térreo, construído em estrutura de concreto armado, com fechamento em alvenaria e laje nervurada de concreto armado, cobertura em telha metálica termo acústica sobre estrutura metálica, constituído pelas seguintes áreas: áreas gerais construídas: 665,82m² e cobertura 741,90 m².

Ainda, segundo o PDI 2015-2019 (p.358), a UFPI prepara-se para atender, por meio do seu Núcleo de Acessibilidade, aos casos enquadrados no Quadro 1, de acordo com

o documento “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior”, editado pelo INEP, em 2013.

Quadro 1 - Atividades Próprias do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Núcleos de Acessibilidade ou outro Lócus Específico para esse Atendimento nas IES

Deficiências	Atividades
Estudantes com deficiência mental (intelectual)	Atividades para desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros).
Estudantes com deficiência auditiva ou surdez	As atividades se desenvolvem em três momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala); AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua.
Estudantes com deficiência visual ou cegos	Sistema Braille, Sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma; software de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários tamanhos e sem distorção, ajuste de cores, otimização de foco, ponteiro e cursos; entre outros
Estudantes com surdocegueira	Ensino do método de linguagem Tadoma, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto moon (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros.
Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento	Uso do computador como auxílio à aprendizagem; PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras); Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação), entre outros.
Estudantes com altas habilidades/superdotação	Programas de enriquecimento curricular ⁵ , (intracurricular e extracurricular); aceleração de estudos; compactação curricular; PIBIC, Programa Intensivo de Treinamento, bolsas de pesquisa, estágios em salas de recursos multifuncionais, projetos de pesquisa, entre outros.

Fonte: PDI 2015-2019

A UFPI está buscando as condições adequadas para implementar o seu Núcleo de Acessibilidade e, neste contexto, já iniciou a adoção das medidas para este fim, tais como: contratação de docentes com as características necessárias e a implantação do curso de graduação, em Letras-LIBRAS.

PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO****4.1 Informações Sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada**

Quanto ao ambiente de atuação da UFPI destacamos os pontos abaixo:

a) Números em relação ao conjunto de universidades (públicas e privadas) da sua área de atuação

Em relação ao *ranking* RUF (*Ranking* Universitário Folha), que é uma avaliação anual do Ensino Superior do Brasil feita pela “Folha” desde 2012, a UFPI passou da 69ª posição dentre as Universidades brasileiras para a 49ª. A classificação RUF observa cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado (Tabela 1), sendo que os dados são coletados no ano anterior. Portanto, o RUF-2014 reflete a posição alcançada em 2013.

Tabela 1 – Posição da UFPI no Ranking Universitário Folha, 2014

Ranking RUF da UFPI						
Ano	Ensino	Pesquisa	Mercado	Inovação	Internacionalização	Posição Geral
2013	99°	56°	57°	32°	152°	69°
2014	47°	58°	71°	30°	100°	45°

Fonte: PDI 2015-2019

b) Universo potencial de alunos dos cursos de graduação e parcela atendida pela universidade

Em termos de ensino de graduação, a UFPI ministra 169 cursos com cerca de 21 mil alunos de graduação presencial e 5.000 na modalidade EaD, além de 1.634 alunos matriculados na pós-graduação lato sensu e 752 alunos de pós-graduação stricto sensu. O corpo de recursos humanos atual é de 1.888 docentes (magistério superior e educação básica) e 1.046 servidores técnico-administrativos. Nas Tabelas 2 a 5, abaixo, estão detalhados dados da graduação no período de 2011-2014.

Tabela 2 – Quantidade de Vagas Ofertadas 2011-2014

CAMPUS	2011.1	2011.2	TOTAL 2011	2012.1	2012.2	TOTAL 2012	2013.1	2013.2	TOTAL 2013	2014.1	2014.2	TOTAL 2014
CMPP	2.144	1.284	3.428	2.014	1.244	3.258	2.124	1.244	3.368	2124	1364	3488
CAFS	180	180	360	180	180	360	165	180	345	170	230	400
CMRV	503	400	903	706	200	906	556	300	856	556	440	996
CPCE	250	250	500	300	200	500	250	250	500	250	310	560
CSHNB	450	350	800	650	150	800	450	350	800	450	410	860
TOTAL GERAL	3.527	2.464	5.991	3.850	1.974	5.824	3.545	2.324	5.869	3.550	2.754	6.304

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

Tabela 3 – Quantidade de Ingressantes 2011-2014

CAMPUS	2011.1	2011.2	TOTAL 2011	2012.1	2012.2	TOTAL 2012	2013.1	2013.2	TOTAL 2013	2014.1	2014.2	TOTAL 2014
CMPP	2.068	1.080	3.148	1.943	1.210	3.153	1.957	1.244	3.201	2011	1206	3.217
CAFS	164	169	333	119	173	292	165	173	338	212	221	433
CMRV	529	346	875	486	376	862	517	389	906	521	409	930
CPCE	210	89	299	131	159	290	192	166	358	271	207	478
CSHNB	440	325	765	396	302	698	413	351	764	460	377	837
TOTAL GERAL	3.411	2.009	5.420	3.075	2.220	5.295	3.244	2.323	5.567	3475	2420	5.895

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

Tabela 4 – Quantidade de Matriculados 2011-2014

CAMPUS	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2
CMPP	11.956	12.326	12.284	11.498	11.840	11.989	11.998	11.924
CAFS	194	742	826	945	1.037	1.161	1167	1317
CMRV	2.645	3.417	3.476	3.330	3.392	3.391	3406	3418
CPCE	862	1.325	1.315	1.318	1.359	1.379	1477	1469
CSHNB	1.960	2.828	2.823	2.730	2.766	2.811	2838	2755
TOTAL GERAL	17.617	20.638	20.724	19.821	20.394	20.731	20.886	20.883

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

Tabela 5 – Quantidade de Concluintes 2011-2014

CAMPUS	2011.1	2011.2	TOTAL 2011	2012.1	2012.2	TOTAL 2012	2013.1	2013.2	TOTAL 2013	2014.1	2014.2	TOTAL 2014
CMPP	658	963	1.621	655	938	1.593	769	886	1655	641	867	1508
CAFS	0	0	0	0	31	31	39	127	166	46	75	121
CMRV	236	199	435	198	377	575	324	230	554	226	236	462
CPCE	35	57	92	66	82	148	127	114	241	111	80	191
CSHNB	162	205	367	184	257	441	243	252	495	191	222	413
TOTAL GERAL	1.091	1.424	2.515	1.103	1.685	2.788	1.502	1.609	3.111	1215	1480	2695

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

c) Áreas de ensino mais demandadas no estado

As áreas de ensino mais demandadas pela comunidade em 2014, estão demonstradas nos quadros abaixo.

Quadro 2 – Concorrência Sisu 2014.1

Nº	Campus	Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Inscrições efetuadas	Concorrência
1º	CMPP	Serviço Social	Bacharelado	Integral	50	2.578	51,56
2º	CMPP	Nutrição	Bacharelado	Integral	40	1.976	49,40
3º	CMPP	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	40	1.847	46,18
4º	CMPP	Moda, Design e Estilismo	Bacharelado	Noturno	40	1.685	42,13
5º	CMPP	Ciências da Natureza	Licenciatura	Noturno	60	2.490	41,50
6º	CMPP	Educação Física	Licenciatura	Integral	46	1.822	39,61

7º	CMPP	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Integral	30	1.180	39,33
8º	CMRV	Fisioterapia	Bacharelado	Integral	50	1.966	39,32
9º	CSHNB	Nutrição	Bacharelado	Integral	50	1.898	37,79
10º	CMRV	Psicologia	Bacharelado	Integral	50	1.887	37,74

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

Quadro 3 – Concorrência Sisu 2014.2

Nº	Campus	Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Inscrições efetuadas	Concorrência
1º	PARNAÍBA	Medicina	Bacharelado	Integral	40	6.558	163,95
2º	CMPP	Administração	Bacharelado	Noturno	50	6.307	126,14
3º	CMPP	Educação Física	Licenciatura	Integral	46	4.625	100,54
4º	CMPP	Nutrição	Bacharelado	Integral	40	3.783	94,58
5º	CMPP	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	40	3.573	89,33
6º	CMPP	Medicina	Bacharelado	Integral	40	3.383	84,58
7º	CMPP	Pedagogia	Licenciatura	Vespertino	40	3.251	81,28
8º	CMPP	Enfermagem	Bacharelado	Integral	40	3.212	80,30
9º	CMPP	Ciências da Natureza	Licenciatura	Noturno	60	4.694	78,23
10º	PARNAÍBA	Fisioterapia	Bacharelado	Integral	50	3.809	76,18

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

d) Desconcentração em *campi* dentro do estado

As estruturas básicas de ensino que integram a UFPI são subdivididas segundo as áreas de conhecimento, formando os departamentos e estes, por sua vez, se agregam e formam as unidades de ensino. Atualmente, a UFPI conta com 06 (seis) unidades (centros de ensino) no Campus sede:

✓ Centro de Ciências Agrárias (CCA)

São oferecidos no CCA os cursos de Graduação em Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária e os Programas de Pós-Graduação em Agronomia/Produção Vegetal (Mestrado e Doutorado), Ciência Animal (Mestrado e Doutorado) e Genética e Melhoramento (Mestrado).

✓ Centro de Ciências da Educação (CCE)

São oferecidos no CCE os cursos de Graduação em Pedagogia, Jornalismo, Artes Visuais, Música e Moda, Design e Estilismo e os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (mestrado e doutorado) e Comunicação (mestrado).

✓ Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)

São oferecidos no CCHL os cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura), Ciência Política, Direito, Serviço Social, História (Bacharelado e Licenciatura), Filosofia, Geografia, Letras (Inglês e Língua Inglesa), Letras (Língua Portuguesa e Língua Francesa), Letras (Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa) e Letras-LIBRAS.

Este Centro também oferece Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Ética e Epistemologia, Geografia, História do Brasil, Letras, Políticas Públicas e Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado).

✓ Centro de Ciências da Natureza (CCN)

São oferecidos no CCN os cursos de Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Ciência dos Materiais, Estatística, Física, Matemática, Química, Ciências da Natureza. O CCN sedia, ainda, os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Química (mestrado), Matemática (mestrado acadêmico e profissional), Física (mestrado acadêmico e profissional), Computação, Ciência dos Materiais e Arqueologia.

✓ Centro de Ciências da Saúde (CCS)

São oferecidos no CCS os cursos de Graduação em Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Educação Física. Este Centro oferece Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências e Saúde (mestrado e doutorado), Enfermagem (mestrado e doutorado), Farmacologia (mestrado), Alimentos e Nutrição (mestrado e doutorado) e Ciências Farmacêuticas (mestrado).

✓ Centro de Tecnologia (CT)

São oferecidos no CT os cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

A UFPI também possui um Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), através do qual ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) para atingir ao público que não tem oportunidade de participar ativamente do dia a dia institucional em caráter presencial, mas que, através da adoção de novas metodologias da informação e comunicação, forma profissionais habilitados ao exercício profissional aptos a atuarem na sociedade. São oferecidos no CEAD os cursos de Graduação em Administração, Administração Pública, Sistemas de Informação, Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Computação, Filosofia, Física, Matemática, Pedagogia, Letras-Inglês, Letras-Português, História, Geografia e Química.

Este Centro também oferece Programas de Pós-Graduação *lato sensu* em História Social da Cultura, Ecologia, Ensino de Matemática, Gestão em Saúde, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Saúde da Família, Língua Brasileira de Sinais, Informática na Educação, Gestão Educacional em Rede, Ensino de Química, Ensino de Filosofia, Física, Alfabetização e Letramento, Gênero e Raça (UNIAFRO), Gênero e Diversidade na Escola (GDE). E Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Mestrado Profissional em Matemática, em rede nacional (PROFMAT).

Os cursos são ofertados em 39 municípios (Polos de Apoio Presencial): Água Branca, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Campo Alegre de Lourdes (BA), Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Gilbués, Inhumas, Jaicós, Juazeiro (BA), Luís Correia, Luzilândia, Marcos Parente, Monsenhor Gil, Oeiras, Paes Landim, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Redenção do Gurguéia, Regeneração, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Teresina, União, Uruçuí e Valença do Piauí.

Além das 05 (cinco) Unidades Acadêmicas e o CEAD, a UFPI possui 04 (quatro) Campi no interior do Estado, sediados nas cidades de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano, respectivamente:

✓ **Campus Ministro Reis Veloso (CMRV)**

São oferecidos no CMRV os cursos de Graduação em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Medicina, Psicologia, Turismo, Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia (Magistério).

✓ **Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)**

São oferecidos no CSHNB os cursos de Graduação em Administração, Enfermagem, Nutrição, Sistema de Informação, Ciências Biológicas, Educação no Campo/Ciências da Natureza, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

✓ **Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)**

São oferecidos no CPCE os cursos de Graduação em Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Ciências Biológicas e Educação no Campo/Ciências Humanas e Sociais.

✓ **Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)**

São oferecidos no CAFS os cursos de Graduação em Administração, Enfermagem, Ciências Biológicas, Pedagogia (Magistério), Educação no Campo/Ciências da Natureza.

Integrado também à estrutura da UFPI existem 03 (três) colégios de ensino técnico-profissionalizante, conhecidos por Colégios Técnicos (nomenclatura alterada pela Resolução CONSUN/UFPI nº 003/2013 de 23 de janeiro de 2013): Colégio Técnico de Teresina (CTT); Colégio Técnico de Floriano (CTF) e Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ). Os cursos ministrados em cada Colégio estão discriminados no Quadro 4.

Quadro 4 - Cursos Vinculados ao Ensino Técnico - Profissionalizante Ministrado pela UFPI

UNIDADE	NOME DO CURSO	ANO DE INÍCIO	VAGAS ANUAIS OFERECIDAS	Nº DE ALUNOS INGRESSANTES				Nº DE ALUNOS MATRICULADOS				Nº DE ALUNOS CONCLUDENTES			
				2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Colégio Técnico de Teresina	Técnico em Agropecuária concomitante com Ensino Médio	2000	100	100	100	100	100	302	254	216	202	37	39	31	51
	Técnico em Enfermagem	2006	35	35	35	35	35	72	63	57	71	36	20	23	24
	Técnico em Agropecuária	2000	40	40	40	40	40	69	71	65	79	20	20	26	20
	Técnico em Informática	2009	50	50	50	50	50	107	71	80	85	25	08	11	23
Colégio Técnico de Floriano	Téc. em Agropecuária	1979	75	75	75	75	75	75	75	75	281	60	53	59	41
	Téc. em Agropecuária – PROEJA	2012	40	-	24	-	-	-	24	22	14	-	-	-	-
	Téc. em Enfermagem	1981	40	30	35	40	40	30	35	40	56	63	41	16	16
	Téc. em Informática	1998	75	75	75	75	75	75	75	75	251	17	23	31	26
	Téc. em Vigilância em Saúde	2009	40	40	-	-	-	40	-	-	-	21	23	-	-
	Téc. em Agente Comunitário de Saúde	2013	40	-	-	40	40	-	-	40	69	-	-	-	25
Colégio Técnico de Bom Jesus	Técnico em Agropecuária concomitante	1982	60	50	60	50	60	134	138	121	202	30	27	09	22
	Técnico em Informática concomitante	2009	60	40	50	50	60	78	100	107	156	13	11	18	22
	Técnico em Enfermagem concomitante	2010	40	40	0	0	40	40	38	21	53	-	09	18	0
	Técnico em Agropecuária subsequente	2012	40	0	30	30	40	0	29	59	63	-	-	10	27
	Técnico em Informática subsequente	2008	35	30	0	35	0	30	25	35	35	-	18	0	13
	Técnico em Enfermagem subsequente	2009	40	20	20	40	40	44	33	53	80	24	11	39	27
	PROEJA	2009	35	0	39	0	-	59	65	28	-	05	04	0	30

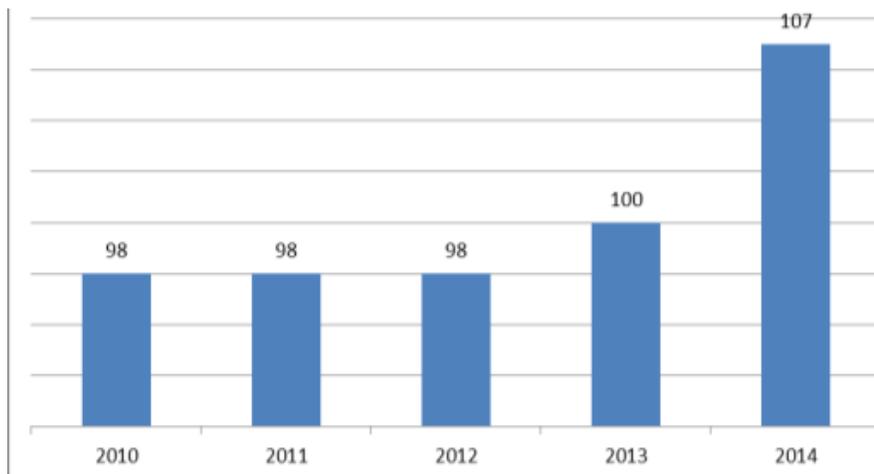
Fonte: Coordenação de Ensino Básico Técnico e Tecnológico/PREG/UFPI

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS****5.1 Planejamento da Unidade**

O PDI 2010-2014 projetou, em termos de objetivos específicos para o “ensino de graduação” nas modalidades bacharelado e licenciatura e também para o “ensino técnico profissionalizante”, ministrado nos Colégios Técnicos pertencentes à UFPI, a:

- ✓ Ampliação da oferta e otimização das formas de ingresso;
- ✓ Adequação dos projetos pedagógicos dos cursos ao perfil profissional requerido pela sociedade atual e às DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais);
- ✓ Ênfase ao aprimoramento do desempenho acadêmico;
- ✓ Consolidação da política de estágio obrigatório e não obrigatório;
- ✓ Fortalecimento do programa de monitoria;
- ✓ Ampliação dos cursos noturnos;
- ✓ Interiorização do ensino;
- ✓ Qualificação didático-pedagógica;
- ✓ Ampliação de áreas físicas e modernização da infraestrutura laboratorial;
- ✓ Fortalecimento dos programas de bolsas para discentes;
- ✓ Fortalecimento das coordenações de cursos.

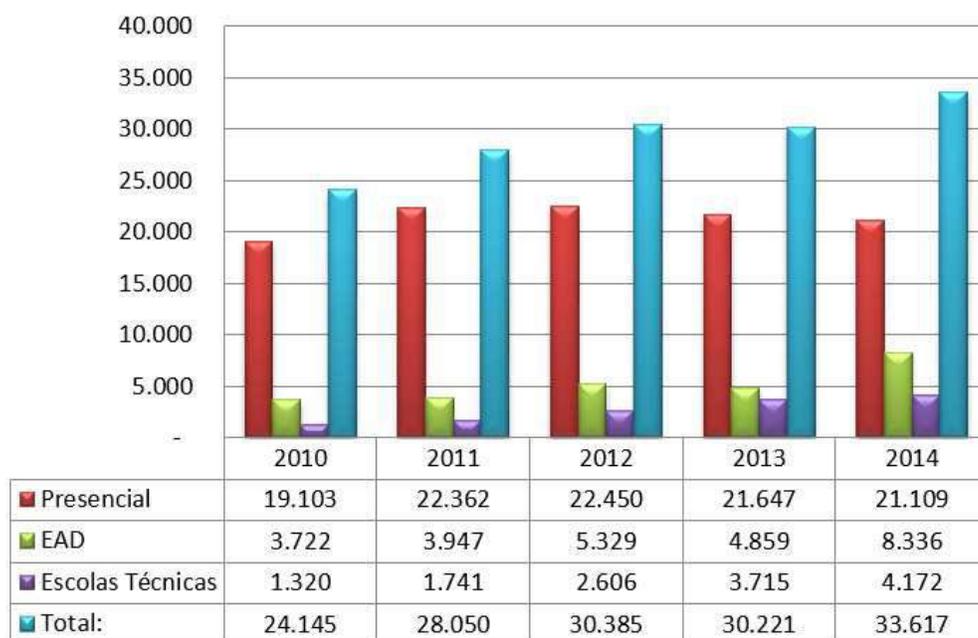
Estes objetivos foram cumpridos, em sua grande maioria, sendo importante fazer menção ao aumento substancial do número de cursos de graduação, que eram 98 em 2009 e, atualmente, são: 107 presenciais regulares (Gráfico 2). Há também 47 presenciais vinculados ao Programa PARFOR e 15 cursos na modalidade EaD, ofertados em 33 Polos de Apoio Presencial. Quanto à forma de ingresso, os colegiados superiores deliberaram que: o ensino de graduação presencial adota o sistema de seleção unificada (SISu) preconizado pelo MEC, a graduação na modalidade EaD e o ensino técnico utilizam processo seletivo institucional, realizado sob a responsabilidade da COPESE.



Fonte: PDI 2015-2019

Gráfico 2 – Cursos de Graduação Regulares Ofertados Presencialmente

Sobre o contingente de matrículas, na vigência do PDI/2010-2014, envolvendo a graduação presencial e a distância e o ensino técnico, houve uma evolução crescente, com exceção do ano de 2013, na graduação, que ficou em patamares levemente inferiores a 2012, mas recuperando-se em 2014. O ensino técnico teve evolução crescente de matrículas durante todo o quinquênio (Gráfico 3).



Fonte: PDI 2015-2019

Gráfico 3 – Matrículas no Ensino de Graduação na Vigência do PDI/2010-2014

Quanto ao fortalecimento das coordenações de cursos e programas, ressaltasse que era desejado que fossem dotadas de uma infraestrutura de recursos humanos e tecnológicos que otimizassem o seu funcionamento e que houvesse ampliação de recursos humanos efetivos. A ampliação do pessoal de apoio, não ocorreu no patamar previsto, uma vez que não houve liberação de vagas pelo MEC como desejado, porém a UFPI está utilizando o apoio de pessoal terceirizado. Ressalte-se que após a implantação das ferramentas eletrônicas do SIGAA, houve uma melhora substancial no funcionamento de todos os setores acadêmicos e administrativos.

No que se refere à criação de cursos de graduação, tal como previsto no PDI, a evolução ocorreu conforme se verifica no Quadro 5.

Quadro 5 – Cursos de Graduação Criados na Vigência do PDI/2010-2014

Presenciais regulares			
Ano	Curso	Grau	Unidade
2010	Ciência Política	Bacharelado	CCHL
	História	Bacharelado	CCHL
2014	Educação do Campo	Licenciatura	CCN
	Educação do Campo	Licenciatura	CSHNB
	Educação do Campo	Licenciatura	CAFS
	Educação do Campo	Licenciatura	CPCE
	Letras – LIBRAS	Licenciatura	CCHL

	Medicina	Bacharelado	CMRV
2012	Letras – Português	Licenciatura	CEAD
	Letras – Inglês	Licenciatura	CEAD
2014	Geografia	Licenciatura	CEAD
	História	Licenciatura	CEAD
	Computação	Licenciatura	CEAD
	Ciências da Natureza	Licenciatura	CEAD
À distância			
2012	Letra – Português	Licenciatura	CEAD
	Letras – Inglês	Licenciatura	CEAD
2014	Geografia	Licenciatura	CEAD
	História	Licenciatura	CEAD
	Computação	Licenciatura	CEAD
	Ciências da Natureza	Licenciatura	CEAD
Vinculados ao Programa PARFOR			
2011	Ciências da Natureza (2ª Licenciatura)	Licenciatura	Coordenação PARFOR
	Matemática (1ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Educação Física (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Letras – Português 1ª (Licenciatura)	Licenciatura	
	História (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
	História (1ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Letras Português (1ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Letras – Português (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Artes Visuais (1ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Pedagogia (1ª Licenciatura)	Licenciatura	
2012	Matemática (2ª Licenciatura)	Licenciatura	Coordenação PARFOR
	Física (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Letras – Inglês (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Geografia (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Ciências Sociais (2ª Licenciatura)	Licenciatura	
2014	Educação Física (1ª Licenciatura)	Licenciatura	Coordenação PARFOR
	Educação Física (1ª Licenciatura)	Licenciatura	
	Música (1ª Licenciatura)	Licenciatura	

Fonte: DIAI/PROPLAN

Considerando-se a importância do PARFOR, a UFPI está cumprindo a sua missão e responsabilidade social ao ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade para professores, em exercício nas escolas públicas, sem a formação exigida pela LDBE/96. Dentre outros indicadores que refletem o trabalho institucional realizado no último quinquênio, ressalta-se a taxa de sucesso da graduação (TSG) que, após um decréscimo (de 3%) em 2011, subiu em 2012 e 2013, decrescendo em 2014.

Entre as IES nordestinas, a UFPI ficou em quarto lugar quanto à sua taxa de sucesso. A ocupação das vagas na graduação subiu em 2013 e 2014 e a taxa de evasão escolar decresceu em 2014 (Tabela 2 e Gráfico 4).

Tabela 6 – Valores da Taxa de Sucesso de Graduação, Evasão e Ocupação das Vagas de Graduação na UFPI, Quinquênio 2010-2014

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Evasão	17%	12%	14%	16%	16%	12% ↓
Ocupação	92%	88%	93%	90%	92%	93% ↑
Taxa de Sucesso	52,0%	59,0%	56,06%	56,7%	61,5%	56,42% ↓

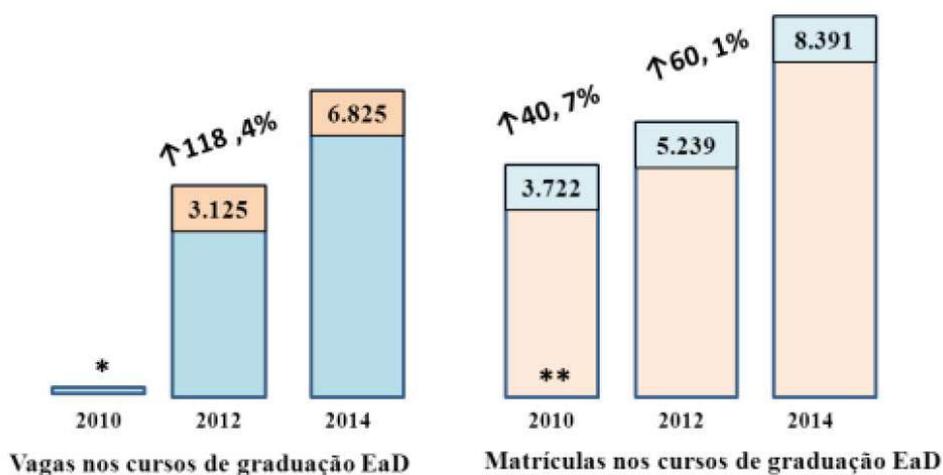
Fonte: PDI 2015-2019



Fonte: PDI 2015-2019

Gráfico 4 – Taxa de Sucesso 2009-2014

O ensino de graduação a distância apresentou, no quinquênio, avanços significativos, tanto em número de vagas quanto em matrículas. As vagas de 2014 cresceram 118,4% em relação ao ingresso anterior, ocorrido em 2012, e as matrículas aumentaram 60,1% em relação a 2012 que, por sua vez, cresceram 40,7% em relação ao número de matriculados em 2010, os quais se originaram do ingresso de 2009.



Nota: * Não houve entrada/ **Alunos oriundos de 2009

Fonte: PDI 2015-2019

Gráfico 5 – Vagas e Matrículas do Ensino de Graduação EaD na Vigência do PDI 2010-2014

O número de seguros efetivados para alunos de graduação presencial e a distância, alunos do ensino técnico e docentes, em 2014 foi de 29.850. Em 2013 este número ficou em 20.954, tendo havido 42,45% de aumento. As vagas de monitoria na graduação também apresentaram progressão ano a ano, conforme se observa nos números do Quadro 6, sendo que o aumento em 2014, em relação a 2010 foi de 33%.

Quadro 6 - Quantitativo das Monitorias no Período de Vigência do PDI/2010-2014

Campus	Tipo	Período					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
CMPP	Remunerada	472	500	570	582	500	519
	Não Remunerada	711	643	737	669	757	834
	TOTAL	1.183	1.143	1.307	1.251	1.248	1.353
CMRV	Remunerada	71	81	102	113	97	104
	Não Remunerada	133	201	211	256	226	283
	TOTAL	204	282	313	369	323	387
CSHNB	Remunerada	49	67	58	63	60	72
	Não Remunerada	133	104	134	185	172	256
	TOTAL	182	171	192	248	232	328
CPCE	Remunerada	57	40	41	48	31	44
	Não Remunerada	58	102	205	236	176	124
	TOTAL	115	142	246	238	207	168
CAFS	Remunerada	-	37	39	36	34	43
	Não Remunerada	-	13	32	75	76	100
	TOTAL	-	50	71	111	110	143
TOTAL GERAL POR ANO		1.684	1.788	2.129	2.217	2.120	2.379

Fonte: PDI 2015-2019

As diretrizes para a pós-graduação da UFPI, para o quinquênio de 2010-2014 são:

- **Objetivo:** Ampliar quali-quantitativamente as atividades de pós-graduação, em observância aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação em vigor.
- **Meta:** Elevar, em pelo menos 25%, o total de ingressos na pós-graduação, e melhorar o conceito dos programas.

Em relação ao ensino de pós-graduação ocorreu, no quinquênio, uma modernização da estrutura administrativa e de gestão, a partir do desmembramento da PRPPPG (antiga Pro - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) em PRPG e PROPESQ.

Merecem destaque especial as seguintes ações efetivadas na vigência do PDI 2010 – 2014 aprovação e implantação de:

- 03 (três) novos mestrados acadêmicos (Biotecnologia no CMRV, Agronomia-Fitotecnia no CPCE e Ciência dos Materiais), além de 01 mestrado profissional em Matemática em rede (convênio com a Sociedade Brasileira de Matemática/SBM) e 02 doutorados institucionais (Educação e Políticas Públicas) no ano de 2010;
- 07 (sete) novos mestrados acadêmicos (Zootecnia no CPCE, Comunicação, Geografia, Odontologia, Sociologia, Arqueologia e Ciência da Computação) no ano de 2011;
- 01 (um) novo mestrado acadêmico (Ciências Biomédicas no CMRV), além de 01 mestrado profissional institucional em Artes, Patrimônio e Museologia (convênio com a Universidade de Lisboa) e 02 doutorados institucionais (Agronomia e Enfermagem) no ano de 2013;
- 02 (dois) novos mestrados profissionais em rede, sendo Física (convênio com a Sociedade Brasileira de Física/SBF) e Saúde da Família (convênio com a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família – RENASF/FIOCRUZ) no ano de 2014;

Também merece destaque a reformulação:

- Da legislação interna regulamentadora da pós-graduação *stricto sensu* na UFPI, em 2013 e 2014, com edição das Resoluções nº 199/13, 225/13, 226/13, 022/14, 023/14, 101/14, pelo CEPEX;
- Dos regimentos dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para adequação às novas normas, no decorrer de 2013 e 2014;
- Da legislação interna regulamentadora da pós-graduação *lato sensu* na UFPI, em 2013, com edição da Resolução nº 030/13, pelo CAD e Resolução nº 012/13, pelo CEPEX.

A instituição do Programa de Capacitação Interna - PCI é outra ação importante realizada no último quinquênio, com vistas à qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos, mediante a oferta de pelo menos 20% do total de vagas em cada processo de seleção para ingresso nos Programas de Pós-Graduação da UFPI. O PCI foi regulamentado pela Resolução nº 236/13, do CEPEX e o Edital já foram lançados, em setembro de 2014 (Edital Específico nº 02/2014).

A consecução de recursos junto a CAPES destinados às bolsas de pós-graduandos, custeio e infraestrutura laboratorial da pós-graduação durante todo o último quinquênio é outra ação digna de nota. Somente no último ano de vigência do PDI ocorreu um crescimento da ordem de 21%, passando de R\$ 3.651.824,40 no ano de 2008 para R\$ 4.416.128,13 em 2009, demonstrando o reconhecimento acerca do crescimento desta Universidade junto àquele órgão fomentador da pós-graduação.

Atualmente a UFPI oferece à sociedade 42 diferentes cursos de pós-graduação *stricto sensu*, enquadrados em 37 Programas de Pós-Graduação. Destes, 35 são em nível de Mestrado (32 institucionais e 3 em rede) e 07 são em nível de doutorado (05 institucionais e 02 em rede).

As matrículas da pós-graduação, no quinquênio, cresceram progressivamente em função da implantação de 16 novos programas no quinquênio. Considerando-se que há muitos programas novos, as conclusões não cresceram na mesma proporção (Tabela 7).

Tabela 7 - Matrículas e Conclusões na Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Quinquênio 2010-2014

ANO	INGRESSANTES	MATRICULADOS	TITULADOS
2010	378	784	193
2011	524	1.023	133
2012	741	1.051	71
2013	568	1.425	257
2014	710*	1.605**	297***

Obs.: *Mestrado: 576 **Mestrado: 1.279 *** Mestrado: 269 Doutorado: 83 Doutorado: 225 Doutorado: 20
RENORBIO: 51 RENORBIO: 101 RENORBIO: 08

Fonte: PRPG/UFPI

O número de matrículas deverá crescer mais no início do próximo ano, visto que se encontram tramitando na CAPES 09 (nove) novos Programas, detalhados no Quadro 7.

Quadro 7 - Propostas de Novos Programas de Pós-Graduação, em Tramitação na CAPES, 2014

Unidade de Ensino/ Campus	Nome do PPG	Nível
CCS/ CMPP	Alimentos e Nutrição	Doutorado
	Ciências e Saúde	Doutorado
	Saúde da Mulher	Mestrado Profissional

	Saúde e Comunidade	Mestrado
CCN/ CMPP	Ciência dos Materiais	Doutorado
	Química	Doutorado
UAPI/CMPP	Educação à distância	Mestrado
CMRV (Parnaíba)	PPG em Biodiversidade	Mestrado
CSHNB (Picos)	PPG em Recursos Naturais e Saúde	Mestrado

Fonte: PRPG/UFPI

O PDI 2010-2014 previu a expansão da pós-graduação com qualidade. Ressalte-se que a política institucional implementada no período possibilitou a expansão dos PPGs em um patamar superior ao projetado, visto que 16 PPGs foram criados no quinquênio, o que representa 43,24%.

Na vigência do PDI 2010-2014 a política de ampliação do número de bolsas nos PPGs foi intensificada. A CAPES atendeu positivamente às demandas da UFPI, havendo a ampliação significativa do número de bolsas, no período. A evolução do número de bolsas de pós-graduação *stricto sensu* do Programa Demanda Social da CAPES, no período de vigência do último PDI, está expresso no Tabela 8.

Além da CAPES, através do Programa de Demanda Social (DS), o custeio de bolsas de pós-graduação ocorre às expensas do CNPq, FAPEPI, DAAD, EMBRAPA, RENORBIO e FAPEPI/CAPES, sendo que este último Programa permitiu a implantação, em 2012, de 114 bolsas de mestrado e 22 de bolsas de doutorado.

Tabela 8 – Evolução das Bolsas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Fomentadas pela CAPES-PROAP, Quinquênio 2010-2014

Ano	Bolsas de Mestrado	Bolsas de Doutorado
2010	135	17
2011	267	32
2012	304	35
2013	366	65
2014	391	94

Fonte: CGPG/PRPG

Vale ressaltar que, além do crescimento quantitativo ocorrido na pós-graduação *stricto sensu*, no último quinquênio, ocorreu também a melhoria da qualidade dos Cursos, com mudanças no conceito de 05 (cinco) Programas: o de Alimentos e Nutrição, Agronomia-Produção Vegetal, Ciências e Saúde, Enfermagem e Química, pois ambos subiram para o conceito 4, na última avaliação trienal da CAPES.

Em relação à política de pesquisa, produção científica e inovação tecnológica da UFPI segue diretrizes quinquênio 2010 - 2014:

- **Objetivo:** Melhorar a política de pesquisa, produção científica e inovação tecnológica da UFPI, com base em critérios quali-quantitativos.

- **Metas:**

- 1) Elevar, em pelo menos 25%, o volume de recursos obtidos com os vários editais de fomento e, em especial, os da FINEP-CT-INFRA e expandir, no mesmo patamar os grupos de pesquisa certificados;

- 2) Aumentar, em pelo menos 25% ao ano, o número de trabalhos publicados em periódicos indexados no *Qualis* da CAPES;

3) Consolidar o NINTEC, para que a UFPI possa tornar-se, a partir do próximo quinquênio, um centro de referência e excelência na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias no mercado;

- **Estratégias de Ação:**

- ✓ Ampliação da infraestrutura instalada em pesquisa na UFPI, por meio de fomentos externos e interno;
- ✓ Manutenção da política de apoio de fixação de recém-doutores na UFPI, para potencializar a pesquisa e a pós-graduação;
- ✓ Intensificação das estratégias de incentivo à participação de pesquisadores nas chamadas públicas de órgãos de fomento à P, D & I;
- ✓ Incentivo ao pesquisador, de forma permanente, para que mantenha atualizado o cadastramento de projetos de pesquisa em andamento na UFPI;
- ✓ Manutenção dos editais de fomento à pesquisa, já existentes, e proposição de novos, elevando seus valores a cada ano, de tal forma a atingir um total de recursos significativo até 2014;
- ✓ Difusão dos mecanismos de proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a universidade e para a sociedade;
- ✓ Manutenção de uma base de dados de projetos institucionais de P, D & I, atualizada;
- ✓ Aumento do número de projetos inovadores e patentes, criando, até 2014, uma Agência de Inovação que integre as ações do NINTEC e Incubadoras de Empresas da UFPI;
- ✓ Apoio ao desenvolvimento de Laboratórios de Inovação Tecnológica;
- ✓ Estímulo permanente a projetos de pesquisa voltados para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade local e dos que tenham por foco os arranjos produtivos locais.

No âmbito da “pesquisa”, no último quinquênio, a UFPI respondeu positivamente às chamadas públicas de fomento à pesquisa, com perfil crescente na aprovação das propostas apresentadas, ampliando o volume de investimentos nessa área. Esse fato, certamente se concretizou face à política nacional de incentivo à pesquisa, que foi plenamente incorporada pela gestão. Em consonância com o que foi projetado, a UFPI priorizou a alocação de receitas orçamentárias e extra orçamentárias para a qualificação docente e técnica objetivando o fortalecimento dos grupos de pesquisa e incremento da produção científica nas distintas áreas do conhecimento.

No último quinquênio, a UFPI alcançou êxito junto aos editais das agências de fomento: FAPEPI e CNPq, cujos recursos, demonstrados no Tabela 9, abaixo, alcançaram R\$ 5.637.575,42 no período 2010-2014, que possibilitaram a aquisição de equipamentos de última geração e material de custeio impactando na melhoria da qualidade das pesquisas realizadas.

Tabela 9 - Número de Projetos de Pesquisa da UFPI e Valor Total do Financiamento pelo CNPQ e FAPEPI, Quinquênio 2010-2014

CNPq	2010 (26 projetos)	2011 (12 projetos)	2012 (18 projetos)	2013 (19 projetos)	2014 (27 projetos)
Valor financiado (em R\$)	1.038.044,60	636.671,38	1.588.033,30	828.884,85	3.060.900,64
FAPEPI	2010 (28 projetos)	2011 (05 projetos)	2012 (04 projetos)	2013 (04 projetos)	2014 (04 projetos)

Valor financiado (em R\$)	372.869,60	67.460,39	76.512,62	58.842,00	113.600,56
Total do financiamento	1.410,914,20	704.131,77	1.664.545,92	887.7266,45	3.174.501,20

Fonte: PROPESQ/UFPI

O número de projetos de pesquisa é outro indicador crescente, em patamar superior ao planejado nos documentos oficiais. No período de vigência do último PDI, o número de projetos cadastrados teve uma média anual de 428, considerando que os dados computados em 2014, se referem apenas ao período entre janeiro e agosto deste ano (Tabela 10).

Tabela 10 - Quantificação dos Projetos de Pesquisa Cadastrados na UFPI, Quinquênio 2010-2014

Projetos por modalidade	2010	2011	2012	2013	2014
Financiados por Agência Fomento	67	30	26	26	37
Não Financiados (subsidiados pela UFPI)	491	409	412	348	391
TOTAL	558	439	438	374	428

Fonte: PROPESQ/UFPI

Além dos projetos com financiamento cadastrados no quinquênio, que totalizaram em 177 (média superior a 35 por ano), houve o cadastramento de 1.962 outros sem financiamento de agência de fomento, perfazendo um total de 2.139 projetos cadastrados na CPES, em cumprimento ao disposto no Artº22 do Regimento Geral da UFPI.

Um dos principais programas de incentivo à pesquisa é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o qual dispõe de quotas de bolsas concedidas pelo CNPq, com a contrapartida da UFPI. Neste último quinquênio ocorreu consolidação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) quanto ao critério “qualidade”.

Tendo em vista que no PDI 2010-2014 foi prevista a ampliação de 50% dos recursos financeiros como suporte aos projetos do PIBIC - CNPq/ UFPI, esta ampliação ocorreu num patamar abaixo do projetado, pois existia, em 2009/2010, um total de 344 bolsas PIBIC, sendo 172 concedidas pelo CNPq e 172 como contrapartida institucional e estas foram ampliadas para 420 em 2014/2015 (210 CNPq e 210 UFPI).

O crescimento foi de 18,09% no número de bolsas. No entanto, conseguiu-se lograr um aumento no valor da bolsa, neste período, que passou de R\$ 360,00 (2010) para R\$ 400,00 (desde 2012), com aumento de 10%, no valor desta. A cota de bolsas PIBICAF pelo CNPq foi mantida em 15 bolsas. A UFPI também manteve a cota de 15 bolsas totalizando 30 bolsas para alunos ingressos na UFPI pela Lei das cotas N° 12.711, de 29 de agosto de 2012 e o Termo de Adesão da UFPI de 07 de dezembro de 2013.

O total de alunos de graduação agraciados com bolsas de iniciação científica foi de 430 (2014) nos Programas PIBIC e PIBIC-AF. Como indutor do crescimento verificado no número de bolsas de Iniciação Científica, a demanda por bolsas no PIBIC e PIBIC-AF para o período de 2014-2015 atingiu o número de 638 solicitações, perfazendo 67,4% de solicitações atendidas.

O Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) para o período 2014/2015 teve 476 pedidos de orientações, que traduz, de maneira inequívoca, o interesse dos pesquisadores (mestres e doutores) desta instituição, em ampliar seus trabalhos de pesquisa e sua produção científica.

Já, o Programa PIBIC-Ensino Médio ofertou um total de 120 bolsas (2013/2014) concedidas pelo CNPq para alocação nos Colégios Técnicos de Bom Jesus, Florianópolis e Teresina, mas foram utilizadas somente 93, permanecendo uma cota ociosa de 27 bolsas, que segundo a avaliação do Comitê Institucional deveu-se a inserção dos discentes em outros programas, por exemplo, o PRONATEC. Para 2014-2015 o CNPq autorizou 100 bolsas, que estão ainda em fase de distribuição das cotas aos docentes dos citados colégios, destacando-se a inserção neste novo certame da Escola Família Agrícola dos Cocais e do Soinho, com perspectiva de inclusão de outras escolas.

Ainda no segmento da Iniciação Científica, a UFPI regulamentou o Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) no Edital 2009-2010. E com o intuito de melhorar a seleção e avaliação dos projetos inscritos no processo seletivo do PIBIC, elevou-se o número dos membros do Comitê Interno com bolsa de produtividade de pesquisas do CNPq e da UFPI, seguindo assim o padrão da composição do Comitê Externo e melhorando a avaliação do programa junto ao CNPq.

São notáveis os avanços teóricos e metodológicos atingidos pelos alunos da UFPI que passam pela experiência da iniciação científica, podendo ser citados: maior facilidade de ingresso na pós-graduação, publicações em periódicos, participações em eventos, premiações e complemento da carga horária curricular, como atividade complementar.

Chama-se atenção para os três pilares da IC: OPORTUNIDADE, CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO e destaca-se também a realização do Seminário de Iniciação Científica como uma atividade de divulgação e avaliação dos resultados das pesquisas desenvolvidas em âmbito dos Programas de IC (PIBIC, PIBIC-AF e ICV).

Os programas PIBIC e ICV participaram do Seminário em proporções bem próximas: dos 718 trabalhos, 381 (53%) eram PIBIC e 337 ICV (47%).

No que tange à produção científica, no último quinquênio foi implantada uma política de estímulo à produção científico-tecnológica, uma vez que esta se constitui num dos mais eficazes indicadores de fortalecimento e consolidação das atividades de pesquisa e de pós-graduação e, ainda, de transformação de cenários econômicos e sociais. Assim, apoiou fortemente o Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC), criado em 2005, que apoia financeiramente o deslocamento de alunos e de pesquisadores da UFPI para a participação em reuniões de natureza científica. E criou a política de apoio aos pesquisadores no que se refere ao custeio de publicações em periódicos indexados.

Foi instituído também no ano de 2014, o programa de “Auxílio a tradução de artigos científicos”, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI através da publicação dos resultados destas pesquisas em periódicos de grande representatividade e impacto mundial. O resultado do trabalho desenvolvido durante o ano em análise pode ser evidenciado por meio de indicadores que demonstram de maneira inquestionável o salto de qualidade no âmbito da geração de novos conhecimentos, da difusão da informação e da transferência de tecnologia.

A produção bibliográfica da UFPI, no último quinquênio, demonstra que os pesquisadores elevaram a sua produção científica quanti e qualitativamente, revelada no

incremento da publicação de artigos científicos da ordem de 24,14 %, o que significa que esta meta foi superada, tendo em vista que a previsão de aumento era de 20%, para o período em análise. Este fato pode, em parte, ser decorrente do forte incentivo aos pesquisadores, para este fim, materializado no apoio financeiro institucional para custeio de publicações científicas.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto desenvolvido no CNPq desde 1992, constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza Censos bianuais, que são fotografias dessa base corrente. O número de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq, certificados pela UFPI, tem mantido crescimento compatível com o aumento de novos doutores e de cursos de pós-graduação na UFPI. No Censo de 2010 do CNPq, constavam 172 grupos de pesquisa certificados, 628 linhas de pesquisas, distribuídos nas mais diversas áreas de conhecimento. Em maio de 2014 este número foi de 220, abrangendo o desenvolvimento de 880 linhas de pesquisas e com 398 doutores envolvidos, atestando a pujança da pesquisa nesta instituição. As áreas mais dinâmicas estão ligadas aos mestrados e doutorados oferecidos pela UFPI, sinalizando a integração da graduação com a pós-graduação.

Em 2010, a UFPI contava com 29 bolsistas de produtividade de pesquisa do CNPq, sendo que 10 bolsistas PQ2F (fixação de recém-doutor). Em 2014, este número passou para 35, incluindo as bolsas renovadas e novas concessões.

Com o objetivo de alavancar no médio/longo prazo o número de pesquisas financiadas e o número de pesquisadores com bolsa de produtividade CNPQ, a UFPI lançou recentemente dois importantes programas internos de apoio à pesquisa:

✓ O programa de bolsa de produtividade em pesquisa, que distribuiu dez (10) bolsas de pesquisa aos docentes doutores da UFPI, no ano de 2014, nas áreas de Química, Geografia, Serviço Social, Matemática, Comunicação Social e Odontologia;

✓ O Programa de Auxílio financeiro à pesquisa o qual busca incentivar novos doutores e incluí-los no âmbito da pesquisa financiada através do auxílio a seus projetos, no valor de R\$ 8.000,00. No ano de 2014, quinze (15) projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento foram contemplados.

Nos dois últimos anos da vigência do PDI 2010-2014 o CEP foi consolidado e apreciou, em 2014, um total de 792 projetos. No ano anterior (2013) o número foi de 119, o que representa um acréscimo de mais de 500%.

A política de extensão praticada na vigência do PDI/2010-2014 foi uma das mais produtivas da história da Instituição. Muitos indicadores das ações de extensão foram de considerável sucesso, como por exemplo, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX, cujo apoio financeiro institucional foi ampliando em 2009 de 150 (cento e cinquenta) para 260 (duzentas e sessenta) bolsas/mês/ano, o que representa um acréscimo de 73,3%. Essas bolsas, financiadas com recurso orçamentário próprio da instituição, é extremamente relevante para a consolidação da política de extensão da UFPI, visto que, possibilita à comunidade acadêmica realizar experiências de articulação externa no campo do ensino e da pesquisa, contribuindo para o processo de formação integral do aluno.

Outros destaques da extensão universitária no período 2010- 2014 podem ser enumerados:

- ✓ Em 2010, aprovação de 04 (quatro) grupos do Programa de Educação Tutorial – PET;
- ✓ Em 2011, realização do I Seminário de Extensão Universitária da UFPI;
- ✓ Em 2012, recorde na participação docente em atividades de extensão (2.605 docentes);
- ✓ Em 2013, 79 grandes espetáculos artísticos e culturais contemplando um público de 23.500 pessoas;
- ✓ Em 2014, o aumento do volume de recursos dos programas/projetos de formação continuada, importando no montante de R\$ 805.946,02 (oitocentos e cinco mil novecentos e quarenta e seis reais e dois centavos).

Houve evolução do quantitativo de bolsas de auxílio financeiro no valor atual de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pagas pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/UFPI, gerenciado pela CPPEX da PREX, no período 2010-2014.

Outro grande pilar de sustentação da política de extensão da UFPI é o PROBEX, o qual tem por objetivo contribuir para a formação profissional e cidadã do graduando, por meio da participação discente no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária. A habilitação ao referido programa se dá por resposta a edital, com definição dos critérios de julgamento pela Câmara de Extensão.

No período 2010-2014, além do aumento no quantitativo de bolsas e no valor unitário da bolsa, o montante investido no período passou em 2010 de R\$ 355.200,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais) para R\$ 1.040.000,00 (um milhão, quarenta mil reais) em 2014.

Quanto aos Programas e Projetos de extensão cadastrados na CPPEX/PREX, no período 2010-2014 verificou-se um acréscimo de 4% (quatro por cento) no quantitativo no ano de 2014 em relação a 2010.

No que se refere ao PROEXT, que é pela financiado pela SESu/MEC, com ênfase na inclusão social, a UFPI contava, em 2009, com 08 (oito) propostas, dentre estas 01 (um) Programa e 07 (sete) Projetos. No ano de 2010 aprovou 11 (onze) propostas para o exercício de 2011, sendo 01 (um) Programa e 10 (dez) Projetos. (Em 2011, mesmo com o crescimento da demanda, foram aprovadas 07 (sete) Propostas, para o exercício de 2012), sendo 04 (quatro) Programas e 03 (três) Projetos. Em 2012, permaneceu a mesma quantidade de proposta aprovadas e, em 2013, um total de 07 (sete) propostas foram aprovadas com recursos garantidos para aquele exercício e 08 propostas para o de 2014.

O Programa de Educação Tutorial-PET, financiado pelo Ministério da Educação e desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria docente, também cresceu no último quinquênio, pois em 2010 havia quatro grupos PET e em 2014 há nove.

Os cursos e eventos de extensão cadastrados e certificados pela CCENO/PREX permitem a difusão do conhecimento produzido na UFPI à sociedade.

O público beneficiado, em 2010, superou de 20 mil pessoas e passou para 30 mil pessoas 2013. Em 2014 os resultados são parciais e, referentes ao primeiro semestre, mostrando um público atingido na faixa de 17 mil pessoas.

As opções de estágios não obrigatórios também cresceram nos últimos anos, beneficiando discentes de todos os cursos, totalizando em 2013, 4.817 estagiários, e, até julho de 2014, registrou convênios com 6.252 estagiários remunerados.

As medidas inclusivas adotadas pela UFPI têm sido acompanhadas pelo aprimoramento contínuo das práticas acadêmicas aplicadas pela Universidade, como atesta

o desempenho obtido nas sucessivas avaliações externas realizadas no quinquênio, em cujos relatórios há menção à forte política de atendimento ao discente efetivada na UFPI.

O atendimento ao discente é processado de maneira integral, através da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que constitui um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso de graduação aos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Os programas de apoio aos discentes, executados através da PRAEC, revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social. Dentre as ações rotineiramente adotadas e direcionadas ao tripé ingresso - permanência - conclusão, ressaltam-se as ligadas às áreas de alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, além de saúde, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico. O Quadro 8, descreve os programas desenvolvidos para apoio ao aluno.

Quadro 8 - Atividades Culturais Realizadas pela UFPI e Público Beneficiado, 2014

ATIVIDADE	Nº ESTIMADO DO PÚBLICO BENEFICIADO	Nº DE APRESENTAÇÕES
Orquestrando Teresina	7.200	20
Atividades Artísticas e culturais na UFPI: Cultura no Campus	3.000	12
Música e cidadania	200	05
Conjuntos Musicais	2.000	10
Orquestras e Coros Infante-Juvenis UFPI Para Todos	2.000	10
Circuito Cultural - PROEXT-MEC	4.000	05
Espectáculo Musical <i>Mamma Mia</i>	1.600	05
Brasil Musicâmara	1.000	10
Espectáculos Musicais - Se todos fossem Iguais a Você (Homenagem ao centenário de Vinícius de Moraes)	2.500	02
TOTAL	23.500	79

Fonte: CACC/PREX

O orçamento do PNAES vem sendo incrementado nos últimos anos, ressaltando-se: R\$ 14.703.715,00 em 2012; R\$ 15.251.992,00 em 2013; e R\$ 18.213.011,00 em 2014, com um incremento de 23% neste último biênio.

Ações inclusivas desenvolvidas pela CACOM/PRAEC em 2014, objetivando beneficiar estudantes, sobretudo os mais desfavorecidos economicamente, estão relacionadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Programas de Atendimento Discente Implantados na UFPI em 2014

Política	Descrição	Contingente atendido em 2014
Residência Universitária	Moradia e alimentação para alunos oriundos de outros municípios e Estados.	265 residentes
Isenção da Taxa de Alimentação (ITA)	Isenção do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários e	79

	alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive alunos oriundos de outros países.	
Bolsa de Apoio Estudantil - BAE	Auxílio financeiro concedido por 24 meses no Valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.	2.283 bolsas
Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas - BIAMA	Objetiva estimular a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI, possibilitando sua formação ampliada.	185 bolsas
Auxílio para Atividades Acadêmicas, Culturais e Esportivas – APEC	Possibilita a participação dos alunos da graduação em atividades acadêmicas, culturais e esportivas.	44
Auxílio Creche	Auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) concedidos a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses.	72 alunos beneficiados
Kit Odontológico	Cessão em comodato de material para uso clínico nas aulas práticas do Curso de Graduação em Odontologia cedido a ser devolvido à universidade assim que os graduandos beneficiados concluíam os seus cursos.	31 kits
Atendimento Odontológico	Procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes.	1.377
Atendimento Pedagógico	Atendimento a estudante e servidor com vistas à superação de problemas de ordem pedagógica.	1.182
Atendimento Psicossocial	Serviço de Atendimento a estudante com vistas à superação de problemas de ordem psicológica e social.	288
Atendimento a Necessidades Educacionais Específicas	Serviço dirigido a estudantes que auxiliam outros estudantes portadores de necessidades educacionais especiais específicas, com vistas a superação de dificuldades causadas por deficiências física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.	06 alunos atendidos

Fonte: PRAEC/UFPI

No tocante à alimentação, neste quinquênio, houve a implantação de RU em todos os Campi. O RU tem a finalidade de fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária. Até o ano de 2009, o serviço de restaurante só era oferecido no Campus sede (em Teresina). No período de 2010 e 2013 foi construído, e colocado em funcionamento, um RU em cada Campus fora de sede, na seguinte ordem: CMRV e CPCE em 2010, CSHNB em 2011 e CAFS em 2013. Atualmente existem 07 (sete) unidades, sendo três no CMPP e uma em cada um dos Campi fora de sede. Ressalte-se que os RUs da UFPI são espaços privilegiados para pesquisas em várias áreas do conhecimento sistematizado, tais como administração, engenharia de produção, arquitetura e especialmente na grande área de alimentos e nutrição, sendo objeto de estudo de vários cursos e programas.

O número de refeições servidas por ano foi crescente, como demonstram os dados da Tabela 11, com um incremento, em 2014 (em relação a 2010) de 93,17%.

É importante frisar que o valor da refeição (R\$ 0,80) é o mais barato do Brasil e que a UFPI subsidia a maior parte da despesa. Para a manutenção dos RUs, em 2013, um montante de R\$ 5.656.275,43 foi investido, gerando uma receita de R\$ 1.268.484,20, o que corresponde a 22,43% do valor investido, ficando o subsídio da UFPI em 77,57%.

Tabela 11 – Número de Refeições Servidas nos Restaurantes Universitários da UFPI, Quinquênio 2010-2014

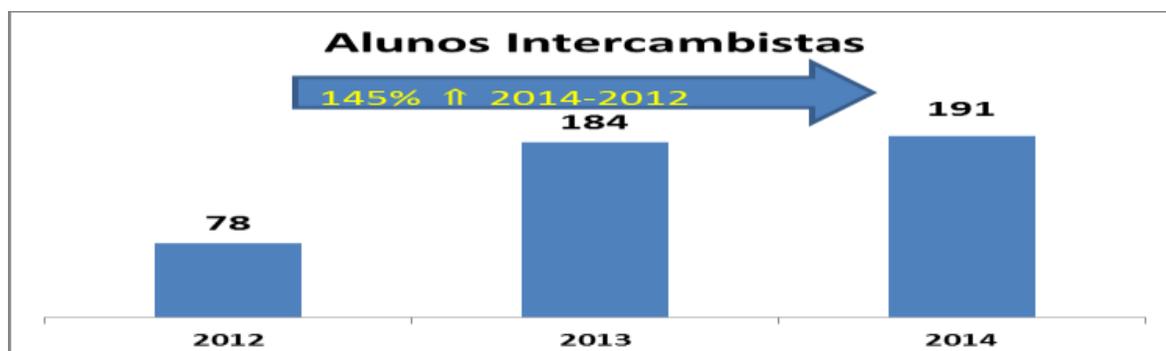
Refeições servidas/ano	2010	2011	2012	2013	2014
	998.507	1.276.184	1.300.235	1.854.700	1.928.852

Fonte: PRAEC/UFPI

Mesmo não tendo sido previsto no PDI/2010-2014 foi realizada a reforma geral de duas unidades do RU do Campus sede, situadas no Espaço Rosa dos Ventos e no CCA, incluindo: recuperação das instalações físicas com substituição do revestimento do piso e parede das áreas higienização de bandejas, higienização de utensílios diversos, readequação da rede de esgoto e pintura total de todas as paredes.

A perspectiva da internacionalização, que advém desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do “Ciência sem Fronteiras” que é um programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento e, para tal, já viabilizou algumas ações necessárias, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL; a instituição do programa de “auxílio a tradução de artigos científicos”, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de Países mais desenvolvidos. Os dados de intercâmbio podem ser mais bem visualizados a partir de 2012, quando os primeiros deslocamentos de alunos da UFPI, por esse Programa, aconteceram (Gráfico 6).



Fonte: PDI 2015-2019

Gráfico 6 – Número de Alunos da UFPI Participantes de Intercâmbio pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, 2012-2014

No quadro abaixo há o demonstrativo da área geral construída da UFPI, por Campi, antes e durante a vigência do PDI 2010-2014, evidenciando a grande expansão da infraestrutura física da Instituição, na última década. No início do último quinquênio (2010) a área total edificada era 9.209,96 m². Em julho de 2014 a PREUNI contabilizou a área edificada em 90.508,00 m², com uma ampliação de mais de 900%. Todos os Campi cresceram em áreas edificadas, como se pode visualizar abaixo.

Tabela 12 – Área Física da UFPI, Por Campus

CAMPUS (local)	Área construída até 2004	Área construída de 2005 a 2009	Área construída de 2010 a 2014	Área Total da UFPI
CMPP (Teresina)	119.087,87	3.051,43	57.688,69	179.827,99
CMRV (Parnaíba)	8.298,44	1.995,48	7.521,22	17.815,14
CSHNB (Picos)	9.429,08	4.163,05	2.035,23	15.627,36
CAFS (Florianópolis)	6.968,43	-	13.641,78	20.610,21
CPCE (Bom Jesus)	13.824,94	-	10.276,98	24.101,92
Área Total Edificada	157.608,76	9.209,96	90.508,00	257.982,62

Fonte: PREUNI/UFPI

Esta expansão se deu tanto em termos de unidades administrativas, quanto em salas de aula, laboratórios, outros cenários de prática. Merece destaque a construção do Cine Teatro, inaugurado em 28.09.2010, que é um espaço adequado para conferências, exibição de filmes, peças de teatro e apresentações culturais, sobretudo as que envolvem um grande número de componentes, como O Coral da UFPI, a Orquestra de cordas de UFPI e os Grupos de Dança vinculados a CACC/PREX.

Neste quinquênio ocorreu uma reestruturação da PRAD que possibilitou a ampliação tanto da estrutura física como da logística dos serviços daquela Pró-Reitoria, permitindo a melhoria substancial da gestão administrativa. Também foi criada a Superintendência de Recursos Humanos em substituição à Diretoria de Recursos Humanos, em 2013, a fim de melhor coordenar as ações das unidades administrativas relacionadas às políticas e ações de gestão de pessoal na UFPI.

No mesmo ano foi criada a Superintendência de Comunicação Social que englobou, em sua estrutura, a Gráfica Universitária, a Editora, a Coordenadoria de Comunicação, a Rádio FM Universitária e com a atribuição de implantar a TV Universitária.

Neste quinquênio também ocorreu a reorganização do órgão de tecnologia de informação, o NTI, o qual é responsável por gerir, planejar, executar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas à área de Tecnologia da Informação, além de coordenar o levantamento periódico das necessidades da UFPI, visando aprimorar os serviços prestados.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.3 Ações

5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:
26279 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

QUADRO A.5.2.3.2– AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20GK						Tipo: Atividade
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.						Código: 0803
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código: 2032	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - No Estado do Piauí	2.992.276	2.992.276	2.468.984	1.984.762	1.914.952	69.810	484.222
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - No Estado do Piauí	Iniciativa apoiada	Unidade	653,00	348,00	348,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		

Localizador	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - No Estado do Piauí	207.502	139.783	(-2.484)	Iniciativa apoiada	Unidade	20,0	
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processados
7012- Departamento de Ciências Econômicas no Estado do Piauí	150.000	150.000	150.000	0	0	0	150.000
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
7012- Departamento de Ciências Econômicas no Estado do Piauí	Iniciativa apoiada	Unidade	2,0	2,0	2,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7012- Departamento de Ciências Econômicas no Estado do Piauí	0	0	0	Iniciativa apoiada	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

QUADRO A.5.2.3.2- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20 RJ					Tipo: Atividade	
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.					Código: 0597	
Programa	Educação Básica	Código: 2030			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - No Estado do Piauí	7.859.077	7.859.077	7.826.214	7.768.702	7.521.861	246.841	57.513
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0022 - No Estado do Piauí	Pessoa Beneficiada			Unidade	15.792,00	20.347,00	20.347,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - No Estado do Piauí	1.809.062	1.106.872	0	Pessoa Beneficiada	Unidade	2.522,00	

Fonte: SIOP

QUADRO A.5.2.3.2- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RK						Tipo: Atividade
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						Código: 0841
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.				Código: 2032	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - No Estado do Piauí	68.272.872	73.355.817	72.713.961	61.555.338	59.133.921	2.421.417	11.158.623
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - No Estado do Piauí	Estudante matriculado	Unidade	24.506,0	20.500,0	20.626,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - No Estado do Piauí	20.551.542	13.955.030	(-286.417)	Estudante matriculado	Unidade	20.626,0	
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processados
0795- No Município de Bom Jesus - PI	200.000	200.000	199.998	34.083	34.083	0	165.915
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida			Previsto	Montante Reprogramado (*)	Realizado
0795- No Município de Bom Jesus - PI	Estudante matriculado	Unidade			30,0	30,0	30,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0795- No Município de Bom Jesus - PI	0	0	0	Estudante matriculado	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

QUADRO A.5.2.3.2- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação								
Código	4002						Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						Código: 0841	
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.						Código: 2032	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0022 - No Estado do Piauí	18.620.710	18.620.710	18.543.000	15.308.766	15.145.803	162.963	3.234.234	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - No Estado do Piauí	Benefício concedido		Unidade	2.590,0	2.624,0	2.624,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0022 -No Estado do Piauí	2.751.428	2.026.724	(-50.065)	Benefício concedido	Unidade	156,0		

Fonte: SIOP

QUADRO A.5.2.3.2- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	8282						Tipo: Atividade
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						Código: 0841
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.				Código: 2032	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - No Estado do Piauí	68.916.415	72.396.459	56.144.139	21.132.960	18.428.876	2.704.084	35.011.180
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - No Estado do Piauí	Projeto viabilizado	Unidade	23,0	23,0	20,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - No Estado do Piauí	17.412.918	14.794.204	(-26.873)	Projeto viabilizado	Unidade	6,0	
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não

							Processados
0916 – No Município de Parnaíba – PI	250.000	250.000	249.940	183.810	183.810	0	66.130
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida			Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0916 – No Município de Parnaíba – PI	Projeto viabilizado	Unidade			20,0	45,0	45,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0916 – No Município de Parnaíba – PI	862.752	655.011	0	Projeto viabilizado	Unidade	0,0	
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0981 – No Município de Teresina – PI	400.000	400.000	400.000	0	0	0	400.000
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida			Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0981 – No Município de Teresina – PI	Projeto viabilizado	Unidade			1,0	1,0	1,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0981 – No Município de Teresina – PI	0	0	0	Projeto viabilizado	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

QUADRO A.5.2.3.2- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20RL						Tipo: Atividade	
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.							
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						Código: 0582	
Programa	Educação Profissional e Tecnológica				Código: 2031		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual – 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0022 - No Estado do Piauí	9.509.344	9.509.344	9.133.643	4.417.138	3.704.608	712.530	4.716.505	
Execução Física da Ação – Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0022 - No Estado do Piauí	Estudante matriculado	Unidade	1.950,0	1.940,0	1.940,0			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0022 - No Estado do Piauí	0	0	0	Estudante matriculado	Unidade	0,0		

Fonte: SIOP

QUADRO A.5.2.3.2- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2994						Tipo: Atividade
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						Código: 0582
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - No Estado do Piauí	2.021.086	2.021.086	2.017.569	2.008.153	2.008.153	0	9.416
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0022 - No Estado do Piauí	Benefício concedido		Unidade	337,0	450,0	450,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - No Estado do Piauí	0	0	0	Benefício concedido	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP

5.3 Informação Sobre Outros Resultados da Gestão

Os resultados decorrentes do planejamento estratégico para o exercício de 2014 e de exercícios anteriores encontram-se demonstrados no tópico 5.1 – Planejamento da Unidade.

5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional

QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO²

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice Geral de Cursos (IGC)	3*	-	3***	Anual	O IGC de uma IES é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos cursos de graduação (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo “peso” da graduação na instituição. O mesmo cálculo é feito com os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de mestrado e doutorado.
Taxa de Conclusão da Graduação (TSG)	61,45**	-	56,42****	Anual	Conforme Decisão TCU nº 408/2002, o TSG é calculado pela fórmula abaixo: <u>Nº de diplomados (NDI)</u> Nº total de alunos ingressantes Onde NDI corresponde ao número de alunos APTOS a colar grau. Esse número é o total (1º e 2º semestres) do ano letivo correspondente ao exercício. E o número. Para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,84**	-	0,82****	Anual	Conforme Decisão TCU nº 408/2002, o GPE é calculado pela fórmula abaixo: $GPE = \frac{AGTI^{(2.2)}}{AG^{(2.1)}}$ Onde AGTI corresponde ao número de Alunos da Graduação em Tempo Integral e AG, ao total de alunos regularmente matriculados na graduação.

² Além dos índices demonstrados nesse quadro, têm-se, ainda, o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito Preliminar do Curso (CPC), ambos são calculados anualmente. O último ENADE e CPC publicados foram referentes ao ano de 2013, onde 16 cursos participaram: 18,75% (3 cursos) ficaram com conceito máximo (5,0); 50,0% (8 cursos) tiveram conceito 4,0; 25,0% (4 cursos) ficaram com conceito 3,0 e um curso (6,25%) ficou com conceito reprovativo (1,0). Quanto ao CPC, 7 cursos ficaram com conceito 4,0 (43,75%); 8 alcançaram CPC 3,0 (50%) e um ficou com CCPC 2,0 (6,25%). Ressalte-se que o ENADE de 2014 ocorreu em 23/11/14 e o resultado só deverá ser disponibilizado pelo INEP em dezembro de 2015.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,05**		0,06****	Anual	<p>Conforme Decisão TCU nº 408/2002, o CEPG é calculado pela fórmula abaixo:</p> $\text{CEPG} = \frac{\text{APG}^{(2.1)}}{\text{AG} + \text{APG}^{(2.1)}}$ <p>Onde APG corresponde ao total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i>, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado. AG corresponde ao total de alunos regularmente matriculados na graduação</p>
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,17**		3,44****	Anual	<p>Conforme Decisão TCU nº 408/2002, para obter o Conceito CAPES da IFES, deve ser feita a média aritmética dos conceitos CAPES de todos os programas de <i>pós-graduação stricto sensu</i> (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação, conforme fórmula abaixo:</p> <p><u>Σ conceito de todos os cursos de pós-grad.</u> Número de cursos de pós-grad.</p>
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,54**		3,65****	Anual	<p>Conforme Decisão TCU nº 408/2002, para qualificar o corpo docente, é feito o cálculo seguinte:</p> $\text{IQCD} = \frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$ <p>É aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação: QUALIFICAÇÃO - PESO: Docentes doutores (D) - 5 ; Docentes mestres (M) - 3; Docentes com especialização (E) - 2; Docentes graduados (G) - 1.</p>

Fonte: DIAI/CPAD/PROPLAN/UFPI

* O índice de referência para o indicador IGC corresponde a Dez/ 2012.

** O índice de referência para o indicador TSG, GPE, CEPG, CAPES, IQCD corresponde a Mar/2013.

*** O índice observado para o indicador IGC corresponde a Dez/ 2013

**** O índice observado para o indicador TSG, GPE, CEPG, CAPES, IQCD corresponde a Mar/2014

PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA****6.1. Programação e Execução das Despesas****6.1.1 Programação das Despesas****QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)		Código UO: 26279			UGO: 154048
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		392.548.219,00	-	149.834.890,00	
CRÉDITOS	Suplementares	54.629.537,00	-	6.557.401,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		0,00	-	(-566.220,00)
Outras Operações		0,00	-	-	
Dotação final 2014 (A)		447.177.756,00	-	155.826.071,00	
Dotação final 2013(B)		397.583.104,00	-	131.231.267,00	
Variação (B/A-1) *100		12,47	-	18,74	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		68.545.373,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	3.335.588,00	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2014 (A)		71.880.961,00	-	-	-
Dotação final 2013(B)		34.613.362,00	-	-	-
Variação (A/B-1) *100		107,67	-	-	-

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	154048	150237	12364203240050001	-	-	6.793.407,99
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Concedidos	154048	150237	12364203220RK0022			21.000,00
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	150014	154048	12301210920040053	-	-	230.736,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	150237	154048	12364203240050001	-	-	850,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	152734	154048	12364203240050001	-	-	6.386.578,05
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	152734	154048	12364203220GK0001	-	-	50.000,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	152734	154048	12363203163800001	-	-	800.000,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153046	154048	12364203220RK0032	-	-	3.740,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153103	154048	12364203220RK0024	-	-	1.459,21
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153165	154048	12364203220RK0026	-	-	7.738,18
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153173	154048	12306203087440001	-	-	100.840,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153173	154048	12363203120RW0001	-	-	9.470.097,70
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153173	154048	12368203020RS0001	-	-	856.400,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153173	154048	12363203182520001	-	-	153.640,53
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	154003	154048	12368203020RJ0001	-	-	7.264.000,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	154003	154048	12364203204870001	-	-	1.401.530,94
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	154041	154048	12364203220RK0021	-	-	2.434,80
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	154069	154048	12364203220RK0031	-	-	957,00

Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	240901	154048	19572202120950001	-	-	80.947,46
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	257001	154048	28846091000BK0002	-	-	974.833,83
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	257001	154048	10305201520YJ0001	-	-	200.000,00
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	420008	154048	13128210745720001	-	-	972,71
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	490002	154048	21606201221000001	-	-	90.900,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	152734	154048	12364203220GK0001	100.000,00	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	153173	154048	12363203182520001	234.836,20	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	154003	154048	12364203220GK0001	1.320.000,00	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	154003	154048	12368203020RJ0001	443.971,44	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	155007	154048	12302203220RX0001	545.000,00	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	180077	154048	27811203520YA0001	4.996.945,13	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	240901	154048	19572202120950001	31.965,84	-	-
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	257001	154048	28846091000BK0002	43.150,00	-	-

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6.1.3 Realização da Despesa**6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total**

QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL				
Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)			Código UO: 26279	UGO: 154048
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	77.102.088,80	59.031.906,99	71.967.255,49	49.936.148,90
a) Convite	224.973,26	229.916,52	162.634,37	180.314,54
b) Tomada de Preços	1.017.843,77	599.733,96	904.421,91	380.529,28
c) Concorrência	1.030.032,63	736.199,83	374.737,84	217.518,26
d) Pregão	74.829.239,14	57.466.056,68	70.525.461,37	49.157.786,82
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	18.164.209,68	12.487.637,16	16.990.157,22	11.564.348,68
h) Dispensa	16.483.354,27	11.005.647,98	15.459.550,46	10.329.781,32
i) Inexigibilidade	1.680.855,41	1.481.989,18	1.530.606,76	1.234.567,36
3. Regime de Execução Especial	94.290,94	63.204,23	94.290,94	61.263,55
j) Suprimento de Fundos	94.290,94	63.204,23	94.290,94	61.263,55
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	442.200.951,89	410.779.423,40	442.198.713,89	410.779.423,40
k) Pagamento em Folha	441.164.965,58	410.141.445,67	441.164.965,58	410.141.445,67
l) Diárias	1.035.986,31	637.977,73	1.033.748,31	637.977,73
5. Outros	35.449.993,95	16.972.337,33	35.445.514,67	15.637.697,20
6. Total (1+2+3+4+5)	573.011.535,26	499.334.509,11	566.695.932,21	487.978.881,73

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6.1.3.4 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**QUADRO A.6.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)		Código UO: 26279		UGO: 154048	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	77.102.088,80	59.031.906,99	71.967.255,49	49.936.148,90	
a) Convite	224.973,26	229.916,52	162.634,37	180.314,54	
b) Tomada de Preços	1.017.843,77	599.733,96	904.421,91	380.529,28	
c) Concorrência	1.030.032,63	736.199,83	374.737,84	217.518,26	
d) Pregão	74.829.239,14	57.466.056,68	70.525.461,37	49.157.786,82	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	18.164.209,68	12.487.637,16	16.990.157,22	11.564.348,68	
h) Dispensa	16.483.354,27	11.005.647,98	15.459.550,46	10.329.781,32	
i) Inexigibilidade	1.680.855,41	1.481.989,18	1.530.606,76	1.234.567,36	
3. Regime de Execução Especial	94.290,94	63.204,23	94.290,94	61.263,55	
j) Suprimento de Fundos	94.290,94	63.204,23	94.290,94	61.263,55	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	442.200.951,89	410.779.423,40	442.198.713,89	410.779.423,40	
k) Pagamento em Folha	441.164.965,58	410.141.445,67	441.164.965,58	410.141.445,67	
l) Diárias	1.035.986,31	637.977,73	1.033.748,31	637.977,73	
5. Outros	35.449.993,95	16.972.337,33	35.445.514,67	15.637.697,20	
6. Total (1+2+3+4+5)	573.011.535,26	499.334.509,11	566.695.932,21	487.978.881,73	

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD

6.1.3.6 Análise Crítica da Realização da Despesa

Durante o Exercício de 2014 a Universidade Federal do Piauí manteve o processo de expansão de suas atividades finalísticas. Em função desse incremento, houve um crescimento estrutural aliado à necessidade de novos equipamentos e mobiliário e o necessário custeio para a manutenção dessa nova realidade. Os fatos acima relacionados repercutiram no aumento do montante das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, por modalidade de licitação, grupo e elemento de despesa. No que diz respeito às dispensas de licitação, houve um crescimento dos contratos de serviços firmados com a Fundação de Apoio, com base no Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, para a execução de projetos nos termos previstos em legislação específica, além de despesas com energia elétrica.

No Exercício de 2014, os procedimentos de execução orçamentária tornaram-se mais céleres, em função da reestruturação da Pró-Reitoria de Administração por meio do aumento do quadro de funcionários e redistribuição de competências e atividades. Como aspecto negativo, o Ministério da Educação teve dificuldades de repassar tempestivamente os recursos financeiros necessários para o pagamento das despesas na data prevista para quitação das mesmas.

6.2 Despesa Com Publicidade e Propaganda

QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	12234203220RK0022	323.000,00	209.956,42
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Gerência de Contabilidade /PRAD

6.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	R\$ 55.059.676,69	R\$ 33.098.257,11	R\$ 4.921.582,12	R\$ 17.039.837,46
2012	R\$ 25.193.140,05	R\$ 19.583.095,83	R\$ 58.184,74	R\$ 5.551.859,48
...	-	-	-	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	R\$ 12.227.472,88	R\$ 12.188.560,56	R\$ 1.430,55	R\$ 37.481,77
2012	R\$ 9.842.518,20	R\$ 9.614.316,91	-	R\$ 228.201,29
...	-	-	-	0,00

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6.4 Transferências de Recursos

6.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)									
CNPJ: 06.517.387/0001-34					UG/GESTÃO: 154048/15265				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	024/2008	07.501.328/0001-30	246.063,50	0,00	0,00	228.729,50	31/12/2008	31/12/2014	4
1	025/2008	07.501.328/0001-30	112.923,92	0,00	0,00	95.545,20	31/12/2008	31/12/2014	4
2	020/2008	07.501.328/0001-30	3.912.437,51	0,00	0,00	3.912.437,51	29/12/2009	31/08/2014	4
2	008/2009	07.501.328/0001-30	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	21/12/2009	30/06/2014	4
2	011/2009	07.501.328/0001-30	2.014.164,13	0,00	0,00	2.014.164,13	28/12/2011	31/12/2014	4
2	001/2009	07.501.328/0001-30	1.979.000,00	0,00	0,00	1.979.000,00	10/12/2009	10/12/2014	4
2	008/2010	07.501.328/0001-30	161.539,60	0,00	0,00	161.539,60	01/12/2010	30/06/2015	1
2	009/2010	07.501.328/0001-30	206.184,80	0,00	0,00	206.184,80	01/12/2010	30/06/2015	1
2	010/2010	07.501.328/0001-30	134.831,20	0,00	0,00	134.831,20	01/12/2010	30/06/2015	1
2	018/2010	07.501.328/0001-30	6.165.848,03	0,00	0,00	6.165.848,03	01/12/2010	31/08/2015	1
2	022/2010	07.501.328/0001-30	400.000,00	0,00	0,00	267.477,40	20/12/2010	28/02/2015	1
2	025/2010	07.501.328/0001-30	516.200,00	0,00	0,00	516.200,00	27/12/2010	31/12/2014	4
2	030/2010	07.501.328/0001-30	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	23/12/2010	31/12/2015	1
2	031/2010	07.501.328/0001-30	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	23/12/2010	31/12/2014	4
2	032/2010	07.501.328/0001-30	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	23/12/2010	31/12/2014	4
2	006/2012	07.501.328/0001-30	894.880,00	0,00	236.000,00	894.880,00	26/09/2012	31/12/2014	4
2	007/2012	07.501.328/0001-30	252.000,00	0,00	4.200,00	187.894,75	25/10/2012	31/07/2014	4
2	008/2012	07.501.328/0001-30	126.000,00	0,00	7.420,00	44.940,00	25/10/2012	30/08/2014	4
2	009/2012	07.501.328/0001-30	322.000,00	0,00	0,00	317.800,00	25/10/2012	30/06/2014	4
2	010/2012	07.501.328/0001-30	101.220,00	0,00	28.560,00	84.420,00	25/10/2012	30/04/2014	4

2	011/2012	07.501.328/0001-30	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	03/12/2012	31/01/2015	1
2	001/2013	07.501.328/0001-30	159.800,00	0,00	48.565,90	48.565,90	04/02/2013	31/12/2015	1
2	002/2013	07.501.328/0001-30	846.786,00	0,00	464.837,00	999.605,94	04/02/2013	31/12/2015	1
2	003/2013	07.501.328/0001-30	148.500,00	0,00	51.017,69	80.716,02	01/03/2013	31/12/2015	1
2	004/2013	07.501.328/0001-30	210.988,98	0,00	55.310,93	55.310,93	27/06/2013	31/12/2015	1
2	005/2013	07.501.328/0001-30	50.500,00	0,00	0,00	20.090,00	12/08/2013	30/06/2014	4
2	006/2013	07.501.328/0001-30	159.513,65	0,00	97.585,40	97.585,40	28/08/2013	31/12/2015	1
2	007/2013	07.501.328/0001-30	171.450,00	0,00	63.608,15	63.608,15	19/09/2013	31/12/2015	1
2	008/2013	07.501.328/0001-30	962.844,30	0,00	0,00	962.844,30	07/11/2013	26/09/2014	4
2	009/2013	07.501.328/0001-30	25.000,00	0,00	0,00	4.900,00	07/11/2013	30/06/2014	4
2	010/2013	07.501.328/0001-30	443.000,00	0,00	0,00	443.000,00	19/11/2013	31/07/2015	1
2	011/2013	07.501.328/0001-30	301.124,00	0,00	0,00	301.124,00	19/11/2013	31/12/2015	1
2	012/2013	07.501.328/0001-30	499.180,00	0,00	0,00	499.180,00	19/11/2013	31/08/2015	1
2	018/2013	07.501.328/0001-30	31.720,00	0,00	0,00	31.720,00	19/11/2013	31/07/2015	1
2	019/2013	07.501.328/0001-30	31.720,00	0,00	0,00	31.720,00	19/11/2013	31/07/2015	1
2	021/2013	07.501.328/0001-30	545.385,00	0,00	442.958,60	545.385,00	19/11/2013	30/06/2015	1
2	022/2013	07.501.328/0001-30	315.068,49	0,00	181.770,30	315.068,49	19/11/2013	31/03/2015	1
2	025/2013	07.501.328/0001-30	426.359,09	0,00	0,00	426.359,09	18/11/2013	03/06/2015	1
2	027/2013	07.501.328/0001-30	177.800,00	0,00	52.129,93	52.129,93	30/12/2013	31/12/2015	1
2	028/2013	07.501.328/0001-30	178.241,11	0,00	63.972,33	63.972,33	18/12/2013	22/03/2015	1
2	029/2013	07.501.328/0001-30	28.328,79	0,00	0,00	28.328,79	21/11/2013	31/03/2014	4
2	032/2013	07.501.328/0001-30	150.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	18/12/2013	31/12/2015	1
2	033/2013	07.501.328/0001-30	1.280.330,69	0,00	1.280.330,69	1.280.330,69	30/12/2013	31/12/2015	1
3	001/2013	07.501.328/0001-30	100.000,00	0,00	25.000,00	50.000,00	01/03/2013	31/03/2015	1
1	003/2013	07.501.328/0001-30	208.320,00	0,00	109.486,35	121.236,40	08/05/2013	08/05/2015	1
1	s/n 2014	07.501.328/0001-30	407.615,77	0,00	70.845,57	70.845,57	10/09/2014	10/09/2019	1
2	004/2014	07.501.328/0001-30	212.848,50	0,00	212.848,50	212.848,50	17/02/2014	31/12/2015	1
2	005/2014	07.501.328/0001-30	872.689,35	0,00	872.689,35	872.689,35	17/02/2014	31/12/2015	1
2	006/2014	07.501.328/0001-30	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00	30/05/2014	31/12/2015	1
2	007/2014	07.501.328/0001-30	12.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	12/05/2014	31/12/2015	4
2	008/2014	07.501.328/0001-30	648.000,00	0,00	0,00	0,00	15/07/2014	31/12/2017	1
2	009/2014	07.501.328/0001-30	168.300,00	0,00	9.590,00	9.590,00	15/07/2014	31/12/2015	1
2	010/2014	07.501.328/0001-30	690.000,00	0,00	690.000,00	690.000,00	06/08/2014	06/08/2015	1
2	011/2014	07.501.328/0001-30	10.000,00	0,00	5.580,00	5.580,00	15/07/2014	15/01/2015	4
2	012/2014	07.501.328/0001-30	562.820,00	0,00	562.820,00	562.820,00	19/08/2014	19/08/2015	1
2	013/2014	07.501.328/0001-30	3.499.461,20	0,00	3.499.461,20	3.499.461,20	28/07/2014	28/07/2015	1

2	014/2014	07.501.328/0001-30	143.618,45	0,00	143.618,45	143.618,45	19/08/2014	31/10/2016	1
2	015/2014	07.501.328/0001-30	69.733,33	0,00	69.733,33	69.733,33	19/08/2014	31/12/2015	1
2	016/2014	07.501.328/0001-30	80.000,00	0,00	80.000,00	80.000,00	19/08/2014	31/10/2015	1
2	017/2014	07.501.328/0001-30	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	19/08/2014	30/04/2015	1
2	018/2014	07.501.328/0001-30	73.333,33	0,00	73.333,33	73.333,33	19/08/2014	31/12/2015	1
2	019/2014	07.501.328/0001-30	17.240,00	0,00	17.240,00	17.240,00	19/08/2014	31/10/2015	1
2	020/2014	07.501.328/0001-30	220.000,00	0,00	220.000,00	220.000,00	19/08/2014	31/10/2016	1
2	021/2014	07.501.328/0001-30	89.496,00	0,00	89.496,00	89.496,00	19/08/2014	31/12/2016	1
2	022/2014	07.501.328/0001-30	856.400,00	0,00	856.400,00	856.400,00	19/08/2014	31/07/2016	1
2	023/2014	07.501.328/0001-30	1.562.000,00	0,00	1.562.000,00	1.562.000,00	19/08/2014	19/08/2015	1
2	024/2014	07.501.328/0001-30	102.100,00	0,00	102.100,00	102.100,00	11/09/2014	31/08/2016	1
2	025/2014	07.501.328/0001-30	120.000,00	0,00	120.000,00	120.000,00	11/09/2014	31/08/2015	1
2	026/2014	07.501.328/0001-30	172.525,40	0,00	172.525,40	172.525,40	11/09/2014	30/09/2015	1
2	027/2014	07.501.328/0001-30	55.000,00	0,00	55.000,00	55.000,00	11/09/2014	28/02/2016	1
2	028/2014	07.501.328/0001-30	53.078,50	0,00	53.078,50	53.078,50	11/09/2014	31/08/2015	1
2	029/2014	07.501.328/0001-30	14.000,00	0,00	0,00	0,00	20/10/2014	30/06/2015	1
2	030/2014	07.501.328/0001-30	1.040.000,00	0,00	1.040.000,00	1.040.000,00	06/11/2014	31/12/2015	1
2	031/2014	07.501.328/0001-30	246.841,09	0,00	0,00	0,00	19/11/2014	30/06/2015	1
2	033/2014	07.501.328/0001-30	187.350,00	0,00	0,00	0,00	09/12/2014	09/12/2015	1
2	035/2014	07.501.328/0001-30	150.000,00	0,00	0,00	0,00	22/12/2014	22/12/2015	1
3	s/n 2014	07.501.328/0001-30	74.632,32	0,00	0,00	0,00	12/09/2014	12/09/2015	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos/PROPLAN/UFPI

6.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.6.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)					
CNPJ:	06.517.387/0001-34					
UG/GESTÃO:	154048/15265					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	01	-	-	180.331,92	11.750,05	-
Contrato de Repasse	30	22	11	15.580.780,98	4.444.322,79	2.354.662,51
Termo de Cooperação	01	01	-	25.000,00	25.000,00	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	32	23	11	15.786.112,90	4.481.072,84	2.354.662,51

Fonte: Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos/PROPLAN/UFPI

QUADRO A.6.5.3 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)				
CNPJ: 06.517.387/0001-34		UG/GESTÃO: 154048/15265		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	33	11
		Montante Repassado	12.550.308,66	5.669.235,35
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	06	07
		Montante Repassado	23.073.919,89	2.079.588,67
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	02	-
		Montante Repassado	671.128,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos/PROPLAN/UFPI

6.4.3 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI							
CNPJ:06.517.387/0001-34			UG/GESTÃO: 154048/15265				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2014	Quantidade de Contas Prestadas			33	11		
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	33	11		
			Quantidade Reprovada	-	-		
			Quantidade de TCE	-	-		
			Montante Repassado (R\$)	12.550.308,66	5.669.235,35		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
			Montante Repassado (R\$)	-	-		
			Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
					Quantidade Reprovada	-	-
	Quantidade de TCE	-			-		
	Montante Repassado (R\$)	-			-		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
Montante Repassado (R\$)			-	-			
2013			Quantidade de Contas Prestadas			15	07
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	15	07	
	Quantidade Reprovada	-		-			
	Quantidade de TCE	-		-			
	Montante repassado	25.396.590,69		2.079.588,67			
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-				
	Montante repassado (R\$)	-	-				
2012	Quantidade de Contas Prestadas			02	-		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	02	-			
		Quantidade Reprovada	-	-			
		Quantidade de TCE	-	-			
		Montante Repassado	671.128,00	-			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-			
		Montante Repassado	-	-			
Exercício Anterior a 2012		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
	Montante Repassado		-	-			

Fonte: Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos/PROPLAN/UFPI

6.4.4 Análise Crítica

A UFPI, buscando cumprir as recomendações da CGU, após as medidas adotadas pela Administração Superior e das novas rotinas de análise e aprovação das prestações de contas das transferências voluntárias que eram celebradas através de convênios com a Fundação de Apoio (FADEX) até 2008, quanto ao passivo de convênios com prestações de contas pendentes de aprovação na situação “a aprovar” no SIAFI, reduziu consideravelmente nos três últimos exercícios o quantitativo de prestação de contas pendentes.

No que se pode observar no Quadro A.6.5.3, avaliamos que houve evolução substancial do passivo de convênios com prestações de contas a aprovar. Em 2012, devido ao grande volume de trabalho, não foi possível fazer a análise das prestações de forma tempestiva. Já em 2013, foi aprovado o montante de R\$ 23 milhões, e em 2014, foram aprovados mais 33 convênios na ordem de R\$ 12 milhões e 11 contratos na ordem de R\$ 5 milhões, ou seja, o passivo de prestações de contas aguardando análise e aprovação, que era superior a R\$ 30 milhões em 2011, atualmente está em processo final de conclusão, o que irá sanar todo esse passivo.

A Universidade tem se preocupado com a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados para a execução e gerenciamento das transferências dos termos de cooperação e contratos de repasse por ela celebrados, bem como está reestruturando a rotina de análise das prestações de contas dessas transferências, o que irá permitir um controle mais adequado do recebimento e análise das prestações de forma tempestiva.

O grande obstáculo encontrado para a efetividade de controle e gerenciamento dessas transferências, além do quadro reduzido de funcionários disponíveis para a fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalhos dos contratos e termos de cooperação, está na dificuldade encontrada para capacitar e qualificar servidores dos diversos setores da Universidade no sentido de implantar e operacionalizar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), de eventuais convênios que a Universidade venha celebrar com sua fundação de apoio.

6.5 Suprimentos de Fundos

6.5.1 Concessão de Suprimentos de Fundo

QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	47	94.290,94	8.000,00
2013	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	37	62.204,23	5.000,00
2012	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	38	25.589,15	5.000,00

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6.5.2 Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO A.6.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura		
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Quantidade	Valor das Faturas (b)	
2014	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	-	0,00	47,00	94.290,94	94.290,94
2013	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	5	4.006,70	37,00	59.197,53	63.204,23

Fonte: Gerência de Contabilidade/PRAD/UFPI

6.5.3 Classificação dos Gastos com Suprimentos de Fundo

QUADRO A.6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	339030	01	73.655,58
			11	131,98
			12	123,50
			14	359,96
			16	1.079,10
			17	162,00
			18	3.260,28
			19	840,00
			21	554,00
			22	97,50
			24	2.705,75
			25	2.035,34
			26	297,62
			31	476,50
			36	2.618,75
			39	48,00
			42	536,00
96	5,01			
339039			01	5.104,07
			11	200,00

Fonte: Gerência de Contabilidade /PRAD/UFPI

6.5.4 Análise Crítica

Quanto à aplicação de recursos por meio de suprimento de fundos, houve um crescimento significativo no Exercício de 2014 quando comparado aos Exercícios anteriores. No âmbito da UFPI, o uso de suprimento de fundos atende quase em sua totalidade a cobertura de despesas com combustível e manutenção de veículos em viagens oficiais e fora do Estado do Piauí. O controle do suprimento de Fundos atende a legislação pertinente, bem como as orientações expedidas pela Controladoria Geral da União – CGU e manuais do SIAFI. Durante o Exercício de 2014 não houve uso do cartão corporativo na modalidade saque. Esta instituição não trabalha com contas bancárias tipo B e não houve extrapolação de qualquer limite orçamentário e de gastos. Ressaltamos que todos os suprimentos de fundos concedidos tiveram suas prestações de contas devidamente analisadas e aprovadas.

PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS****7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade****7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada****QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	2792	333	69
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	2792	333	69
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2785	333	69
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	278	193	117
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	3070	526	186

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos/PRAD/UFPI

QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2383	402
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2383	402
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2383	402
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	278
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2383	680

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos/PRAD/UFPI

QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	6	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	6	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	475	419	45	49
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	475	418	45	49
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	475	425	45	50

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos/PRAD/UFPI

7.1.1.1 Análise Crítica dos Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3

O Ministério da Educação possui sistema próprio para dimensionamento de mão-de-obra para as Universidades Federais, que leva em consideração a quantidade de alunos, cursos e campi. Atualmente, possuímos déficit de pessoal Técnico-Administrativo conforme informações do MEC.

Quanto ao número de docentes, obedecemos ao quantitativo imposto pelo Banco de Professor Equivalente, o qual relaciona a quantidade de docentes em relação ao seu regime de trabalho. Não temos autonomia para ampliação do quadro de docentes, nem de Técnicos-Administrativos, contudo, o incremento do número de programas de Pós-graduação sem a contrapartida do MEC de docentes ou Técnicos-Administrativos têm gerado sobrecarga sobre os cursos/departamentos ligados aos programas.

A aposentadoria não tem gerado impacto negativo para a Universidade, pois há possibilidade de reposição imediata destas vagas por novos servidores, seja através de concurso público próprio, redistribuição ou aproveitamento de concurso público de outra IFES.

É impossível que a quantidade de Professores e de Técnicos autorizada pelo MEC seja ocupada em sua plenitude, tendo em vista as vacâncias, as ampliações de vagas para curso e o próprio aumento do número de cursos pactuados com o MEC e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A quantidade de Professores substitutos obedece à limitação legal de 20% do quadro de efetivos, e nas situações impostas pela Lei 8745/93.

O quantitativo de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas obedece a distribuição do Ministério da Educação, os quais são distribuídos conforme regimento interno da Universidade, aprovado pelos conselhos superiores da Instituição, e que levam em consideração a demanda da força de trabalho de cada unidade administrativa e acadêmica.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A Lei 12.772/2013 modificou a carreira do magistério superior e permitiu o afastamento para qualificação para docentes em estágio probatório, o que ampliou a

possibilidade de afastamentos docentes. A política de qualificação do MEC também privilegiou a instituição no sentido de permitir que os docentes percebam bolsas para mestrado e doutorado em outros estados, durante os cursos. A UFPI possui regulamentação para afastamento de docentes em obediência aos limites impostos pela lei de contratação de professores substitutos e ainda, as possibilidades administrativas de cada curso e departamento.

A UFPI implantou ainda, a possibilidade de docentes e técnicos administrativos cursarem pós-graduação *Strictu Sensu* em seus próprios programas, admitindo reserva de vagas para concorrência interna, ampliando a possibilidade de qualificação para servidores que não possuem condições de deslocamento para outras regiões.

Em 2014, o setor de Desenvolvimento de pessoal foi estruturado na Superintendência de Recursos Humanos, e houve a admissão de uma Servidora responsável por treinamento interno.

7.1.3 Custos de Pessoal

QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	203.703.030,09	0,00	20.264.402,16	13.978.284,76	-	10.572.444,85	105.070.864,59	678.351,76	12.095.988,04	366.363.366,25
	2013	179.721.308,72	0,00	17.576.897,26	12.794.666,98	-	10.572.444,85	89.937.041,66	687.535,53	12.095.988,04	323.385.883,04
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	-	488.430,51	36.285,15	13.324,03	0,00	893,40	31.332,00	-	-	570.265,09
	2013	-	434.154,38	35.947,83	11.918,80	14.511,65	792,00	29.762,31	-	-	527.086,97
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	2.659.810,66	-	542.271,36	131.914,74	-	1.168.904,25	-	702.945,86	194.095,08	5.399.941,95
	2013	2.234.614,87	-	330.232,10	144.908,18	-	1.109.212,65	-	15.410,33	174.003,00	4.008.381,13
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	10.401.712,24	-	751.823,79	176.847,00	-	-	1.250.988,92	-	-	12.581.371,95
	2013	5.023.288,25	-	272.507,74	209.013,76	-	-	571.788,89	-	-	6.076.598,64

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos/PRAD/UFPI

7.1.4. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A acumulação de Cargos é observada no momento da admissão de pessoal, no qual há preenchimento de formulário específico, o qual deve ser assinado pelo empossado, por sua chefia da UFPI e a chefia do outro órgão público no qual possui vínculo efetivo.

O excesso de 60 horas no serviço público e o acúmulo do cargo de docente em regime de dedicação exclusiva com outro vínculo público tem levado casos à justiça os quais tem dado ganho de causa aos concursados.

7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

A política salarial da carreira do Magistério Público Federal, tanto do quadro de docentes, quanto de técnicos-administrativos, tem gerado insatisfação em virtude das perdas salariais diante do cenário inflacionário.

Identificamos uma rotatividade significativa nos cargos de Assistente em Administração (nível médio), nos quais são aprovados candidatos de nível superior que são aprovados em outros concursos com média salarial melhor.

Além disso, a competitividade dos salários de nível superior, principalmente das áreas de Engenharia e de Saúde, é baixa diante do que o mercado tem oferecido. Mesmo para os cargos de docente nas Engenharias, há vagas que não são preenchidas seguidas vezes, por questões de competitividade de mercado, o que prejudica a formação de novos profissionais.

7.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta IES não possui indicadores gerenciais de recursos humanos.

7.2 Contratação de Mão-de-Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

QUADRO A.7.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ													
UG/Gestão: 154048/15265							CNPJ: 06.517.387/0001-34						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	31/2011	10.674.819/0001-98	06/05/2011	06/05/2014	92	92	-	-	-	-	E
2012	V	O	24/2012	10.674.819/0001-98	24/02/2012	23/02/2015	94	94	-	-	-	-	P
2012	V	O	47/2012	10.674.819/0001-98	14/03/2012	13/03/2014	16	16	-	-	-	-	E
2012	V	O	95/2012	10.674.819/0001-98	07/08/2012	06/08/2014	10	10	-	-	-	-	E
2012	L	O	101/2012	09.259.198/0001-98	25/01/2013	30/09/2014	249	249	-	-	-	-	E
2013	L	O	011/2013	07.441.614/0001-58	26/04/2013	25/04/2015	59	59	-	-	-	-	P
2013	L	O	52/2013	07.441.614/0001-58	04/11/2013	04/11/2015	159	158	-	-	-	-	P
2013	L	O	53/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	35	35	-	-	-	-	P
2013	L	O	54/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	34	34	-	-	-	-	P
2013	L	O	55/2013	06.855.175/0001-67	04/11/2013	04/11/2015	40	40	-	-	-	-	P
2014	V	O	24/2014	08.644.690/0001-33	13/03/2014	12/03/2015	140	100	-	-	-	-	A
2014	V	O	25/2014	08.644.690/0001-33	13/03/2014	12/03/2015	112	70	-	-	-	-	A
2014	L	O	83/2014	07.783.832/0001-70	19/09/2014	18/09/2015	153	153	-	-	-	-	A
2014	L	O	85/2014	07.441.614/0001-58	19/09/2014	18/09/2015	57	55	-	-	-	-	A

Observações: O Contrato nº 31/2011 abrange o cargo de vigilante; O Contrato nº 24/2012 abrange o cargo de vigilante; O Contrato nº

47/2012 abrange o cargo de vigilante; O Contrato nº 95/2012 abrange o cargo de vigilante; O Contrato nº 101/2012 possuem os cargos de servente de limpeza, servente de limpeza como adicional 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade 40%, auxiliar de serviços gerais; O Contrato nº 102/2012 abrange os cargos de operador de micro, continuo, copeira, auxiliar de cozinha, garçom, encarregado e eletricista; O Contrato nº 11/2013 abrange os cargos de servente de limpeza, servente de limpeza com adicional de insalubridade de 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade de 40%, servente de limpeza hospitalar, continuo, auxiliar de cozinha, cozinheiro, operador de micro, copeira, técnico em refrigeração, encarregado, bombeiro, eletricista e tratador de animais; O Contrato nº 43/2013 abrange os cargos de auxiliar de cozinha e cozinheiro; O Contrato nº 44/2013 abrange os cargos de auxiliar de cozinha e cozinheiro; O Contrato nº 52/2013 possuem os cargos de servente de limpeza interno, servente de limpeza externo, servente de limpeza com adicional com insalubridade de 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade de 40%, servente de limpeza hospitalar, tratador de animais, marceneiro, bombeiro, eletricista e técnico em refrigeração; O Contrato nº 53/2013 abrange os cargos de servente de limpeza, servente de limpeza com adicional de insalubridade com 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade com 40%, copeira, continuo, agente de portaria, almoxarife, encarregado, bombeiro, eletricista, atendente e operador de micro; O Contrato nº 54/2013 possuem os cargos servente de limpeza, servente de limpeza com adicional de insalubridade com 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade com 40%, copeira, continuo, agente de portaria, almoxarife, encarregado, bombeiro, eletricista, atendente, técnico de refrigeração e operador de micro; O Contrato nº 55/2013 abrange os cargos de servente de limpeza, servente de limpeza com adicional de insalubridade com 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade com 40%, copeira, continuo, agente de portaria, almoxarife, encarregado, bombeiro, eletricista, tratador de animais, técnico de refrigeração e operador de micro; O Contrato nº 56/2013 abrange os cargos de operador de micro, copeira, almoxarife, operador gráfico, operador de micro, recepcionista, atendente, agente de portaria e encarregado; O Contrato nº 24/2014 abrange o cargo de vigilante; O Contrato nº 25/2014 abrange o cargo de vigilante; O Contrato nº 83/2014 abrange os cargos de servente de limpeza interno, servente de limpeza interno com adicional de insalubridade 20% e servente de limpeza interno com adicional de insalubridade 40%; O Contrato nº 84/2014 possuem os cargos de almoxarife, carregador, continuo, auxiliar de biblioteca, garçom, tratadores de animais, tratorista e motociclista; e o Contrato nº 85/2014 abrange os cargos de servente de limpeza externo, jardineiro, operador de roçadeira e operador de micro. levando em consideração que os objetos dos contratos supracitados contemplam categorias profissionais diferentes, o quantitativo de relacionados à conservação e limpeza (servente de limpeza interna, servente de limpeza externo, servente de limpeza com adicional de insalubridade de 20%, servente de limpeza com adicional de insalubridade 40%, servente de limpeza hospitalar, jardineiro e operador de roçadeira) e a vigilância são demonstrados neste quadro, enquanto que o quantitativo dos demais cargos serão disponibilizados no quadro A.7.2.2.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Diretoria Administrativa /PRAD/UFPI

Fonte: Diretoria Administrativa /PRAD/UFPI

7.2.2 Locação de Mão-de-Obra para Atividades Não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.7.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ													
UG/Gestão: 154048/15265							CNPJ: 06.517.387/0001-34						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	96/2012	09.019.150/0001-11	09/11/2012	09/11/2015	50	50	-	-	-	-	P
2012	12	O	101/2012	09.259.198/0001-98	25/01/2013	30/09/2014	89	89	-	-	-	-	E
2012	3	O	102/2012	10.013.974/0001-63	25/01/2013	24/01/2016	-	-	91	91	-	-	P
2012	4	O	102/2012	10.013.974/0001-63	25/01/2013	24/01/2016	13	13	-	-	-	-	P
2012	9	O	102/2012	10.013.974/0001-63	25/01/2013	24/01/2016	5	5	-	-	-	-	P
2012	12	O	102/2012	10.013.974/0001-63	25/01/2013	24/01/2016	87	87	-	-	-	-	P
2013	3	O	011/2013	07.441.614/0001-58	26/04/2013	25/04/2015	-	-	15	15	-	-	P
2013	4	O	011/2013	07.441.614/0001-58	26/04/2013	25/04/2015	1	1	-	-	-	-	P
2013	9	O	011/2013	07.441.614/0001-58	26/04/2013	25/04/2015	4	4	-	-	-	-	P
2013	12	O	011/2013	07.441.614/0001-58	26/04/2013	25/04/2015	35	20	-	-	-	-	P
2013	12	O	43/2013	10.013.974/0001-63	30/08/2013	29/08/2015	58	58	-	-	-	-	P
2013	9	O	52/2013	07.441.614/0001-58	04/11/2013	04/11/2015	13	13	-	-	-	-	P
2013	12	O	52/2013	07.441.614/0001-58	04/11/2013	04/11/2015	15	15	-	-	-	-	P
2013	3	O	53/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	-	-	8	8	-	-	P
2013	4	O	53/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	1	1	-	-	-	-	P
2013	9	O	53/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	3	3	-	-	-	-	P
2013	12	O	53/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	9	9	-	-	-	-	P
2013	3	O	54/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	-	-	17	17	-	-	P
2013	4	O	54/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	1	1	-	-	-	-	P
2013	9	O	54/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	2	2	-	-	-	-	P
2013	12	O	54/2013	10.013.974/0001-63	04/11/2013	04/11/2015	13	13	-	-	-	-	P
2013	3	O	55/2013	06.855.175/0001-67	04/11/2013	04/11/2015	-	-	12	12	-	-	P
2013	4	O	55/2013	06.855.175/0001-67	04/11/2013	04/11/2015	1	1	-	-	-	-	P

2013	9	O	55/2013	06.855.175/0001-67	04/11/2013	04/11/2015	3	3	-	-	-	-	P
2013	12	O	55/2013	06.855.175/0001-67	04/11/2013	04/11/2015	19	19	-	-	-	-	P
2013	3	O	56/2013	10.682.187/0001-04	04/11/2013	04/11/2015	-	-	50	50	-	-	P
2013	4	O	56/2013	10.682.187/0001-04	04/11/2013	04/11/2015	4	4	-	-	-	-	P
2013	5	O	56/2013	10.682.187/0001-04	04/11/2013	04/11/2015	6	6	-	-	-	-	P
2013	12	O	56/2013	10.682.187/0001-04	04/11/2013	04/11/2015	13	13	-	-	-	-	P
2014	2	O	84/2014	13.909.561/0001-50	19/09/2014	18/09/2015	8	6	-	-	-	-	A
2014	12	O	84/2014	13.909.561/0001-50	19/09/2014	18/09/2015	40	36	-	-	-	-	A
2014	3	O	85/2014	07.441.614/0001-58	19/09/2014	18/09/2015	-	-	86	64	-	-	A

Observações: Os cargos de motorista, motociclista e tratorista foram classificados com área de transporte (2); o cargo de operador de micro na área de informática (3); o cargo de copeira na área de copeiragem (4); o cargo de recepcionista na área de recepção (5); os cargos de bombeiro, eletricista, marceneiro e técnico de refrigeração na área de manutenção de bens imóveis (9); e os cargos de almoxarife, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de biblioteca, auxiliar de cozinha, agente de portaria, atendente, contínuo, carregador, cozinheiro, encarregado, garçom, operador gráfico e tratador de animais.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ens. Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Diretoria Administrativa /PRAD/UFPI

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

No decorrer do exercício de 2014, a empresa terceirizada de Conservação e Limpeza - ASSERTI Limpeza e Conservação de Imóveis Ltda., CNPJ Nº 09.259.198/0001-05, não efetuou o pagamento de verbas trabalhistas nos prazos estabelecidos no Contrato nº 101/2012, bem como não cumpria outras obrigações contratuais, exigindo desta Universidade providências imediatas, que ocasionaram a aplicação de advertência e multa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e, em seguida, a Rescisão Unilateral do Contrato nº 101/2012.

No mesmo exercício, a empresa terceirizada de prestação de serviços com locação de mão de obra para o cargo de motorista - ATITUDE Terceirização de Mão de Obra Ltda. - ME, também não efetuou o pagamento de verbas trabalhistas nos prazos estabelecidos no Contrato nº 96/2012, exigindo da UFPI a aplicação de multa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO****8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros****a) Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

a.1) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Decreto Nº 6.403, de 17 de Março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e a Instrução Normativa Nº 3, de 15 de Maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

a.2) Importância e Impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

A frota é utilizada no apoio às atividades administrativas de ensino, pesquisa e extensão, bem como no transporte para aulas práticas, congressos, eventos, colação de grau, transportes de materiais permanente e de consumo do campus sede aos demais campus, transportes de alunos dentro do campus (ônibus coletivo), transporte de alimentos dos RU's, transporte de animais para os trabalhos de pesquisas, incluindo tratores para os trabalhos de campo dos colégios técnicos do campus universitário de Teresina, Floriano e Bom Jesus. A UFPI conta com a seguinte frota de veículos: 110 veículos, separados por grupos, e 28 veículos, frota terceirizada.

O Campus Ministro Petrônio Portela em Teresina (Campus Sede), bem como o Campus Ministro Reis Veloso (Parnaíba), o Campus Amílcar Ferreira Sobral (Floriano), o Campus Cinobelina Elvas (Bom Jesus) e o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos) são atendidos, totalizando um público de 44.000 alunos e 3.000 técnicos administrativos e docentes.

a.3) Quantidade de veículos por grupo

Ver **ANEXO 3, Quadro 10.**

a.4) Média anual de quilômetros rodados, por grupos de veículos

Quadro 11 – Média Anual de Quilômetros Por Grupo

Nº	GRUPO	KM
01	GRUPO I - CARRO DE PASSEIO	9.477
02	GRUPO II - CARRO CAMIONETA	19.618
03	GRUPO III - CAMINHÃO	8.455
04	GRUPO IV - ONIBUS / VAN / MICROONIBUS	17.936
05	GRUPO V - MOTO	4.004

Fonte: Divisão de Transportes/PRAD/UFPI

a.5) Idade média da frota, por grupo de veículos

Quadro 12 – Idade Média da Frota Por Grupo

Nº	GRUPO	ANO
01	GRUPO I - CARRO DE PASSEIO	8 ANOS
02	GRUPO II - CARRO CAMIONETA	8 ANOS
03	GRUPO III - CAMINHÃO	8 ANOS
04	GRUPO IV - ONIBUS / VAN /MICROONIBUS	13 ANOS
05	GRUPO V - MOTO	9 ANOS
06	TRATORES DOS CAMPI	15 ANOS

Fonte: Divisão de Transportes/PRAD/UFPI

a.6) Custos associados à manutenção da frota.

- **Gasolina**

- Posto Blue Comercio de combustíveis, CNPJ: 14.870.460/0001-85, vigência: 10/01/2014 a 31/12/2015 (Campus de Teresina)

Gastos com combustíveis: Valor estimado Total: R\$ 443.685,05

Obs: valores de combustíveis sendo utilizados nos veículos oficiais, veículos terceirizados, tratores, geradores e maquinas roçadeiras.

- **Revisões Periódicas (manutenção de veículos):**

-V. Machado e Cia Ltda. , CNPJ: 06.703.805/0005-01, vigência: 10/01/2014 a 31/12/2014

Valor estimado R\$: 62.012,26

-Cacique Pneus Indústria e Comércio, CNPJ: 11.600.541/0004-10 referente ao fornecimento de Pneus.

Valor estimado R\$: 66.143,90

-A. O. S. Comercio e Serviços Ltda., CNPJ: 07.088.332/0001-19

Valor estimado R\$: 150.108,51

-Luis M. de C. Filho EPP, CNPJ: 69.607.265/0001-59

Valor estimado R\$: 95.288,60

-Noronha & Helmann, CNPJ:14.477.630/0001-66

Valor estimado R\$: 100.972,54

- **Gastos com manutenção de veículos oficial**

R\$: 474.525,81

- **Seguro obrigatório:**

Valor do Seguro estimado R\$: 100.000,00

- **Pessoal responsável pela administração da frota:**

-Luiz Antônio Castelo Branco Silva- Chefe da Divisão de Transportes.

-José De Oliveira Almeida – Chefe da Seção de Oficina

-Diretores dos campus do interior e dos Colégios Técnicos.

a.7)Plano de substituição da frota

Quadro 13 – Plano de Substituição da Frota

PLACA	ANO FAB.	MODELO	MOTIVO	PRIORIDADE
LVS-0068	1982	MICROONIBUS MERCEDES BENZ LPO 1113	RUIM	1
LWM-6891	2001	MOTOCICLETA HONDA CG 125	RUM	2
LWM-6881	2001	MOTOCICLETA HONDA CG 125	RUIM	3
LVY 3331	2002	KOMBI VOLKSWAGEN	REGULAR	4

LWI-8020	2002	CAMIONETA NISSAN /FRONTIER 4X4	REGULAR	5
LVZ-9271	2002	KOMBI VOLKSWAGEN	REGULAR	6
LVQ-4874	1998	TOYOTA HILUX 4 CD SR 5	REGULAR	7
LVQ-7090	1988	CAMIONETA TOYOTA CD	REGULAR	8
JFO-7974	1993	JIPE TOYOTA BANDEIRANTE	REGULAR	9
LVQ-2763	1988	CAMIONETA TOYOTA CS	REGULAR	10
LVO-2080	2002	CAMIONETA MMC/L-200 4X4 GL	REGULAR	11
LVS-1080	1999	KOMBI VOLKSWAGEN	REGULAR	12
LWC-4842	2002	CAMIONETA L-200 PICK-UP	REGULAR	13
LVN-0474	1997	CAMINHÃO BAÚ VW 7.100	REGULAR	14
LVO-2496	1997	CAMIONETA SAVEIRO VW CLI	RUIM	15

Fonte: Divisão de Transportes/PRAD/UFPI

Conforme previsto na Instrução Normativa SLTI nº 3/2008, anualmente a Divisão de Transportes elabora o Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV), em função da demanda por veículos apresentada e em seguida, encaminha à Prefeitura Universitária-PREUNI e que submeti à Pró-Reitoria de Administração (PRAD), para os procedimentos legais de aquisição.

Foi encaminhada uma demanda para aquisição de 17 (dezesete) veículos, conforme discriminação abaixo:

02 - Camioneta 4 X 4 cabine dupla;

02 - Micro-ônibus com capacidade para transporte de 30 passageiros;

03 - Vans com capacidade para 20 passageiros;

05 - Motocicletas 150 cilindradas;

01 - Camioneta 4 X 4 cabine dupla para Divisão de Vigilância da UFPI;

01 - Camioneta 4 X 4 cabine simples para manutenção Predial e Mobiliário;

02 - Camioneta tipo 4 X 4 cabine dupla para substituir as duas Toyotas bandeirante recém leiloadas;

01 - Camioneta tipo 4 X 4 cabine simples para substituir a F-1000 recém leiloadas;

a.8) Razão da escolha da aquisição em detrimento da locação

As aquisições de veículos, em sua maioria, ocorrem em função da liberação de recursos destinados para tal fim ou então por meio de projetos nos quais existem previsões para as mesmas. Nas últimas licitações a UFPI vem dando prioridade para a locação de veículo em função da facilidade do gerenciamento da frota e dos menores custos para a manutenção.

a.9) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Está em andamento a implantação de um sistema (SIS/TRANSPORTES) para controle de forma mais eficiente e econômico da frota da UFPI.

b) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

b.1) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte.

As novas contratações são feitas à medida que surgem novas demandas, sejam

novos cursos, novos projetos e em função da expansão pela qual a Universidade Federal do Piauí vem passando nos últimos anos.

b.2) Nome e CNPJ da empresa contratada para prestação do serviço de transporte;

As empresas prestadoras são: J. L. M. DE ALMEIDA - CNPJ: 86.960.721/00001-69 e CENTRO DE COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA (CECOL) - CNPJ: 03.515.317/0001-59.

b.3) Tipo de licitação efetuada, nº de contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

As Licitações ocorrem através de Pregão Eletrônico. Os contratos assinados estão discriminados, abaixo:

• **Contrato nº 38 /2011.**

Contratada: J. L. M. DE ALMEIDA

CNPJ: 86.960.721/00001-69

Endereço: Av. centenário nº 1712 sala A –Aeroporto.

Vigência do Contrato: 31/05/2011 a 31/05/2012

Valor global estimado: R\$ 241.700,00

Valore pago: R\$ 114.441,25

Vigência do Contrato: 31/05/2012 a 31/05/2013

Valor global estimado: R\$ 241.700,00

Valor pago: R\$ 245.368,59

Vigência do Contrato: 31/05/2013 a 31/05/2014

Valor global estimado: R\$ 256.374,54

Valor pago: R\$ 258.720,04

Vigência do Contrato: 31/05/2014 a 31/05/2015

Valor global estimado: R\$ 270.447,84

Valor pago: R\$ 270.447,84

• **Contrato nº 62 /2012**

Contratada: J. L. M. DE ALMEIDA

CNPJ: 86.960.721/00001-69

Endereço: Av. centenário nº 1712 , Sala A – Aeroporto

Vigência do Contrato: 30/03/2012 a 29/03/2013

Valor global estimado: R\$ 159.360,00

Valore pago: R\$ 141.100,00 - Reajustado (acrécimo de 25%) para 199.200,00 a partir de 15/06/2012.

Vigência do Contrato: 29/03/2013 a 29/03/2014

Valor global estimado: R\$ 208.717,12

Valor pago: R\$ 206.337,81

Vigência do Contrato: 29/03/2014 a 29/03/2015

Valor global estimado: R\$ 215.875,93

Valor pago: R\$ 214.086,21

• **Contrato nº 75 /2012**

Contratada: CECOL CENTRO DE COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.515.317/0001-59

Endereço: Av. Nossa Senhora de Fátima nº 1685.

Vigência do Contrato: 31/05/2012 a 30/05/2013

Valor global estimado: R\$ 269.999,98

Valor pago: R\$ 85.124,25

Vigência do Contrato: 30/05/2013 a 30/05/2014

Valor global estimado: R\$ 269.999,98

Valor pago: R\$ 269.997,60

Vigência do Contrato: 30/05/2014 a 30/05/2015

Valor global estimado: R\$ 288.361,52

Valor pago: R\$ 274.588,56

• **Contrato nº 16/2013**

Contratada: CECOL CENTRO DE COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.515.317/0001-59

Endereço: Av. Nossa Senhora de Fátima nº 1685

Vigência do Contrato: 30/04/2013 a 29/04/2014

Valor global estimado: 269.999,98

Valor pago: R\$ 191.248,30

Vigência do Contrato: 29/04/2014 a 29/04/2015

Valor global estimado: R\$ 285.932,89

Valor pago: R\$ 280.621,12

• **Contrato nº 03/2011**

Contratada: J. L. M. DE ALMEIDA

CNPJ: 86.960.721/00001-69

Endereço: Av. Centenário nº 1712 sala A – Aeroporto

Vigência do Contrato: 20/01/2011 a 19/01/2012

Valor global estimado: 501.089,93

Valor pago: R\$ 459.244,25

Vigência do Contrato: 19/01/2012 a 18/01/2013

Valor global estimado: R\$ 501.089,93

Valor pago: R\$ 590.640,66 - Reajustado (acréscimo de 25%) para 595.859,92 a partir de 01/03/2012.

Vigência do Contrato: 18/01/2013 a 18/01/2014

Valor global estimado: R\$ 595.859,92

Valor pago: R\$ 638.163,00

Vigência do Contrato: 18/01/2014 a 18/01/2015

Valor global estimado: R\$ 669.722,16

Valor pago: R\$ 669.722,16

• **Contrato nº 67 /2012**

Contratada: J. L. M. DE ALMEIDA

CNPJ: 86.960.721/00001-69,

Endereço: Av. Centenário nº 1712 sala A – Aeroporto

Vigência do Contrato: 04/05/2012 a 03/05/2013

Valor global estimado: R\$ 589.996,00

Valor pago: R\$ 344.164,31

Vigência do Contrato: 03/05/2013 a 03/05/2014

Valor global estimado: R\$ 621.946,58

Valor pago: R\$ 611.296,36

Vigência do Contrato: 03/05/2014 a 03/05/2015

Valor global estimado: R\$ 655.306,05

Valor pago: R\$ 621.946,56

b.4) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Decreto Nº 6.403, de 17 de Março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e a Instrução Normativa Nº 3, de 15 de Maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b.5) Importância e o impacto da frota de veículos terceirizados

Tendo em vista, a extinção da carreira de motorista por parte do Ministério da Educação e a crescente expansão da instituição, bem como o aumento do número de alunos que chega à aproximadamente 44.000 alunos, a insuficiência na dotação para aquisição de novos veículos para o patrimônio da UFPI e visando a eficiência no atendimento das solicitações, fez-se necessário a utilização da terceirização.

b.6) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos

Ver **ANEXO 4, Quadro 14.**

b.7) Média anual de quilômetros rodado por grupo

Quadro 15 – Média Anual de Quilômetros Por Grupo

Nº	GRUPO	KM
01	GRUPO II CARRO CAMIONETA	31.363
02	GRUPO IV ONIBUS / VAN /MICROONIBUS	13.644

Fonte: Divisão de Transportes/PRAD/UFPI

b.8) Idade média, por grupo de veículos

Quadro 16 – Idade Média Por Grupo

Nº	GRUPO	ANO
01	GRUPO II CARRO CAMIONETA	1 ANO
01	GRUPO IV ONIBUS / VAN /MICROONIBUS	2 ANOS

Fonte: Divisão de Transportes/PRAD/UFPI

b.9) Custos associados à manutenção da frota

Os valores gastos em combustível com a frota terceirizada estão inclusos nos valores pagos aos fornecedores de combustível da UFPI.

A Universidade não tem gastos com revisões periódicas, lubrificantes e seguros obrigatórios dos veículos terceirizados. Pois isso faz parte dos valores inclusos no contrato.

b.10) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Está em andamento a implantação de um sistema (SIS/TRANSPORTES) para controle de forma mais eficiente e econômico da frota da UFPI.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Diante dos problemas relacionados ao acesso e atualizações de bens imóveis da UFPI no sistema SPIUNET, foi constituída uma Comissão – Portaria N° 59-A/2014, de 20/06/2014, composta por três funcionários, sendo um da Diretoria de Contabilidade e Finanças, outro da Prefeitura Universitária e outro da Divisão de Patrimônio esta Comissão sofreu uma substituição do membro indicado pela Prefeitura Universitária-PREUNI.

A Comissão solicitou à Pró-Reitoria de Administração cadastro dos seus membros no SPIUNET e liberação do módulo de Patrimônio Imóvel nos sistemas da UFPI e respectivos treinamentos. A Comissão providenciou os cadastros dos membros no sistema SPIUNET, através de solicitação direta ao Patrimônio da União através de e-mails, telefonemas e comparecimento presencial ao prédio do Ministério da Fazenda, estas providências ocorreram entre 06 de setembro e 03 de outubro de 2014.

Dois membros da comissão: um da Divisão de Patrimônio e outro da PREUNI participaram de curso de Avaliações e Perícias em Imóveis Públicos Urbanos e Rurais, realizado pela Escola de Administração Fazendária em Salvador–BA no mês de Outubro de 2014.

Foi contratada uma empresa através do Pregão Eletrônico N° 50/2014: MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda – EPP, com o nome fantasia Control Consulting, para fazer o levantamento dos imóveis desta instituição. Os contatos com a empresa contratada foram iniciados em setembro de 2014, com os acertos relacionados à execução do trabalho e, principalmente, as quantidades de imóveis a serem avaliados em cada cidade.

Por fim a empresa contratada nos enviou um cronograma prévio para a execução dos serviços. Porém, como as plantas dos imóveis não foram disponibilizadas a Contratada alerta para a possibilidade de alteração nos prazos, os quais também sofrerão alterações de acordo com o tempo de aprovação do aditivo do contrato e consequente adequação do respectivo empenho.

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PIAUI	14	14
	Teresina	5	5
	Parnaíba	1	1
	Floriano	2	2
	Bom Jesus	2	2
	Picos	1	1
	Cristino Castro	1	1
	São Raimundo Nonato	1	1
	Campo Maior	1	1
Subtotal Brasil		14	14
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		14	14

Fonte:SPIUnet

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO A.8.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154048	1037.00008.500-0	5	4	R\$ 67.728	20/12/2004	R\$ 582.246,43	-	-
154048	1037.00007.500-5	5	4	R\$ 80.000,00	20/12/2004	R\$ 1.436.643,43	-	-
154048	1043.00019.500-5	4	6	R\$ 9.586,51	31/03/2004	R\$ 72.144,77	-	-
154048	1061.00321.500-5	4	4	R\$ 175.680,00	20/12/2004	R\$ 193.392,80	-	-
154048	1077.00037.500-8	4	4	R\$ 203.444,67	20/12/2004	R\$ 3.293.468,43	-	-
154048	1077.00053.500-5	4	3	R\$ 1.500.000,00	20/12/2004	R\$ 1.792.200,75	-	-
154048	1153.00054.500-0	4	4	R\$ 151.200,00	20/12/2004	R\$ 2.485.912,44	-	-
154048	1159.00019.500-8	4	4	R\$ 617.500,00	20/12/2004	R\$ 1.830.686,17	-	-
154048	1211.00013.500-7	5	4	R\$ 59.300,00	20/12/2004	R\$ 363.082,61	-	-
154048	1219.00153.500-4	13	4	R\$ 146.880,00	20/12/2004	R\$ 712.927,63	-	-
154048	1219.00144.500-5	4	4	R\$ 136.300,00	20/12/2004	R\$ 1.035.284,03	-	-
154048	1219.00152.500-9	13	4	R\$ 32.551.897,10	20/12/2004	R\$ 42.670.777,94	-	-
154048	1219.00155.500-5	5	4	R\$ 21.927.268,00	20/12/2004	R\$ 65.839.250,97	-	-
154048	1219.00177.500-5	5	4	R\$ 51.975,00	20/12/2004	R\$ 662.854,40	-	-
Total							13.165.059,15*	

Fonte: SPIUnet/PREUNI

*Em obras concluídas 2014

8.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.8.3– DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	PIAUI	5	5
	Teresina	3	3
	Parnaíba	1	1
	Bom Jesus	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte:SPIUnet

PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO****9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

A UFPI, estabeleceu um acordo de cooperação com a UFRN e implantou os módulos de quatro subsistemas: SIGAA (Acadêmico), SIGRH (Recursos Humanos) e SIPAC (Administrativo) e SIGAdmin.

O SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) permitiu a informatização dos procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios de atividades docentes, dentre outros.

O sistema SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos), gerencia as unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos; o SIGRH (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos), viabiliza os procedimentos direcionados a gestão de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.

O SIGAdmin (Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação) destina-se a administração e gestão dos 4 sistemas integrados acima descritos. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.

QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
20/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamentos de informática, incluindo materiais de limpeza, reposição de peças e acessórios (Impressoras)	28/05/2013 a 28/05/2014	08.050.832/0001-24	BR INFORMATICA LTDA	R\$ 260.982,10 (Empenho estimativo - Serviço) R\$98.765,02 (Empenho estimativo - Peças)	R\$ 29.349,26 - Serviços R\$ 11.380,72 - Peças

20/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamentos de informática, incluindo materiais de limpeza, reposição de peças e acessórios (Impressoras).	27/05/2014 a 25/05/2015	08.050.832/0001-24	BR INFORMATICA LTDA	R\$ 260.982,10 (Empenho estimativo - Serviço) R\$ 98.765,02 (Empenho estimativo - Peças)	
38/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção corretiva de equipamentos de informática, incluindo materiais de limpeza, reposição de peças e acessórios. (Computador e Nobreak)	02/07/2013 a 02/07/2014	08.050.832/0001-24	BR INFORMATICA LTDA	R\$ 287.650,00 (Empenho estimativo - Serviço) R\$ 57.438,73 (Empenho estimativo - Peças)	R\$ 90.717,82 - Serviços R\$ 2.637,90 - Peças
38/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção corretiva de equipamentos de informática, incluindo materiais de limpeza, reposição de peças e acessórios. (Computadores e Nobreaks)	01/07/2014 a 01/07/2015	08.050.832/0001-24	BR INFORMATICA LTDA	R\$ 287.650,00 (Empenho estimativo - Serviço) R\$ 57.438,73 (Empenho estimativo - Peças)	
19/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamentos de informática, incluindo materiais de limpeza, reposição de peças e acessórios.	28/05/2013 a 28/05/2014	10.743.576/0001-00	PIAUI COPIADORA LTDA	R\$ 88.600,00 (Empenho estimativo - Serviço) R\$ 27.530,75 (Empenho estimativo - Peças)	R\$ 45.642,50 -Serviços R\$ 0,00 -Peças
19/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamentos de informática, incluindo materiais de limpeza, reposição de peças e acessórios.	27/05/2014 a 27/05/2015	10.743.576/0001-00	PIAUI COPIADORA LTDA	R\$ 88.600,00 (Empenho estimativo - Serviço) R\$ 27.530,75 (Empenho estimativo - Peças)	

58/2013	Contratação de serviços de empresa especializada para fornecimento de solução de impressão departamental, de caráter local (TCP/IP) - Pregão Eletrônico nº 66/2012-JFPE (Adesão)	01/10/2013 a 01/10/2014	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMATICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 771.640,56 (Empenho estimativo)	R\$ 158.680,31 - Fixo R\$ 159.090,27 - Variável
58/2013	Contratação de serviços de empresa especializada para fornecimento de solução de impressão departamental, de caráter local (TCP/IP) - Pregão Eletrônico nº 66/2012-JFPE (Adesão)	30/09/2014 a 30/09/2015	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMATICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 771.640,56 (Empenho estimativo)	
05/2010	Prestar serviços de telefonia móvel com sistema de gestão e controle das linhas, com aparelho para configuração e gerenciamento pela internet, com o fornecimento de 30 (trinta) aparelhos telefônicos celulares em regime de comodato.	25/07/2013 a 25/07/2014	04.164.616/0001-59	TNL PCS S/A - OI	R\$ 69.654,84 (Empenho estimativo)	R\$ 72.782,64
05/2010	Prestar serviços de telefonia móvel com sistema de gestão e controle das linhas, com aparelho para configuração e gerenciamento pela internet, com o fornecimento de 30 (trinta) aparelhos telefônicos celulares em regime de comodato.	25/07/2014 a 25/07/2015	04.164.616/0001-59	TNL PCS S/A - OI	R\$ 69.654,84 (Empenho estimativo)	
33/2011	Contratação de empresa especializada para locação de Equipamentos Multifuncionais Monocromáticos e Equipamentos de Impressão	18/05/2013 a 18/05/2014	69.407.005/0001-30	COPIMAR NORDESTE EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 825.100,00 (Empenho Estimativo)	R\$301.424,44

	Colorida novos de primeiro uso, digitais, com manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, treinamento dos servidores indicados para a atividade de operação dos equipamentos e tudo o que for necessário à perfeita execução do objeto, de acordo com as especificações do Termo de Referência.					
33/2011	Contratação de empresa especializada para locação de Equipamentos Multifuncionais Monocromáticos e Equipamentos de Impressão Colorida novos de primeiro uso, digitais, com manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, treinamento dos servidores indicados para a atividade de operação dos equipamentos e tudo o que for necessário à perfeita execução do objeto, de acordo com as especificações do Termo de Referência.	18/05/2014 a 18/05/2015	69.407.005/0001-30	COIMAR NORDESTE EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 825.100,00 (Empenho Estimativo)	
37/2011	Contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para atender às necessidades de telecomunicações dos Campi da Universidade Federal do Piauí (Teresina, Picos, Parnaíba, Floriano e Bom Jesus), em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com os itens	17/05/2013 a 17/05/2014	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 826.951,62	R\$ 708.406,00

	caracterizados detalhadamente no Edital e Termo de Referência.					
37/2011	Contratação de empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para atender às necessidades de telecomunicações dos Campi da Universidade Federal do Piauí (Teresina, Picos, Parnaíba, Floriano e Bom Jesus), em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com os itens caracterizados detalhadamente no Edital e Termo de Referência.	17/05/2014 a 17/05/2015	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 826.951,62	
67/2011	Contratação de empresa especializada em Telecomunicações para o fornecimento de conexão dedicada a rede de internet, através de circuito de acesso local dedicado e porta de conexão exclusiva e dedicada, ligada diretamente ao backbone da internet mundial do licitante, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.	26/09/2013 a 26/09/2014	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 1.578.252,52	R\$ 873.984,17
67/2011	Contratação de empresa especializada em Telecomunicações para o fornecimento de conexão dedicada a rede de internet, através de circuito de acesso local dedicado e porta de	26/09/2014 a 26/09/2015	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 1.578.252,52	

	conexão exclusiva e dedicada, ligada diretamente ao backbone da internet mundial do licitante, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.					
71/2012	Contratação de empresa especializada em Telecomunicações para o fornecimento de conexão dedicada entre o NTI e a INTERNET, compreendendo o fornecimento de circuito de acesso dedicado com velocidade de 100 MB/s para atender demandas da UFPI.	23/05/2013 a 23/05/2014	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 264.000,00	R\$186.755,62
71/2012	Contratação de empresa especializada em Telecomunicações para o fornecimento de conexão dedicada entre o NTI e a INTERNET, compreendendo o fornecimento de circuito de acesso dedicado com velocidade de 100 MB/s para atender demandas da UFPI.	23/05/2014 a 23/05/2015	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	R\$ 264.000,00	
23/2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Rede Óptica para atender demandas dos Campi da UFPI, conforme especificações detalhadas no Edital e Termo de Referência.	21/05/2013 a 21/05/2014	03.910.129/0001-25	J. E. S. EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 266.980,00 (Empenho estimativo)	R\$ 85.417,50
50/2013	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação para atender as	11/10/2013 a 11/10/2014	13.406.686/0001-67	SIG SOFTWARE E CONSULTORIA EM	R\$ 3.453.606,95 (Empenho estimativo)	R\$ 647.472,90

	demandar referentes à implantação dos sistemas integrados de gestão SIG			TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA		
50/2013	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à implantação dos sistemas integrados de gestão SIG	11/10/2014 a 11/10/2015	13.406.686/0001-67	SIG SOFTWARE E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	R\$ 3.453.606,95 (Empenho estimativo)	
43/2014	Contratação de empresa especializada em Telecomunicações para o fornecimento de conexão dedicada à rede internet, através de circuito de acesso local dedicado e porta de conexão exclusiva dedicada, ligada diretamente ao backbone da Internet mundial para os Campus de Bom Jesus, Florianópolis e Picos	08/07/2014 a 08/07/2015	11.408.142/0001-09	MEGA TELEINFORMÁTICA LTDA	R\$ 2.298.000,00 (Empenho ordinário)	R\$ 0,00
38/2014	Contratação de empresa especializada em Telecomunicações para o fornecimento de conexão dedicada à rede internet, através de circuito de acesso local dedicado e porta de conexão exclusiva dedicada, ligada diretamente ao backbone da Internet mundial para os campi de Parnaíba.	08/07/2014 a 08/07/2015	01.300.487/0001-90	INFOWAY SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 296.800,00 (Empenho ordinário)	R\$ 43.500,00

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação/UFPI

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL****10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental****QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		x
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
8	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado. Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Considerações Gerais: Para o enquadramento desta unidade aos itens supracitados, no início do ano corrente, foi criada a Divisão de Gestão Ambiental. Com isso já foi criada a comissão para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e iniciou-se a formação Grupo de Discussões sobre Gestão Ambiental na UFPI.

Fonte: Comissão Permanente de Licitação/PRAD/UFPI

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE****11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU****11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

Não houve deliberações do TCU em nível de item de Acórdão, mas ofícios recebidos e respostas enviadas, como a seguir demonstrado:

✓ **Ofício nº 0141/2014- TCU/SECEX- PI , de 07/02/2014**

Natureza: Solicitação

Assunto: Designação de duas pessoas responsáveis pelo envio do Relatório de Gestão exercício de 2013.

Providência Adotada: Encaminhado através do Ofício nº 083/14-GR, de 18 de fevereiro de 2014.

✓ **Ofício nº 0774/2014 – TCU/Selog, de 16/04/2014**

Natureza: Diligência

Assunto: Pregão 107/2012

Providência Adotada: Resposta através do Ofício de nº 212/14- GR, de 12 de maio de 2014.

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)**11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício****QUADRO A.11.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA 201314713	1.1	Of. Nº 1724/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Descrição da Recomendação:			
Implantar sistemas de controle de disciplinas			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos			
Síntese da Providência Adotada:			
Criação do Sistema SIGAA			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Não Avaliado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/ Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Positivo: Melhor distribuição das disciplinas em função da carga horária dos docentes.			

Fonte: Auditoria Interna/UFPI

QUADRO A.11.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RA 201318211	1.1	Of. Nº 4123/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Descrição da Recomendação:			
Medidas corretivas sem acumulações indevidas ao regime de Dedicção Exclusiva			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos			
Síntese da Providência Adotada:			
Abertos PADs para apurar as situações de descumprimento de DE - Dedicção Exclusiva.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Parcialmente regularizados (direito do contraditório e ampla defesa)			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/ Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Negativo: Prazo para regularização, em função da ampla defesa e do contraditório; Fator Positivo: Evitar e/ou cancelar pagamento indevido por acumulação de cargo ou função.			

Fonte: Auditoria Interna/UFPI

QUADRO A.11.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RA 201317678	1.2	Of. nº 8.310/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Descrição da Recomendação:			
Adotar medidas corretivas de avaliação de carga horária de professores			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PREG/ PRAD/ DRH			
Síntese da Providência Adotada:			
Criação de sistemas			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Criação do sistema SIGAA			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/ Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Positivo: Estabelecimento de critérios sobre carga horária de professores, com a implantação de manuais e/ou normativos.			

Fonte: Auditoria Interna/UFPI

QUADRO A.11.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RA 201318211	1.1	Of. nº 9500/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Piauí			000468
Descrição da Recomendação:			
Abertura de Processos Administrativos			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos			
Síntese da Providência Adotada:			
Aberto Processos Administrativos			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Parcialmente regularizados (direito do contraditório e ampla defesa)			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/ Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Positivo: Regularização de pagamento considerado indevido por falta de amparo legal.			

Fonte: Auditoria Interna/UFPI

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei N° 8.730/93**11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93****QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
Cargos Eletivos	Não cumpriram a obrigação			
	Obrigados a entregar a DBR			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR			
	Obrigados a entregar a DBR	532		
	Entregaram a DBR	56		
	Não cumpriram a obrigação	476		

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos/UFPI

11.4 Alimentação SIASG e SICONV

Ver ANEXO 5.

PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013, DE 04/12/2013**12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS****12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

Como medidas adotadas em cumprimento aos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Universidade Federal do Piauí implantou um Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – Módulo Patrimônio, que vem operando nesta IES desde o exercício de 2013. O Módulo Patrimônio tem como funções principais registrar os materiais permanentes da instituição, proporcionando controle sobre a localização, movimentação, desfazimento e ajustes contábeis sofridos pelos bens.

No entanto foi identificada uma divergência entre o banco de dados do Patrimônio e as informações geradas pelo SIAFI, motivo pelo qual não foi lançada a depreciação no exercício de 2014. Diante disso foi instituída uma Comissão por meio da Portaria nº 72/2014 datada de 05 de setembro de 2014 com o objetivo de realizar o Inventário dos Bens Móveis e levantamento e avaliação dos Bens Inservíveis.

Após a conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela comissão de inventário (ainda em execução) será feito o confronto com o Relatório Mensal de Bens e os saldos apresentados no SIAFI, no sentido dessas informações refletirem a adequada e integralmente a situação patrimonial da unidade jurisdicionada.

Ressalta-se que os procedimentos atuais para o registro do bem no Sistema Interno Patrimonial cumprem adequadamente todas as etapas com total lisura, desde o recebimento e conferência do material, seguido do Ateste da Nota Fiscal, e conseqüente registro no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC)-Módulo Patrimônio, incluindo tombamento por meio de fixação de plaquetas físicas, e finalizando com a entrega do bem ao setor solicitante. E a partir de então e de acordo com as NBC T 16.9 e 16.10 o sistema Módulo Patrimônio efetua os registros relacionados à depreciação, à amortização e à exaustão de itens patrimoniais.

12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

A Universidade Federal do Piauí não está vinculada a nenhuma setorial de Custos e, portanto não existe nenhum Sistema de Apuração de Custos dos programas, unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada.

12.3 Conformidade Contábil

a) O processo de verificação da conformidade contábil segue o previsto no Manual SIAFIweb e de acordo com a estrutura da Diretoria de Contabilidade desta Instituição de Ensino Superior está dividida em três Gerências: A Gerência Contábil, cuja pasta é ocupada por um profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim, e com a atribuição de proceder o registro da conformidade contábil, dentre outras atribuições não conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão. As duas outras gerências são responsáveis pela

execução no Siafi, uma relacionada a emissão de Empenhos e a outra relacionada a liquidação da despesa. Obedecendo dessa forma ao princípio da Segregação de Funções.

B) As informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações observada durante o exercício foram as seguintes:

642-Falta/Evolução Incompatível Dep.At.Imobilizado-221- ocorreu nos 12 meses.

674-Sld Along./Indev Ctas Transit.Pas.Circulante-214-ocorreu em 05 meses.

680-Diverg. Valores liquidados x Passivo Circulante-221-ocorreu em 08 meses.

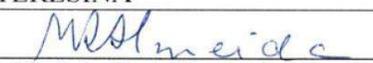
C) A descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão foram as seguintes:

642-Falta/Evolução Incompatível Dep.At.Imobilizado-221

674-Sld Along./Indev Ctas Transit.Pas.Circulante-214

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidades das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI		154048	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2014 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Declaramos ainda que os Demonstrativos do fluxo de caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração</p>			
Local	TERESINA	Data	31/12/2014
Contador Responsável	 Maria dos Passos Vasconcelos Almeida	CRC nº	004480/0-4

12.5 Item 12.8 - Relatório da Auditoria Independente

Quanto ao Relatório de Auditoria Independente, a UJ não contratou esse serviço. No entanto no **ANEXO 8** encontra-se o Relatório da Auditoria Interna desta UJ.

PARTE B DO ANEXO II DA DN N° 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13. PARTE B, ITEM 67, DO ANEXO II DA DN TCU N° 127, DE 15/05/2013

13.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU N° 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

QUADRO B.66.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	398.888.896,82	396.368.263,28	324.586.059,00	283.708.331,49	256.715.809,00
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	393.286.283,10	392.940.296,30	322.017.860,85	281.229.712,28	256.695.436,00
Número de Professores Equivalentes	1.615,50	1.473,00	1.291,50	1.384,50	1.287,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.512,75	2.492,75	2.351,75	2.173,75	2.426,75
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	2.178,25	2.390,75	1.810,75	2.083,00	2.328,75
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	2.0626,00	20.731,00	21.016,00	21.192,00	19.632,00
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1315,00	1.074,00	1.028,00	1.023,00	822,00
Alunos de Residência Médica (AR)	78,00	84,00	85,00	80,00	88,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	31.461,26	30.818,67	29.086,18	29.142,43	22.811,65
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	16.990,86	17.402,11	15.508,54	16.192,22	14.162,30
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	2630,00	2.148,00	2.056,00	2.046,00	1.644,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	156,00	168,00	172,00	160,00	176,00

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento/UFPI

13.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

QUADRO B.66.2 – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 – P	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	11.647,32	11.962,34	11.159,46	9.735,23	11.253,72
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	11.483,73	11.858,89	11.071,16	9.650,18	11.252,82
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,24	13,39	12,01	11,70	11,00
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,87	7,91	6,59	7,45	5,84
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,08	8,25	8,56	7,77	6,08
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,56	1,69	1,82	1,57	1,89
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,35	1,62	1,40	1,50	1,81
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,82	0,84	0,74	0,76	0,63
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,06	0,05	0,05	0,05	0,04
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,44	3,17	3,19	3,31	3,21
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,65	3,54	3,44	3,61	3,56
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	56,42%	61,45%	56,65%	56,02%	51,65%

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento/UFPI

13.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

Construindo uma análise dos indicadores da UFPI, observa-se que o Custo Corrente da Universidade se manteve quase que constante entre 2013 e 2014.

Analisando o Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI), constatamos um crescimento de 22,44% devido, a constante evolução na quantidade de cursos e de vagas no ensino de Pós-Graduação da UFPI. Em 2010 tivemos 378 alunos ingressantes nos programas de Pós-Graduação em 2014 este número foi para 710, um crescimento de 87,83%. No ano de 2014 tivemos a oferta de quatro novos cursos de mestrado e um de Doutorado.

Quanto aos Professores Equivalentes, observamos que este número aumentou pelo quarto ano consecutivo, deste modo combatendo o déficit que havia e dando melhores condições para a Graduação e Pós-Graduação se desenvolverem, isto pode ser observado na redução no indicador de *Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente*, que reduziu 9%, chegando a uma taxa de 12,24.

O Custo Corrente da Universidade com o Hospital Universitário não difere muito do Custo Corrente sem o Hospital Universitário, visto que nosso HU apenas entrou em funcionamento no final de 2012 e já aderindo ao modelo de gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

Quanto à Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), observa-se que, ao longo dos últimos cinco anos, a média foi de 56,44%. No ano de 2013 tivemos o pico com uma taxa de 61,45% porém voltamos para a média neste ano de 2014, ficamos com o desafio de voltar ao patamar de 60% de taxa de sucesso dos nossos cursos de Graduação.

13.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

QUADRO B.66.3 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Valores em R\$ 1,00													
NOME: Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão –FADEX								CNPJ: 07.501.328/0001-30					
Projeto			Instrumento Contratual							Convênio			
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
01/11	1	01/2011	Curso de Pós-Grad.,Latu Sensu, em Cirurgia e Traum.Buco-Maxilo- Faciais, em nível de Especialização	26/01/2011	29/02/16	R\$ 844.200,00	R\$ 193.141,72	-	-	-	-	-	-
02/11	1	02/2011	Curso de Pós-Graduação, Latu Sensu, em Ortodontia, em nível de Especialização	26/01/2011	31/03/2014	R\$ 583.200,00	R\$ 194.730,35	-	-	-	-	-	-
22/10	1	22/2010	Curso de Espec. em Educ.Integral do programa Mais Educação	20/12/2010	28/02/2014	R\$ 400.000,00	-	-	-	-	-	-	-
20/08	3	20/2008	Implementação e oferta do 1º, 2º, 3º e 4º semestres dos cursos no âmbito do sistema UAB, na UFPI	29/12/2008	31/08/2014	R\$ 3.912.437,15	-	-	-	-	-	-	-
11/09	1	11/2009	Progr. de Formação Inicial e Cont. a Distância (Implementação do 5º e 6º Período)	21/12/2009	31/08/2014	R\$ 2.014.164,13	-	-	-	-	-	-	-
18/10	1	18/2010	Formação Inicial e Continuada à Distância	01/12/2010	31/08/2014	R\$ 5.844.848,48	-	-	-	-	-	-	-
32/10	1	32/2010	Funcionamento dos Cursos de Graduação-Escola Música de Teresina	23/12/2010	31/12/2014	R\$ 200.000,00	-	-	-	-	-	-	-

06/12	1	06/2012	Curso de Licenc. em Educação do Campo-PROCAMPO	26/09/2012	31/12/2014	R\$ 658.880,00	-	-	-	-	-	-	-
10/10	1	10/2010	Implementação e Oferta do Curso Técnico em Informática na modalidade de educação à Distância, do Programa E-tecBrasil	01/12/2010	30/06/2014	R\$ 134.831,20	-	-	-	-	-	-	-
09/10	1	09/2010	Implem. e Oferta do Curso Técnico em Enferm. na modalidade de Educ. à Distância, do Programa E-tec Brasil	01/12/2010	30/06/2014	R\$ 206.184,80	-	-	-	-	-	-	-
08/10	1	08/2010	Implem. e Oferta do Curso Técnico em Agrop. na modalidade de Educ. à Distância, do Programa E-tec Brasil	01/12/2010	30/06/2014	R\$ 161.539,60	-	-	-	-	-	-	-
01/09	1	01/2009	Proj. Monit. e Acomp. aos mun. Na exec. Do plano de ações articuladas - PAR	10/12/2009	10/07/2014	R\$ 1.979.000,00	-	-	-	-	-	-	-
08/12	2	08/2012	Curso de Extensão em Inglês Instrumental	25/10/2012	30/08/2014	R\$ 126.000,00	R\$ 37.520,00	-	-	-	-	-	-
07/12	2	07/2012	Curso de Extensão em Espanhol	25/10/2012	31/07/2014	R\$ 126.000,00	R\$ 4.200,00	-	-	-	-	-	-
09/12	2	09/2012	Curso de Extensão- Conversação em Língua Inglesa para a Comunidade	25/10/2012	30/06/2014	R\$ 322.000,00	R\$ 31.750,00	-	-	-	-	-	-
10/12	2	10/2012	Curso de Extensão Continuado em Língua Francesa	25/10/2012	30/04/2014	R\$ 101.220,00	R\$ 28.560,00	-	-	-	-	-	-

11/12	2	11/2012	Centro de Educação Permanente em Saúde para o Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (CREPE - Crack)	03/12/12	31/12/2014	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	-	-	-	-	-	-
08/09	2	08/2009	Cultura Afrodesc. e Educ. Brasileira na Educ. Brasileira na Escola das Diferenças e as Competências para Ensinar na Escola das Diferenças	21/12/2009	30/06/2014	R\$ 100.000,00	-	-	-	-	-	-	-
47/12	3	47/12	LIB	01/03/2012	01/03/2015	R\$ 2.278.000,00	R\$ 2.207.921,00	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação N° 0050.0055445-09.9	3	-	-	-	-	-	-	Termo de Cooperação N° 0050.0055445.09.9	Ampliação da Infraestrutura Analítica em Química, do Grupo de Geoquímica Orgânica da UFPI	17/12/2009	24/05/2013	R\$ 3.195.090,00	R\$ 200.029,58
Termo de Cooperação	2	-	-	-	-	-	-	Termo de Cooperação	INEAGRO	27/01/2014	Tempo Indeterminado conforme Termo de Cooperação	R\$ 10.400,00	R\$ 125,00
CARTA ACORDO Alocação de	2	-	-	-	-	-	-	CARTA ACO	Fosfoproteína de podócito	29/11/10	A vigência deste acordo	R\$ 238.918,70	R\$ 130.998,66

Verbas para pesquisa								RDO Alocação de Verbas para pesquisa	na Doença de Fabry		será até a conclusão do estudo, a menos que ele seja suspenso conforme a seção 9.2 da sessão 9.		
24/2008	2	-	-	-	-	-	-	24/2008	Curso técnico em Inform. na Modalidade de à Distância , junto aoprogramação escola técnica aberta do Brasil	31/12/08	31/12/14	R\$ 246.063,50	-
25/2008	2	-	-	-	-	-	-	25/2008	Curso técnico em Agrop. na Modalidade de à Distância , junto ao programação escola técnica aberta do Brasil	31/12/08	31/12/14	R\$ 112.923,92	-
308/2010	2	-	-	-	-	-	-	308/2010	Produção Intensiva de Caprinos em Sistema Silvopastoril Formado por Capim-	29/10/10	29/10/14	R\$ 55.000,00	-

									Buffel e Faveleira				
309/2010	2	-	-	-	-	-	-	309/2010	Contribuição ao Melhoramento Genético de Caprinos Nativos Para Produção de Leite no Sul do Piauí	29/10/10	29/10/15	R\$ 47.938,36	-
315/2010	2	-	-	-	-	-	-	315/2010	Criação de Ovelhas Deslanadas em Sistema de Lotação Rotativa Tendo em Vista a Produção de Cordeiro Precoce	29/10/10	29/10/14	R\$ 44.327,00	-
046/2012	2	-	-	-	-	-	-	046/2012	Contribuição com o desenvolvimento técnico-social da pecuária bovina leiteira a pasto no sul do Piauí	13/02/12	13/02/15	R\$ 46.932,24	-
015/2012	2	-	-	-	-	-	-	015/2012	Melhoria da eficiência reprod.	10/01/12	10/01/14	R\$ 99.900,00	-

									de rebanhos leiteiros de Barras-PI pela técnica de transf. de embriões associada à rBST(so matropin a bovina recombin ante)				
199/11	2	-	-	-	-	-	-	199/11	Avaliação da Divergência Nutr. de Cascas de Vagens de Genótipo de Feijão-Fava (Phaseolus lunatus L.) e do Efeito da Aromatização com Uréia sobre o Valor Nutritivo para Ruminantes.	22/06/11	22/03/14	R\$ 10.921,25	-
01.10.0739.00	3	-	-	-	-	-	-	01.10.0739.00	Impl. e ampliação da estrutura de pesquisa da UFPI	17/12/10	17/12/14	R\$ 4.161.771,00	-

01.10.0762.00	3	-	-	-	-	-	-	01.10.0762.00	Impl. de infraestrutura de pesquisa nos campi regionais da UFPI	28/12/10	28/12/14	R\$ 1.671.953,00	R\$ 892.313,43
25/10	1	25/2010	Cursos Emergenciais e Presenciais ofertados no âmbito da UFPI, através do Plano Nacional de Form. de Professores da Educ. Básica - PARFOR	27/12/10	31/12/14	R\$ 516.200,00	-	-	-	-	-	-	-
7.101/09	3	7.101/2009	Lapetro- Analise Físico-Química de Produtos Derivados De Petróleo	12/08/09	12/08/13	R\$ 2.915.645,62	R\$ 619.205,96	-	-	-	-	-	-
30/10	2	30/2010	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - Departamento de Economia	23/12/10	31/12/13	R\$ 150.000,00	-	-	-	-	-	-	-
31/10	2	31/2010	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - Vacina para Calazar para Uso em Humanos	23/12/10	31/12/13	R\$ 150.000,00	-	-	-	-	-	-	-
047/12	2	047/2012	Prospecção de bioinseticidas a partir de extratos vegetais para pragas de grãos armazenados	13/02/12	13/02/17	R\$ 62.691,76	-	-	-	-	-	-	-
01/2013	1	01/2013	Curso de Especialização em Música -	04/02/13	31/12/14	R\$ 159.800,00	R\$ 48.565,90	-	-	-	-	-	-

			Habilitação em Educação Musical e Musicologia 2ª turma											
03/2013	1	03/2013	Projeto de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Pessoas Especialização <i>LATO SENSU</i> 3ª turma	01/03/13	31/12/14	R\$ 148.500,00	R\$ 51.017,60	-	-	-	-	-	-	-
03/2013	1	-	-	-	-	-	-	03/2013	Curso de Pós-Graduação <i>LATO SENSU</i> em DIREITO ELEITORAL	08/05/13	08/10/14	R\$ 188.300,00	R\$ 109.486,348635	
04/2013	1	04/2013	Projeto da Segunda Turma do Curso de Especialização em Práticas Projetuais em Arquitetura e em Engenharia	27/06/13	31/12/14	R\$ 210.988,80	R\$55.310,93	-	-	-	-	-	-	-
06/2013	1	06/2013	I Curso de Especialização em Automação de Processos Industriais (PRESENCIAL)	28/08/13	31/12/15	R\$ 159.513,65	R\$ 97.585,40	-	-	-	-	-	-	-
07/2013	1	07/2013	Curso de Especialização em Atividade Física e Saúde	19/09/13	31/12/15	R\$ 171.450,00	R\$ 63.608,15	-	-	-	-	-	-	-
21/2013	1	21/2013	Coordenação Pedagógica	19/11/13	30/06/15	R\$ 545.385,00	R\$ 545.385,00	-	-	-	-	-	-	-
25/2013	1	25/2013	Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais,	18/11/13	03/06/15	R\$ 426.359,09	R\$ 426.359,09	-	-	-	-	-	-	-

			Funcionários e Gestores para a Educação Básica										
22/2013	1	22/2013	Gestão Escolar	19/11/13	31/12/14	R\$ 315.068,49	R\$ 315.068,49	-	-	-	-	-	-
02/2013	2	02/2013	I Ciclo de estudos em Medicina Veterinária	04/02/13	31/12/14	R\$ 846.780,00	R\$ 473.837,00	-	-	-	-	-	-
Termo de cooperação N° 01/2013	2	-	-	-	-	-	-	TERMO DE COOPERAÇÃO N° 01/2013	Intervenção Socioeconômica em Uruçuí-una: o uso do buriti (Mauritia flexuosa L.) como potencial para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais da Estação Ecológica de Uruçuí-una-Pi	1/3/13	31/03/15	R\$ 100.000,00	R\$ 25.000,00
05/2013	2	05/2013	V ENFORSUP - Encontro Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro - Oeste de Formação Docente para a Educação Superior	12/08/13	30/06/14	R\$ 50.500,00	R\$ 20.090,00	-	-	-	-	-	-
09/2013	2	09/2013	"III Seminário de Extensão Universitária: EXTENSÃO E CULTURA	07/11/13	30/06/14	R\$ 25.000,00	R\$ 4.900,00	-	-	-	-	-	-

			PARA UMA UNIVERSIDAD E CIDADÃ E I MOSTRA DE COMUNIDADE S"											
10/2013	2	10/2013	Programa Mais Educação	19/11/2013	31/12/14	R\$ 443.000,00	R\$ 443.000,00	-	-	-	-	-	-	-
12/2013	2	12/2013	Programa ensino médio inovador	19/11/2013	31/12/14	R\$ 499.180,00	R\$ 499.180,00	-	-	-	-	-	-	-
11/2013	2	11/2013	Programa saúde na escola	19/11/2013	31/12/14	R\$ 301.124,00	R\$ 301.124,00	-	-	-	-	-	-	-
18/2013	2	18/2013	Curso alfabetização de jovens e adultos e inclusão social	19/11/2013	31/12/14	R\$ 31.720,00	R\$ 31.720,00	-	-	-	-	-	-	-
19/2013	2	19/2013	Curso educação de jovens e adultos na diversidade	19/11/2013	31/12/14	R\$ 31.720,00	R\$ 31.720,00	-	-	-	-	-	-	-
08/2013	2	08/2013	Estudo e pesquisa sobre Atenção Básica	07/11/2013	31/12/2014	R\$ 962.844,30	R\$ 962.844,30	-	-	-	-	-	-	-
28/2013	2	28/2013	Pesquisa em dst, hiv/aids e hepatites virais: incidentes críticos referentes às medidas de prevenção da hepatite b e aids com base nos relatos de mulheres profissionais do sexo.	18/12/2013	30/11/14	R\$ 178.241,11	R\$ 73.581,73	-	-	-	-	-	-	-
32/2013	2	32/2013	Pesquisa universitária e difusão de seus resultados: desenvolvimento de vacina para calazar para aplicação em seres humanos	18/12/2013	31/12/14	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	-	-	-	-	-	-	-
0113007500	3	-	-	-	-	-	-	01130075	Implantação, re-	24/04/13	24/04/16	R\$ 3.460.010,00	R\$ 1.580.848,71	

								00	estrutura ção e ampliaçã o da infraestru tura de pesquisa e pós- graduaçã o da UFPI (CHAM ADA PÚBLIC A MCTI/C T - INFRA - PROINF RA - 01/2011)					
33/2013	3	33/2013	Planejamento de atividade de capacitação de municípios do estado do Piauí na elaboração do plano municipal de saneamento	30/12/13	31/12/14	R\$ 1.280.330,69	R\$ 1.280.330,69	-	-	-	-	-	-	-
27/2013	1	27/2013	Curso de pós-graduação Lato Sensu, em logística e distribuição	30/12/13	31/12/15	R\$ 177.800,00	R\$ 52.129,93	-	-	-	-	-	-	-
05/14	2	05/2014	Pacto - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa	17/02/2014	31/12/15	R\$ 872.689,35	R\$ 872.689,35	-	-	-	-	-	-	-
07/14	2	07/2014	XVIII Curso de Credenciamento de Médicos Veterinários no PNCEBT	12/05/2014	31/12/14	R\$ 12.000,00	R\$ 9.000,00	-	-	-	-	-	-	-
11/14	2	11/2014	II Semana do meio ambiente da UFPI: educação, ciências, tecnologia e biodiversidade	15/07/2014	15/01/15	R\$ 10.000,00	R\$ 5.580,00	-	-	-	-	-	-	-
12/14	2	12/2014	Programa Pacto	19/08/20	19/08/15	R\$	R\$	-	-	-	-	-	-	-

			Nacional pelo fortalecimento do ensino médio	14		450.820,00	562.820,00						
15/14	2	15/2014	Proposta curricular e metodologia na educação integral	19/08/2014	31/12/2015	R\$ 69.733,33	R\$ 69.733,33	-	-	-	-	-	-
16/14	2	16/2014	Educação de jovens e adultos na diversidade e inclusão social	19/08/2014	31/10/2015	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	-	-	-	-	-	-
17/14	2	17/2014	Aluno integrado	19/08/2014	30/04/2015	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	-	-	-	-	-	-
18/14	2	18/2014	A Escola e a Cidade: políticas públicas educacionais	19/08/2014	31/12/2015	R\$ 73.333,33	R\$ 73.333,33	-	-	-	-	-	-
19/14	2	19/2014	Juventude, sexualidade e prevenção das DST/AIDS	19/08/2014	31/10/2015	R\$ 17.240,00	R\$ 17.240,00	-	-	-	-	-	-
21/14	2	21/2014	Formação continuada em conselhos escolares	19/08/2014	31/10/2016	R\$ 89.496,00	R\$ 89.496,00	-	-	-	-	-	-
25/14	2	25/2014	Prevenção do uso de drogas para educadores da educação básica	11/09/2014	31/08/2015	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	-	-	-	-	-	-
26/14	2	26/2014	Docência em educação infantil	11/09/2014	30/09/2015	R\$ 172.525,40	R\$ 172.525,40	-	-	-	-	-	-
28/14	2	28/2014	Educação ambiental: escolas sustentáveis e com vida	11/09/2014	31/08/2015	R\$ 53.078,50	R\$ 53.078,50	-	-	-	-	-	-
29/14	2	29/2014	IV seminário de extensão e cultura da UFPI, II Mostra d comunidades e do I encontro de extensão e cultura das IES - Piauí.	20/10/2014	30/06/2015	R\$ 14.000,00	R\$ -	-	-	-	-	-	-
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	2	-	-	-	-	-	R\$ -	TERMO DE COOPERAÇÃO	CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	12/09/2014	12/09/2015	R\$ 74.632,32	R\$ -

								TÉC NIC A	ELABO RAÇÃO DE PROJET OS NA ÁREA DE EDUCA ÇÃO AMBIE NTAL				
33/2014	II Congresso Internacional de Atenção Primária à Saúde, II Congresso Piauiense de Atenção à Saúde, II Encontro Regional do PROVAB, II Fórum de Saúde Bucal e VCESCODONTO	09/12/2014	09/12/2015	R\$ 187.350,00	R\$ -	-	-	-	-	-	-	33/2014	II Congresso Internacional de Atenção Primária à Saúde, II Congresso Piauiense de Atenção à Saúde, II Encontro Regional do PROVAB, II Fórum de Saúde Bucal e VCESCODONTO
35/2014	Programa de Formação e Assessoria em Economia Solidária - PROFAES	22/12/2014	22/12/2015	R\$ 150.000,00	R\$ -	-	-	-	-	-	-	35/2014	Programa de Formação e Assessoria em Economia Solidária - PROFAES
04/2014	Docência na educação infantil	17/02/2014	31/12/15	R\$ 212.848,50	R\$ 212.848,50	-	-	-	-	-	-	04/2014	Docência na educação infantil
06/2014	Plano nacional de formação de professores da educação básica - PARFOR	30/05/2014	31/12/15	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00	-	-	-	-	-	-	06/2014	Plano nacional de formação de professores da educação básica - PARFOR
08/2014	Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais	15/07/2014	31/12/17	R\$ 648.000,00	R\$ -	-	-	-	-	-	-	08/2014	Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais

09/2014	Microbiologia aplicada às ciências da saúde	15/07/2014	31/12/15	R\$ 168.000,00	R\$ 9.590,00	-	-	-	-	-	-	09/2014	Microbiologia aplicada às ciências da saúde
14/2014	Curso de especialização à distância em gestão da educação municipal - PRADIME	19/08/2014	31/10/16	R\$ 143.618,45	R\$ 143.618,45	-	-	-	-	-	-	14/2014	Curso de especialização à distância em gestão da educação municipal - PRADIME
20/14	1	20/2014	Curso de especialização em docência na educação de tempo integral	19/08/2014	31/10/16	R\$ 220.000,00	R\$ 220.000,00	-	-	-	-	-	-
23/14	1	23/2014	Implantação e implementação de cursos no âmbito do sistema UAB 2014	19/08/2014	19/08/15	R\$ 1.562.000,00	R\$ 1.562.000,00	-	-	-	-	-	-
10/14	1	10/2014	Formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica	06/08/2014	06/08/15	R\$ 690.000,00	R\$ 690.000,00	-	-	-	-	-	-
13/14	1	13/2014	Licenciatura em educação do campo - PROCAMPO	28/07/2014	28/07/15	R\$ 3.499.461,20	R\$ 2.975.783,09	-	-	-	-	-	-
22/14	1	22/2014	Curso de especialização em educação, pobreza e desigualdade social	19/08/2014	31/07/16	R\$ 856.400,00	R\$ 856.400,00	-	-	-	-	-	-
24/14	1	24/2014	Curso de especialização à distância em educação de jovens e adultos privados de liberdade	11/09/2014	31/08/16	R\$ 102.100,00	R\$ -	-	-	-	-	-	-
27/14	1	27/2014	UNIAFRO - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola - Especialização EAD	11/09/2014	28/02/16	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	-	-	-	-	-	-
01/14	1	01/2014	Disciplina Gestão	15/09/20	15/09/15	R\$	R\$	-	-	-	-	-	-

		ATO S/N	móvel da palha de carnaúba	12									-	
Convênio de cooperação	3	-	-	-	-	-	-	Convênio de cooperação	Rede Poti	10/09/14	10/09/19	R\$ 407.615,77	R\$ 70.845,57	
Convênio 343/2012	2	-	-	-	-	-	-	Convênio 343/2012	Difusão da inseminação artificial e estação de cobertura como ferramentas biotecnológicas para melhoramento genético de pequenos ruminantes em propriedades de agricultores familiares no sul do estado do PIAUI	18/09/2012	18/09/16	95.729,00	R\$ 70.000,00	
							Total	R\$ 44.654.841,93	R\$ 20.513.923,19	Total	R\$ 14.464.496,49	R\$ 3.299.109,01		
Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos														
Projeto				Recursos das IFES										
Nº		Tipo		Financeiros			Materiais			Humanos				
				Valor			Tipo			-		Quantidade		Valor
22/10		1		-			Equipamento			-		18 Professores		-
				-			Espaço Físico			-				-
02/11		1		-			01 Sala Clínica			-		18 Professores		-
				-			03 Salas de Laboratório			-				-
				-			02 Salas de Aula			-		01 Servidor		-
				-			01 Sala de Cefalometria			-				-
01/11		1		-			Espaço Físico			-		10 Professores		-
				-			Equipamento			-		01 Servidor		-

		-	Laboratório	-		-
20/08	1	-	Não Utiliza	-	01 Professor	-
11/09	1	-	Não Utiliza	-	01 Professor	-
08/10	1	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
09/10	1	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
10/10	1	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
18/10	1	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
25/10	1	-	Equipamento	-	02 Servidores	-
		-	Espaço Físico	-		-
32/10	1	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-	01 Servidor	-
06/12	1	-	Equipamento	-	23 Professores	-
		-	Espaço Físico	-	01 Servidor	-
Termo de cooperação	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
08/09	2	-	Espaço Físico	-	06 Professores	-
08/12	2	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
07/12	2	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
09/12	2	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
10/12	2	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
11/12	2	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
7.101/2009	3	-	Espaço Físico	-	04 Professores	-
		-	Equipamento	-	02 Servidores	-
		-	Espaço Físico	-		-
47/12	3	-	Laboratório	-	4 Professores	-
		-	Equipamento	-	4 Servidores	-
30/10	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
		-	Espaço Físico	-		-
31/10	2	-	Equipamento	-	01 Professor	-
		-	Espaço Físico	-		-
199/11	2	-	Equipamento	-	07 Professores	-
01.10.073.9.00	3	-	Espaço Licitatório	-	10 Professores	-
		-	Espaço Licitatório	-	05 Servidores	-
01.10.07.62.00	3	-	Espaço Licitatório	-	15 Professores	-
		-	Espaço Licitatório	-	05 Servidores	-
199/11	2	-	Espaço Físico	-	07 Professores	-
		-	Equipamento	-		-
CARTA ACORDO Alocação de verbas para pesquisa	2	-	Não utiliza	-	01 Professor	-
47/12	2	-	Laboratório	-	06 Professores	-
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 0050.0055445.09.9	3	-	Espaço Licitatório	-	04 Professores	-
01.10.073.9.00	3	-	Espaço Licitatório	-	10 Professores	-
		-		-	05 Servidores	-

01.10.07.62.00	3	-	Espaço Licitatório	-	15 Professores	-
				-	05 Servidores	-
24/2008	2	-	Espaço Licitatório	-	1 Professor	-
25/2008	2	-	Espaço Licitatório	-	1 Professor	-
308/2010	2	-	Espaço físico	-	3 Professores	-
309/2010	2	-	Laboratório	-	9 Professores	-
315/2010	2	-	Espaço Físico	-	7 Professores	-
			Equipamento	-		-
046/2012	2	-	Espaço Físico	-	12 Professores	-
			Equipamento	-		-
015/2012	2	-	Espaço Físico	-	2 Professores	-
			Equipamento	-		-
01/2013	1	-	Espaço Físico	-	4 Professores	-
			Equipamento	-		-
03/2013	1	-	Espaço Físico	-	6 Professores	-
			Equipamento	-		-
03/2013	1	-	Não utiliza	-	09 Professores	-
04/2013	2	-	Espaço Físico/ Laboratório	-	7 Professores	-
			Equipamento/Data-show	-	1 Tec. Adm.	-
06/2013	1	-	Espaço Físico	-	1 Servidor	-
			Equipamento	-	17 Professores	-
07/2013	1	-	Espaço Físico	-	8 Professores	-
			Equipamento	-		-
21/2013	1	-	Espaço Físico	-	2 Professores	-
			Equipamento	-		-
25/2013	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
22/2013	1	-	Espaço Físico	-	08 Professor	-
			Equipamento	-		-
02/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
TERMO DE COOPERAÇÃO N° 01/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
05/2013	2	-	Espaço Físico	-	33 Professores	-
			Equipamento	-		-
09/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
10/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
12/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
11/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
18/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
19/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-
08/2013	2	-	Espaço Físico	-	07 Professor	-
			Equipamento	-		-
28/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		-

27/2013	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
33/2013	3	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
32/2013	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
0113007500	3	-	Licitação	-	01 Professor	-
				-		
05/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
07/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
11/14	2	-	Espaço Físico	-	07 Professor	-
			Equipamento	-		
12/14	2	-	Espaço Físico	-	2 Professor	-
			Equipamento	-		
15/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
16/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
17/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
18/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
19/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
21/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
25/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
26/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
28/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
29/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
33/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
35/14	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
04/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
06/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
08/14	1	-	Espaço Físico	-	06 Professor	-
			Equipamento	-		
09/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
			Equipamento	-		
14/14	1	-	Espaço Físico	-	02 Professores	-

			Equipamento	-		-
20/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
23/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
10/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
13/14	1	-	Espaço Físico	-	11 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
22/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
24/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
27/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
01/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
30/14	1	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
CONVÊNIO 048/2013	2	-	Espaço Físico	-	09 Professores	-
		-	Equipamento	-		-
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 0050.0088221.14.9	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
CONTRATO S/N	2	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-	01 Servidor	-
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO	3	-	Espaço Físico	-	01 Professor	-
		-	Equipamento	-		-
CONVÊNIO 343/2012	2	-	Espaço Físico	-	20 Professores	-
		-	Equipamento	-		-

Tipo:

- (1) Ensino
- (2) Pesquisa e Extensão
- (3) Desenvolvimento Institucional
- (4) Desenvolvimento Científico
- (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão – FADEX/UFPI

14 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este Relatório descreve as práticas de gestão da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no exercício de 2014, de forma a propiciar uma visão completa aos órgãos de controle (TCU) e à sociedade em geral sobre os resultados do trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de integrar a UFPI ao contingente das grandes universidades brasileiras, tornando-a referência na região como instituição de ensino, pesquisa e extensão.

A partir do final da primeira década do século XXI a UFPI vem consolidando-se como uma universidade *multicampi*, apresentando-se como academia de excelência, inclusive com inserção internacional, imbuída do propósito de contribuir significativamente para o desenvolvimento do Piauí, do Nordeste e do Brasil.

As ações implementadas em 2014 pelas diversas instâncias da UFPI foram norteadas pelo seu planejamento estratégico constante do seu PDI (2010-2014), voltado para o cumprimento da sua missão institucional, aliada à tão necessária relevância social.

Alguns desafios para 2015:

- Elevar o conceito de todos os cursos de graduação da UFPI;
- Estimular convênio com instituições estrangeiras e aumentar a participação docente em publicações e grupos de pesquisas;
- Elevar em 45% a oferta dos cursos de graduação;
- Estabelecer parceria com instituições que atuem em tecnologia social, programas de combate a miséria, de preservação ambiental e com políticas afirmativas, em 2015.
- Oferta de cursos de capacitação e qualificação para os servidores;
- Elevar a posição da UFPI em produtividade científica e capacidade acadêmica;
- Preparar os discentes para serem protagonistas dos distintos campos da ciência.
- Implantar o Programa de Bolsas de Extensão da UFPI, até 2016;
- Disponibilização de aplicativos móveis integrados as notícias e eventos publicados no site da UFPI.